MILITARES CONDECORADOS COM A ORDEM DA LIBERDADE

O REFERENCIAL

CARTAS AOS NETOS DE ABRIL

Estela Silva, Lusa

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL
DIRECTOR: ANICETO AFONSO | N.º 147 | OUTUBRO – DEZEMBRO 2022

EPAL
Grupo Águas de Portugal

MAIS PERTO DE TODOS

A EPAL É RESPONSÁVEL PELA DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA NA CIDADE DE LISBOA DISPONDO DE SERVIÇOS INCLUSIVOS PARA FACILITAR A INTERAÇÃO COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PROPORCIONAR-LHES MAIOR AUTONOMIA NA GESTÃO DO SEU CONTRATO DA ÁGUA

Soluções acessíveis

FATURA EM BRAILLE

Para clientes com deficiência visual (cegos e amblíopes).

SERVIÇO DE ATENDIMENTO EM LGP

Atendimento à comunidade surda em Língua Gestual Portuguesa através de vídeo chamada.

CONTEÚDOS DE COMUNICAÇÃO EM MULTIFORMATO

"Coleção de Receitas para Todos" e "Educação Ambiental para Todos" disponíveis no Site EPAL.
Prémio Tubo de Ouro ENEG 2021 na categoria Melhor Comunicação do Valor da Água

Projeto com o apoio técnico do INR – Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P., do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

instituto nacional para a reabilitação

Parceiros: ACAPO - Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal, SERVIIN - Portal do Cidadão Surdo e APCB – Associação de Paralisia Cerebral de Braga

ACAPO

SERViiN
Serviço de Vídeo Intérprete

apcb

epal.pt | EPAL MAIS PERTO DE TODOS

Rodrigo Antunes, Lusa

4 EDITORIAL
Aplauso e inquietude, Aniceto Afonso | **4**

10 CARTAS AOS NETOS DE ABRIL
Mensagens para os herdeiros da Revolução, Jorge Sales Golias | **10**
Este legado que vos deixo, Jorge Sales Golias | **13**

18 ABRIL E OS JOVENS
Revolução no presente do indicativo, Fátima Lopes Cardoso | **18**
O livre respirar dos jovens políticos, Ana Beatriz Cardoso, Beatriz Jesus, Liza Silva | **22**
Ana Benavente: a eterna rebelde, Duarte Silvério e Marta Mendes | **30**

38 ABRIL – CULTURA E LIBERDADE
As metáforas de Saramago, Carlos de Matos Gomes | **38**

42 ABRIL – UM MUNDO NOVO
Desassombrando a biblioteca da censura, Álvaro Seiça | **42**

50 ABRIL – CAMINHOS PARA O FUTURO
Tecnologias de ponta em cérebros paleolíticos, Mário Romão | **50**
Os desafios da saúde, Adalberto Campos Fernandes | **66**
Um outono sombrio, Luís Sequeira | **70**

74 ABRIL – JANELAS SOBRE O MUNDO
Revisitar o espírito de Helsínquia, Manuel Martins Lopes | **74**
A evolução da resolução de conflitos, Carlos Branco | **78**

86 ABRIL – HISTÓRIAS E MEMÓRIAS
O assassinato de José António Ribeiro Santos, João Barroso Soares | **86**
Olhares diplomáticos sobre a Revolução em Portugal, Reto Monico | **94**

98 ABRIL – ARTE E POESIA
Histórias do tempo da outra senhora, José Fanha | **98**

102 LIVROS
Otelo entre a política e a justiça | **102**
São Flores de Amor os Cravos de Abril | **105**
Estereótipo da Felicidade | **108**

110 VIAGENS A25A
Por terras de Itália, Aprígio Ramalho | **110**

112 HOMENAGENS
Maria do Rosário Freitas (1951-2022) | **112**
Maximino Serra (1935-2022) | **114**

116 ABRIL – 50 ANOS
O Referencial lança número especial | **116**

118 BOLETIM
Militares de Abril Condecorados | **118**
Apresentação pública de O Referencial | **120**
A ternura dos 40 | **124**
Conversas com os Capitães de Abril |**125**

APLAUSO E INQUIETUDE

À medida que se aproximam os 50 anos do 25 de Abril, sentimos mais profundamente o desejo de fazermos o balanço deste período fundamental da História de Portugal. Sabemos que todos os portugueses que viveram esse tempo e todos os que têm ecos da mudança que esse dia proporcionou têm tido, até hoje, à sua disposição, os instrumentos necessários para construírem a sua própria ideia do 25 de Abril e da Revolução Portuguesa.

O 25 de Abril continua sendo considerado como o acontecimento fundador da liberdade e da democracia portuguesa e os militares de Abril, na sua maior parte reunidos em torno da associação, desejam que esse dia seja comemorado por todos aqueles que o vivem como o dia "inicial, inteiro e limpo". Que seja sempre um dia de reconhecimento, mas também de luta, de aplauso, mas também de inquietude.

Nós temos um sentimento geral de que o nosso empenho mereceu a pena, mas não podemos deixar de expressar o nosso desconforto perante muitas situações que não imaginávamos que pudessem persistir na sociedade portuguesa depois de 50 anos de liberdade. Por isso, ao caminharmos para os 50 anos sobre esse dia memorável, o dia das nossas vidas, não podemos deixar de refletir sobre o legado que deixamos, sobre os valores que sustentaram a nossa ação, sobre a mudança e o progresso, mas também sobre as preocupações que nos assaltam neste tempo em que as gerações que nos sucedem assumem a responsabilidade de prosseguir o caminho e fazerem melhor.

Nestas breves linhas não podemos mais do que expressar o nosso desconforto perante as largas camadas de portugueses pobres, sem voz e sem nome; de proclamar o nosso desassossego pelo desinteresse de muitos cidadãos fechados em si próprios, com aparente desprezo pela vida coletiva; de manifestar a angústia de quem, como nós, se empenhou, no tempo e nas condições aprovadas e consensuais, em abraçar o projeto virtuoso de construir uma sociedade liberta, democrática e justa; de proclamar enfim o nosso empenho em participarmos no combate pelos valores que as novas sociedades democráticas nos apontam, rejeitando a demagogia, a descriminação, o racismo, a guerra e qualquer tipo de violência, as desigualdades sociais geradoras da pobreza, da ignorância, da exclusão e do sofrimento. Essa é a principal mensagem que

ANICETO AFONSO

expressamos a quem tem assumido a responsabilidade política de mudar Portugal.
Nós confiamos que o 25 de Abril seja por muito tempo o símbolo de uma inquietação individual e social, de um desejo de fazer melhor, de uma vontade de participar e lutar, de um sentido para a vida e para um futuro melhor. Nós confiamos nas novas gerações, como continuadoras do 25 de Abril. Tomem nas vossas mãos esta herança de Abril, defendam-na e prossigam o caminho em direção a uma vida melhor e mais feliz, para todos e para cada um. E, em especial, não esqueçam ninguém.
É neste ponto, para que ninguém possa esquecer, que se situa o projeto, há muito acalentado por todos nós, de se construir um lugar físico onde todos possam refletir sobre o significado do 25 de Abril e da revolução portuguesa, onde a explicação do que ocorreu e das razões que estiveram na base da atuação dos capitães de Abril sejam exemplarmente expostas e claramente transmitidas a todos os visitantes – falamos de um centro de interpretação do 25 de Abril, como corolário das iniciativas ligadas às comemorações dos 50 anos dessa inesquecível madrugada.
Finalmente, devemos também refletir sobre o significado do 25 de Abril para a Europa, para a África e para o mundo, e seria adequado que as comemorações dos 50 anos incluíssem a sua dimensão internacional, com o apoio, não apenas de todo o aparelho diplomático e de representação do país, mas também das redes de portugueses espalhados pelo mundo e de todos aqueles que, sendo estrangeiros, admiram o 25 de Abril e compreendem o seu alcance.

A NOSSA TRIBUNA

O Referencial é a revista da A25A e, como tal, uma das formas de estarmos presentes e cumprirmos os nossos fins estatutários. O nosso projeto tem em vista mantê-lo como uma tribuna múltipla, defensor dos valores de Abril e fórum de várias vozes. Neste número referente ao último trimestre de 2022, temos um notável conjunto de colaborações que revelam olhares cruzados perante a sociedade que somos, os problemas que se nos colocam, os caminhos a seguir, as memórias que nos alertam, a arte que nos comove, as esperanças que nos animam. São mensagens diversas, mas convergentes nos desafios que expressam e nos avisos que transmitem.

Em primeiro lugar, falo-vos da nova secção que desejamos manter pelo menos até ao 50.º aniversário do 25 de Abril, na forma de uma carta dirigida aos netos de Abril, continuando a atribuir aos jovens a importância que lhes cabe na condução futura da nossa democracia. Desta vez é o próprio coordenador da secção, o nosso sócio Jorge Golias, que a todos se dirige, através "Desta carta que vos deixo", lançando "algumas ideias", alinhadas desta forma: "ler é saber e saber é poder!", quem lê domina a língua e aprende a escrever, há valores civilizacionais básicos que precisam de ser cultivados e princípios que não podem cair no esquecimento – por exemplo, o amor à liberdade e à democracia, é indispensável que cada um assuma as suas responsabilidades, e finalmente, hoje como sempre, é "do confronto de ideias que se fez luz", e continua a fazer. E é "sempre tempo de começar".

Continuando com os jovens, escutamos agora as suas vozes. Desta vez, através das nossas coordenadoras Maria Inácia Rezola e Fátima Lopes Cardoso, damos continuação à apresentação de trabalhos dos seus alunos da ESCS do Instituto Politécnico de Lisboa. O primeiro texto, da autoria das alunas Ana Beatriz Cardoso, Beatriz Jesus e Liza Silva, traz-nos "Três vozes, uma revolução – Abril aos olhos dos jovens de diferentes espectros políticos", para o que entrevistaram três jovens políticos em atividade: João Barata, militante da Juventude Socialista, Diogo Barros, membro do Bloco de Esquerda e Bernardo Blanco, deputado pela Iniciativa Liberal. No outro texto, os alunos Duarte Silvério e Marta Mendes conversaram com Ana Benavente, a quem chamaram a "Eterna Rebelde", e da entrevista resultou o trabalho que agora nos apresentam. Sejam bem-vindos ao nosso convívio, as vossas mensagens têm em nós um eco especial.

A habitual entrevista que os nossos coordenadores Alexandre Manuel e Carlos de Matos Gomes costumam trazer-nos, na rubrica Cultura e Liberdade, é neste número substituída por um texto sobre o escritor José Saramago, a propósito da passagem dos cem anos do seu nascimento e dos 25 anos do prémio Nobel. Nada mais útil nestes tempos de muita incerteza do que escutar a reflexão do nosso colaborador sobre o grande escritor: "Saramago avisa-nos também de quão devastadoras podem ser as consequências da lucidez, de percebermos que vivemos num mundo absurdo, onde os atos não têm justificação, ou onde todos os atos se justificam".

Na sequência de um escritor, damos um salto ao passado anterior ao 25 de Abril, ou seja, à censura sobre a literatura que o salazarismo implementou e praticou sistematicamente. Álvaro Seiça, trazido pela mão de Armando Pires, leva-nos numa autêntica aventura descobridora até à realidade que os autores portugueses viveram durante décadas, através de um texto forte e expressivo com o título aliciante de "Desassombrando a biblioteca da censura. Parte 1: O Resgate". Ou seja, teremos ainda a continuação desta aventura de investigação que estava por fazer. O nosso obrigado ao autor por nos colocar perante tempos a que não queremos

voltar, mesmo que camuflados com processos mais sofisticados.

OS CONFLITOS

Mudamos agora de página e vamos ao encontro dos convidados do nosso coordenador Luís Sequeira na rubrica "Caminhos para o futuro". Em primeiro lugar, Adalberto Campos Fernandes, nome bem conhecido da política de saúde em Portugal, traz-nos uma reflexão oportuna a que chamou "Portugal e os desafios da saúde", alertando-nos a todos que "do ponto de vista político, a saúde terá de ser considerada como uma prioridade no plano estratégico tal como no plano orçamental". Seja, pois, bem-vindo ao nosso convívio.

O texto seguinte continua a série das estações do ano, desta vez assumido pelo próprio coordenador, Luís Sequeira, com "Um Outono sombrio". A propósito da aproximação das celebrações dos 50 anos de democracia e dos 40 da entrada na União Europeia, o autor relembra-nos a hierarquia natural de responsabilidades políticas: "a política dirige a economia e esta trata da estratégia, ou seja, da gestão dos recursos, designadamente dos financeiros". Ora, atualmente em Portugal "constata-se que houve uma subversão dessa hierarquia, as finanças passaram a dominar a economia e esta a condicionar a política, com a consequente inversão de prioridades e uma grande fragilidade das decisões governativas e, particularmente, das ações gestionárias".

Segue-se um texto longo, mas indispensável, de um novo convidado, Mário Romão, professor de Sistemas de Informação no ISEG, com o envolvente título de "Tecnologias persuasivas para cérebros paleolíticos: que futuro nos espera?". O autor avisa-nos logo de início: "As tecnologias exponenciaram o desenvolvimento das sociedades. Mas nos últimos anos estão a revelar-se 'mandantes', com o homem no papel de 'servo'. Há sinais de uma devastação cognitiva em curso, sobretudo nos jovens". Julgo que o autor está a colocar-nos perante grandes desafios do futuro. Bem-haja pela sua colaboração.

Na secção de "Janelas sobre o mundo", o seu coordenador é também autor de uma abordagem diferente, com o título "A evolução da Resolução de Conflitos", lembra-nos que existe uma evolução moderna desta temática, no "propósito de resolver conflitos através de meios pacíficos", "procurando obter soluções de compromisso satisfatórias para todos". Os tempos que vivemos dão saliência a esse caminho. Uma chamada de atenção, na mesma secção, para o texto do nosso sócio Manuel Martins Lopes com o sugestivo título de "Revisitar o espírito de Helsínquia", lembrança dos acordos de 1973-1975.

Continuando o seu caminho, José Fanha, na secção Arte e Poesia, retoma as "Histórias do tempo da outra senhora", com uma expressiva memória sobre o bairro de Alcântara dos anos 50 e 60, recordando a resistência à ditadura com um soneto de José Afonso e um desenho de José Dias Coelho.

Vem depois a secção de História e Memórias, onde o nosso colaborador Reto Monico con-

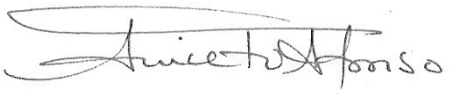
tinua a retirar dos arquivos a expressiva correspondência diplomática dos embaixadores suíços em Lisboa, no período 1974-1975, neste número com o capítulo "O 11 de Março e as eleições". Acompanha-o o nosso sócio João Barroso Soares, que junta um testemunho pessoal sobre José António Ribeiro Santos, morto pela PIDE/DGS em 12 de outubro de 1972, passaram agora 50 anos. Ficamos muito gratos pelas memórias que connosco partilha.

Referência ainda às homenagens que prestamos àqueles que nos deixaram, Maria do Rosário Rodrigues, nossa saudosa sócia e dirigente e também Maximino Serra, antifascista e lutador da liberdade.

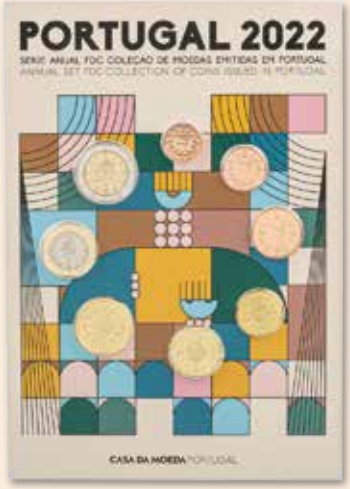
Apresentamos também a relação dos militares de Abril condecorados com a Ordem da Liberdade em 23 de dezembro. A todos os camaradas e seus familiares apresentamos os nossos calorosos parabéns, transmitindo-lhes a certeza de que o ato muito nos honra a todos.

Nas notícias da A25A destaque para o relato da viagem por Itália pelo nosso vice-presidente da direção, Aprígio Ramalho, para os livros lançados no nosso fórum e para a apresentação do n.º 146 d'*O Referencial* ocorrida em 22 de novembro, com muitos sócios e colaboradores presentes, onde tive o privilégio de me dirigir a todos e acabar da seguinte forma: "Finalmente, como posso não ficar grato a toda esta equipa e a todos estes participantes e colaboradores? Como podemos, nós, A25A, não nos sentirmos honrados pela vossa presença e pela vossa amizade? Nós somos privilegiados por estarem connosco e lançarem esta mensagem a todos os que nos possam ouvir – Abril está aqui entre nós, Abril é, tem de ser, a nossa referência, o alicerce do nosso futuro, a nossa luz e também o guia de todos nós. Os valores de Abril são demasiado belos para os desprezarmos ou aliviarmos o nosso empenho. A liberdade, a democracia, a paz e a justiça guiaram os nossos passos; que eles continuem a servir de faróis da nossa vida comum e da nossa vida de todos os dias sintetiza a nossa grande esperança".

Uma última referência: vamos publicar um número especial d'*O Referencial*, comemorativo dos 50 anos do 25 de Abril, onde todos os nossos associados têm oportunidade de participar. O regulamento está neste número. Temos a saudável expetativa de podermos contar com todos.



SÉRIE ANUAL 2022



MOEDAS COMEMORATIVAS 2022

LISBOA R. Escola Politécnica, 137 • R. D. Filipa de Vilhena, 12 e 12-A • Biblioteca Nacional - Campo Grande, 83
COIMBRA Rua Visconde da Luz 94, 96 e 98
PORTO R. Cândido dos Reis, 97
WWW.INCM.PT moeda.apoiocliente@incm.pt

CASA DA MOEDA
INCM
IMPRENSA NACIONAL CASA DA MOEDA

MENSAGENS PARA OS HERDEIROS DA REVOLUÇÃO

António Pedro Santos, Lusa

Nesta secção d'*O Referencial*, propomo-nos trazer testemunhos múltiplos de Capitães de Abril que se empenharam em conjunto na construção da sociedade em que hoje vivemos, com todas as suas virtudes e defeitos, deixando uma mensagem aos mais jovens

JORGE SALES GOLIAS*

ESTAMOS JÁ EM TEMPO de comemoração dos 50 anos do 25 de Abril de 1974. A celebração da efeméride mais importante do século XX português terá os seus momentos memorialísticos, mais ou menos solenes, mais ou menos festivos, com mais ou menos povo nas ruas, desejavelmente evocada um pouco por todo o país. Muitos dos capitães resistentes, que ainda chegarem a esta data-marco, estarão com certeza envolvidos nestas celebrações.

Ao longo destes quase 50 anos foram muitos os que se deslocaram aos mais diversos palcos de evocação, sobretudo a universidades, a escolas, a organismos oficiais e particulares, a outras associações, a muitas autarquias, contando a História e as estórias de Abril e a circunstância feliz de terem estado envolvidos numa missão

A nossa revista propõe-se proporcionar a transmissão de saberes entre gerações. Na foto, o almirante Martins Guerreiro, Capitão de Abril, com jovens que comemoravam o 47.º ano da Viragem Histórica

fundamental para o bem comum – a conquista da Liberdade, o fim da Guerra Colonial e a instituição do Regime Democrático.

Alguns andaram por onde os filhos e netos os requisitavam, representando então um outro papel, o de contribuírem para a preservação da memória e de se apresentarem em carne e osso para que a imagem, muitas vezes mirífica, se tornasse realidade. Pessoalmente, recordo um dia destes comemorado na Escola Secundária José Falcão, de Coimbra, em que a directora disse aos seus alunos que eles tinham a sorte de conhecer um Capitão de Abril aos 15/17 anos enquanto ela só a teve naquele momento, já com mais de 40 anos!

O tempo passou, estão quase 50 anos cumpridos depois desta data memorável, que nos emociona ainda, sempre que a evocamos. Missão cumprida, mas talvez haja ainda algo mais que alguns poderão fazer – dirigirem-se agora directamente aos mais novos, não para contar feitos e glórias, mas outrossim para lhes deixar um legado de reflexões sobre este período da vida de Portugal e dos portugueses. Que pensamentos, que discussões nos ocupavam e que preocupações tínhamos em tempo de ditadura? Quais eram as nossas aspirações e expectativas? Quantos dos nossos objectivos cumprimos e quantos ainda aí estão por acabar, deixados por herança histórica de um programa que ainda decorre? Quais serão as preocupações dos jovens de hoje que nós, os mais velhos, ainda partilhamos, e quais serão os seus novos objectivos de luta?

Nesta secção *d'O Referencial*, CARTA AOS NETOS DE ABRIL, propomo-nos trazer testemunhos múltiplos de companheiros que fizeram este percurso e se empenharam em conjunto na construção da sociedade em que hoje vivemos, com todas as suas virtudes e defeitos, deixando uma mensagem aos mais jovens, como herdeiros que são deste complexo percurso que nós fizemos.

Hoje fica aqui a minha mensagem pessoal, esperando que outros alimentem esta cadeia, como elos que somos de uma corrente que nunca pára. E que nestas páginas possamos ler, discutir e contraditar os dizeres e as ideias de cada um, simples acto que era impossível no regime a que o 25 de Abril de 1974 pôs fim.

E se algum neto nos quiser responder ou questionar, aqui tentaremos continuar o diálogo, no pressuposto de que o progresso humano assenta na transmissão de saberes entre gerações.

SE ALGUM NETO NOS QUISER RESPONDER OU QUESTIONAR, AQUI TENTAREMOS CONTINUAR O DIÁLOGO, NO PRESSUPOSTO DE QUE O PROGRESSO HUMANO ASSENTA NA TRANSMISSÃO DE SABERES ENTRE GERAÇÕES

* Capitão de Abril, sócio da A25A

ESTE LEGADO QUE VOS DEIXO

Carlos Pereira Martins

Ao aproximar-se a comemoração do 50.º aniversário da Revolução, os Capitães de Abril querem dirigir-se aos jovens para lhes falarem sobre os valores que dão sentido à liberdade

CARTAS AOS NETOS DE ABRIL

Não se trata de deixar uma imagem para a posteridade. O que estou a fazer tem apenas a intenção de tentar transmitir saber de experiência feito de forma que os jovens em geral possam ter mais termos de comparação

JORGE SALES GOLIAS*

QUANDO JULES MOCH escreveu *Socialismo Vivo – Dez cartas a um jovem*, em 1960, adoptando o figurino de cartas ao neto, quando ele tiver 16 anos, fê-lo em resposta a uma questão posta pelo próprio neto.

E, assim, parece-me fácil, ou no mínimo confortável, elaborar sobre esta ou outra qualquer matéria que um avô queira deixar como seu legado aos seus descendentes ou aos jovens em geral. Mas, para mal dos meus pecados, a mim ninguém me perguntou nada. E penso mesmo se não terei falado demais ou se não terei feito alguns sermões aos peixes, nas minhas divagações, aparentemente despretensiosas, através das quais eu queria era escrever "cartas aos netos" para lhes legar alguma da experiência acumulada ao longo da minha já provecta existência.

Por vezes lá desponta algum sinal de que me ouviram, mas nem sempre para concordar, o que não é necessariamente negativo. Gosto que me contradigam, estou sempre pronto a aprender e a melhorar, mas não suporto argumentos pouco inteligentes.

Estou perto do fim, já percorri longos caminhos, aprendendo sempre ao longo da vida, mas também usando a sabedoria acumulada para gerir as pessoas e as situações, na vida militar, e também na vida civil.

Voltando ao livro de Jules Moch, da Livraria Morais Editora e com a chancela de *O Tempo e o Modo*, leio sem espanto a minha assinatura, e a referência: Academia Militar, Lisboa, 1965. Passaram então 57 anos! Folheio-o, releio passagens sublinhadas e eis que concluo pela actualidade dos pontos de vista deste autor, que foi ministro de França e que naquele tempo de escuridão cultural em Portugal explicou a muitos jovens o que era uma democracia, socialista ou não, o que era o socialismo e o que era o comunismo.

Claro que hoje qualquer pessoa vai ao *Google* e fica a saber o essencial sobre tudo o que lhe aprouver. Mas quem faz isto, quem vai à *net* aprender sobre os temas candentes da sociedade actual: a democracia representativa, a ditadura, o nacionalismo, o racismo, o populismo, o colonialismo, a escravatura, os diferentes estados de género, etc.? E já agora, quem se importa com perceber o que foram os descobrimentos e a colonização? Ouvimos respostas como a de que nada foi descoberto porque os países já lá estavam!

Mas, a que propósito vem esta prosa toda, nesta altura de uma vida já muito longa e perto

de se finar? Pois, deve ser esse sentimento de fim de linha que me traz a responsabilidade de deixar algo que eduque, que ajude a perceber, que forneça armas para que os mais novos naveguem melhor em mares encapelados.

SABER DE EXPERIÊNCIA FEITO

E nesta altura faço uma declaração de intenções: não se trata de deixar uma imagem para a posteridade, até porque não acredito que haja vida para além desta, nem na reencarnação. Sou agnóstico e não temo que os meus pecados me vão penalizar numa qualquer colónia de férias celeste. Portanto, o que estou a fazer tem apenas a intenção de tentar transmitir saber de experiência feito de forma que os jovens em geral possam ter mais termos de comparação.
Posto isto, e pensando agora no que tenho para dizer-vos, leitores de todas as idades, mas preferencialmente de mais juventude, começarei por dizer que assim de caras nada tenho a declarar que vos interesse. Também, repito, não estou a responder a perguntas de ninguém.
Mas há algumas ideias que vos posso lançar.

Por exemplo:

1. Perturba-me o julgamento que vos é feito, e no qual também alinho, de que a maioria dos jovens lê muito pouco ou nada, que não seja curricular ou quase mandatório. Pois, eu sei que hoje as vossas fontes de informação não são os jornais nem os telejornais, mas outrossim os *sites* por onde circulam e que vos vão dando notícias do que se passa no mundo. Ao fim de muitas décadas de leituras intensas posso dizer-vos que sou o que li, leio e lerei.
   Desta prática permanente, a par do exercício físico diário, devo a minha sanidade, a minha sabedoria e a minha capacidade de escrever razoavelmente bem. Em muitas circunstâncias da minha vida pude estar confortável porque tinha adquirido uma boa cultura geral. O saber deu-me poder e alavancou toda a minha carreira profissional e pessoal. Aqui fica então a primeira dica, leiam, leiam os clássicos, e os contemporâneos. Ler é saber e saber é poder!
2. Quem muito lê acaba por saber escrever e por aprender a dominar a Língua, moldando-a a seu bel-prazer nos escritos que sempre se produzem, quer seja para publicação em jornais, revistas ou em livro. E, se estas hipóteses não surgirem, há sempre a troca de textos que em redes de amigos se vão suscitando. E quem é lido, é comentado e convidado para toda a espécie de textos e assim se vai tornando conhecido, apreciado

DEVE SER
ESSE SENTIMENTO
DE FIM DE LINHA
QUE ME TRAZ
A RESPONSABILIDADE
DE DEIXAR ALGO
QUE EDUQUE,
QUE AJUDE
A PERCEBER

e respeitado. Outra vez a questão do poder que acaba por se conquistar no seio da comunidade profissional e das comunidades de amigos.

3. A terceira questão que vos coloco é a dos valores. Os da minha geração, eu incluído, costumam dizer que se regem pelos valores judaico-cristãos e greco-romanos, numa mistura de religião e de moral que tem a ver com as fundações da civilização dita ocidental. Neste quadro de valores não tem necessariamente de haver deus. Mas, já estamos muito longe da Idade Média onde era necessário ensinar os conhecimentos básicos de vida em sociedade. Porém, a voracidade do modo de vida actual pode levar ao abandono da prática de valores básicos de uma civilização: o respeito por outrem, a distinção entre o bem e o mal, o sentido de justiça social, a compaixão, a solidariedade, etc..
4. A quarta questão tem a ver com ideologia, não no sentido dogmático de se optar por uma ideologia política clássica (capitalismo, liberalismo, social democracia, socialismo, comunismo), mas no sentido de se praticar um conjunto de princípios quase óbvios, mas que também eles por vezes se deixam cair no esquecimento: o amor à liberdade, o respeito por valores democráticos (o voto, a força da maioria, o respeito pelas minorias), a busca permanente de soluções de justiça social (melhor distribuição da riqueza, direito ao trabalho, direito das mulheres e das crianças, o incentivo do sindicalismo, a democratização do ensino e da cultura),

PERTURBA-ME O JULGAMENTO QUE VOS É FEITO, E NO QUAL TAMBÉM ALINHO, DE QUE A MAIORIA DOS JOVENS LÊ MUITO POUCO OU NADA

enfim, todo um quadro de valores que se aprendem felizmente nos bancos da escola, apesar dos pais radicalizados que os combatem em nome de um conceito de propriedade intelectual sobre os educandos.

5. A quinta questão é sobre como deve um jovem comportar-se no seio da sociedade que o integra: pois, sendo jovem, e consequentemente querendo mudar o mundo, sendo revolucionário (não necessariamente violento), deve assumir as suas responsabilidades sociais e políticas, integrado em movimentos e/ou partidos progressistas. Não deixo nenhuma receita comportamental pois cada um reage à sua maneira, devendo preparar-se para assumir as consequências dos seus actos.
6. A sexta e última questão é a dos objectivos de luta nos dias de hoje. Sempre foi do confronto de ideias que se fez a luz. Há 50 anos lutávamos para pôr fim à guerra colonial e

para mudar o regime político ditatorial em Portugal. Depois, ultrapassámos o caos revolucionário e lutámos pela construção de um regime democrático numa perspectiva socialista.

AS MAGNAS QUESTÕES

Registo: Há 50 anos éramos ou dizíamos que éramos quase todos socialistas! Todos os partidos políticos, incluindo os da direita (PPD/PSD e CDS) tinham nos seus programas os objectivos socialistas. Foi assim que se deu início à prática do 3.º D do Programa do MFA – o Desenvolvimento. Hoje, no rescaldo de todo este processo político, sobram ainda as magnas questões de uma maior **justiça social** e de um melhor **combate à corrupção**, pois estamos longe de as cumprir.

Depois, e ainda em continuação do processo de luta, a luta da **emancipação da mulher** até à paridade com o homem. Estes são os objectivos herdados da Revolução do 25 de Abril.

Agora, as novas gerações têm pela frente todo um vasto conjunto de problemas mais universalistas que deverão fazer parte do seu menu de luta: as **alterações climáticas** que devem impor um calendário duro de Descarbonização; a luta pela **igualdade de género**, que deverá ser expurgada de exageros que a descredibilizam. A clarificação de conceitos de radicalismo, nacionalismo, racismo, escravatura, etc..

A discussão inteligente dos "demónios" que se instalaram nas sociedades no pós-colonialismo: a guerra colonial, o colonialismo, a devolução dos objectos de arte, a discussão sobre os símbolos iconográficos, sobre os heróis da História (que não eram democratas, nem defensores do género e não devem nem podem ser condenados por isso).

Os erros de perspectiva e de princípios que detectarem os que esta prosa lerem, se nada mais se aproveitar, serão já um razoável contributo para o vosso proveito.

Vai ser necessário esperar que esta minha geração (da guerra colonial, do 25 de Abril e dos chamados retornados do ultramar) desapareça para que seja possível ganhar ambiente para fazer a catarse dos problemas que os jovens de hoje estão a receber de herança histórica.

Mas é sempre tempo de começar.

NÃO DEIXO NENHUMA RECEITA COMPORTAMENTAL, POIS CADA UM REAGE À SUA MANEIRA, DEVENDO PREPARAR-SE PARA ASSUMIR AS CONSEQUÊNCIAS DOS SEUS ACTOS

* Capitão de Abril, sócio da A25A

REVOLUÇÃO NO PRESENTE DO INDICATIVO

Os futuros jornalistas da Escola Superior de Comunicação Social foram à descoberta da história de vida de Ana Benavente, uma figura ímpar na luta contra a ditadura, mas também ouviram a nova geração de políticos para perceberem como os jovens ainda hoje se inspiram nos ideais da Revolução quando defendem as causas que acreditam serem essenciais para um Portugal mais justo

FÁTIMA LOPES CARDOSO*

A HISTÓRIA DE VIDA de Ana Benavente, combatente da ditadura, ex-secretária de Estado da Educação e investigadora aposentada do ICS (Instituto de Ciências Sociais), da Universidade de Lisboa, inspira a futura geração de jornalistas da Escola Superior de Comunicação Social (ESCS), do Instituto Politécnico de Lisboa, a criar mais um texto que nasce do desafio de aproximar os mais jovens dos ideais de Abril. Da autoria de Duarte Silvério e Marta Mendes, atualmente alunos do 2.º ano da licenciatura em jornalismo, o artigo leva-nos até às memórias de infância e da juventude de Ana Benavente para construir o retrato do que foi viver no Portugal atrasado e pobre do Estado Novo, onde só alguns tinham acesso à cultura e à educação.

A antiga deputada do PS, eterno espírito rebelde, como é descrita no texto, lembra como era a pequena cidade do Cartaxo, onde nasceu a 11 de agosto de 1945. "Na província, não havia teatros, nem se ouvia música", escrevem. Já em

Carlos Pereira Martins

Ao contrário dos discursos mais pessimistas, podemos confiar e ter esperança nas gerações que ainda darão muito que falar no Portugal de amanhã

Lisboa, recorda como teve de derrubar preconceitos e muros em diversas instituições de ensino em que estudou. Depois de tanto contestar o regime, aos 20 anos, Ana Benavente viu-se obrigada a fugir para Genebra ou, como prefere, Genève, para conseguir escapar à PIDE.
Viveu dez anos naquela cidade Suíça e foi na Universidade de Genève que se licenciou, em 1970, em Ciências da Educação, e, mais tarde, se doutorou em Sociologia da Educação. Mesmo à distância, não baixou os braços e continuou na

MAIS UM TEXTO QUE NASCE DO DESAFIO DE APROXIMAR OS MAIS JOVENS DOS IDEAIS DE ABRIL

luta pela liberdade. Com 77 anos, Ana Benavente é hoje autora de diversos livros sobre educação e literacia que fornecem pistas para o que deve ser um país com um futuro de excelência. Os seus feitos mereceram-lhe a Comenda de Isabel a Católica, atribuída pelo Rei de Espanha, em 2000, e a Ordem de Grande Oficial Infante D. Henrique, conferida pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, em 2005.

A história contada na primeira-pessoa ajuda a perceber como se formou uma das mulheres mais ativas nas vidas política e cívica, que contribuiu para o Portugal democrático, mais perto daquele que imaginou, apesar dos problemas que continuam a corroer o País, como sejam o cada vez mais difícil acesso à saúde pública e os níveis de pobreza ainda muito elevados. É importante lembrar que, de acordo com dados revelados em setembro de 2022, pelo Eurostat, a pandemia provocou um aumento de 2,3 milhões de portugueses em risco de pobreza ou de exclusão social, ou seja, 22,4%. Segundo o relatório da EAPN – *European Anti Poverty Network* (Rede Europeia Anti-Pobreza), "Portugal passou a ser o 8.º país da União Europeia com maior proporção da população a viver este tipo de vulnerabilidade social e económica".

A PANDEMIA PROVOCOU UM AUMENTO DE 2,3 MILHÕES DE PORTUGUESES EM RISCO DE POBREZA OU DE EXCLUSÃO SOCIAL

JOVENS POLÍTICOS

A história de vida de Ana Benavente é a prova de que todos podemos fazer algo para inverter estes números alarmantes. Mas o futuro do país estará - se não a curto, a longo prazo - nas mãos dos jovens políticos, membros de diferentes partidos que têm representação na Assembleia da República. Cientes da sua importância no destino da nação, as estudantes Ana Beatriz Cardoso, Beatriz Jesus e Liza Silva procuraram perceber qual é a visão que três jovens de forças partidárias opostas têm do 25 de Abril e da relevância do momento histórico para poderem exercer a sua função em liberdade, a qual consideram ser "um direito imprescindível". João Barata, militante da Juventude Socialista (JS), Diogo Barros, membro do Bloco de Esquerda (BE), e Bernardo Blanco, deputado pela Iniciativa Liberal (IL) foram os jovens políticos que responderam ao repto lançado. São as três vozes sobre uma revolução e que ajudam a perceber como a sua geração vê o 25 de Abril.

As ideias e as convicções que encontramos, como leitores, provam que há muito mais vida de Abril. Ao contrário dos discursos mais pessimistas, podemos confiar e ter esperança nas gerações que ainda darão muito que falar no Portugal de amanhã. Só para se ter uma ideia

Paulo Novais, Lusa

de como os ideais de Abril ainda hoje norteiam estes jovens políticos, partilhamos algumas frases que, com certeza, suscitarão uma imensa vontade de ler o artigo. As palavras de João de Almeida Barata são muito claras sobre o que significaria viver num regime ditadorial, se não tivesse havido o 25 de Abril: "A vida nessas circunstâncias seria, como muitos poetas portugueses imaginaram, uma longa noite ou uma asfixia insuportável, até terminada". Da mesma forma, Bernardo Blanco confessa que o seu destino seria bem distinto do que a realidade em liberdade lhe proporciona: "Se Portugal ainda fosse refém da ditadura ou seria um forte opositor do regime, como terá sido Sá Carneiro no seu período da Ala Liberal, ou teria de emigrar e fazer a vida onde a liberdade reinasse, como foi o caso de muitos portugueses que partiram para muitos outros países europeus. Seria este o caso da esmagadora maioria dos liberais". E assume com muita convicção que, se ainda vivêssemos nesse regime claustrofóbico, "lutaria, resistiria e sacrificar-me-ia". No mesmo artigo, Diogo Barros sublinha como é importante recordar o passado para evitar que os erros se repitam: "A memória do 25 de Abril deve ser mantida continuando a celebrar Abril e as suas conquistas, combatendo também a desinformação e a extrema-direita."

* Professora do ensino superior e investigadora

Luísa Ferreira

Haver ainda testemunhos vivos do 25 de Abril contribui para que a ditadura não se torne tão inimaginável para as gerações mais novas

O LIVRE RESPIRAR DOS JOVENS POLÍTICOS

Após 48 anos do fim da ditadura, a Revolução dos Cravos continua presente tanto na memória das gerações que viveram a repressão como no imaginário coletivo de quem tem a liberdade como herança. João Barata, militante da Juventude Socialista (JS), Diogo Barros, membro do Bloco de Esquerda (BE), e Bernardo Blanco, deputado pela Iniciativa Liberal (IL), são jovens políticos que vivem a liberdade como um direito imprescindível

ANA BEATRIZ CARDOSO, BEATRIZ JESUS, LIZA SILVA*

SEGUNDO UMA SONDAGEM feita pela Universidade Católica Portuguesa, os jovens, as mulheres e os mais instruídos são os que mais valorizam o 25 de Abril. É precisamente na faixa etária que não testemunhou a ditadura que a data alcança um sentido maior. Segundo este estudo, quando se analisa o voto nas legislativas com a relação com a Revolução, a maioria dos inquiridos com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos classifica o acontecimento como muito importante, exceto os votantes do Chega. Para quem tem a política como uma missão de vida, este marco histórico ganha um significado acrescido. À esquerda ou à direita, os jovens militantes têm bem presentes os ideais de Abril.

Direitos reservados

Diogo Barros, 19 anos, militante do Bloco de Esquerda

DIOGO BARROS (BE)

Oliveira São Mateus, no concelho de Vila Nova de Famalicão, tinha, em 2011, uma população de cerca de 2700 habitantes. O típico meio rural, onde todos se conhecem, onde as idosas passam tardes à janela e as crianças jogam à bola na rua sem se preocuparem se algum automóvel, está a passar.

Foi neste ambiente pacato que cresceu Diogo Barros, 19 anos, militante do Bloco de Esquerda (BE), candidato pelo partido à sua junta de freguesia. Sem conseguir ficar indiferente às injustiças e às desigualdades do meio onde se inseria, descobriu que a forma possível de mu-

dar o mundo seria a política. "Certamente por viver num meio rural, onde a pobreza é mais expressiva, sentia-me impune ao ver vizinhos e conhecidos sem comida na mesa ou luz em casa", revela. Com apenas 16 anos, filiou-se no BE por considerar ser esta a força política com a qual mais se identificava.

"O 25 de Abril é um dos marcos mais importante da história portuguesa. O povo, junto dos capitães de Abril, derrubou o regime fascista português. Trouxe-nos liberdade e salvaguardou-nos direitos fundamentais, tais como o acesso à educação e à saúde. Para mim, é sem dúvida o acontecimento mais importante da história de Portugal. Prezo os valores de Abril e luto por eles." Marxista-leninista assumido, o jovem afirma que, com a ascensão da extrema-direita em Portugal, os ideais pelos quais tanta gente lutou têm de ser preservados. Para contribuir para que tal aconteça, Diogo Barros fundou a *Humanamente*, uma associação pela defesa dos direitos humanos. "Os direitos conquistados ao longo dos anos devem mais do que nunca ser salvaguardados. Combater a extrema-direita e as desigualdades são uma prioridade."

Direitos reservados

João de Almeida Barata, 28 anos, militante da Juventude Socialista

JOÃO BARATA (JS)

Desde criança que as salas de aula preenchem os dias de João de Almeida Barata. Primeiro como aluno e, aos 28 anos, como professor de História. Foi através da disciplina que hoje leciona que, no secundário, começou a interessar-se por política, despertando para a realidade que o rodeava. Mais tarde, já na universidade, sentiu a necessidade de participar ativamente na vida política, decisão influenciada pela intervenção financeira da Troika e as consequências sentidas no ensino superior. Atualmente, é militante da Juventude Socialista (JS). A licenciatura e o mestrado em História Moderna e Contemporânea fazem com que o jovem esteja na sua praia quando se evoca os temas ligados à Revolução de Abril. "Como apenas tive acesso a relatos e testemunhos e não a vivi, romanceei-a e apaixonei-me pelos ideais que a Revolução representou e representa. Hoje, sinto-me herdeiro dos seus ideais e realizações. Numa época em que os valores são questionados e nos confrontamos com uma quase indistinção entre o que é uma democracia e o que não é, o 25 de Abril é sempre

um horizonte ideológico e político que permite reconhecer o que, de facto, é importante para mim e para os outros", sublinha.
A democratização do país traduziu-se na legalização de diversos partidos políticos, proibidos durante o Estado Novo. Não havia espaço para outras vozes que não as do partido único (União Nacional) de Salazar. Não havia espaço senão para "Deus, Pátria e Família". O 25 de Abril deu vigor a forças políticas como o Partido Socialista (PS) - fundado em 1973 - partido de João de Almeida Barata. "A Revolução foi um momento que, por si só, significou a legalização do PS no contexto português e, por isso, a possibilidade de este intervir na organização política, social e económica do país", explica o jovem militante. E sublinha o facto de que um partido cuja ideologia assenta na democracia e nas liberdades individuais nunca poderia coexistir com um regime repressivo, que não as garante. "A ideologia do socialismo democrático encara o fim da ditadura como condição sem a qual o progresso coletivo não seria possível. Esse progresso deve assentar sempre na dignidade da pessoa humana, que não era garantida de forma alguma pelo Estado Novo."

A política como "tópico à mesa de jantar" é uma das memórias mais vivas de criança. No secundário, leu um livro do seu avô intitulado *Free to Choose*, da autoria de Milton Friedman, e foi através desta obra que descobriu o liberalismo. "Na faculdade, comecei a organizar eventos para dar a conhecer às pessoas o liberalismo e a sua história."

Direitos reservados

Bernardo Blanco, 27 anos, deputado eleito pela Iniciativa Liberal

BERNARDO BLANCO (IL)

Licenciado em gestão e mestre em ciência política, Bernardo Blanco, 27 anos, foi recentemente eleito cabeça de lista da Iniciativa Liberal (IL) pelo distrito de Lisboa. Para o jovem deputado, a Revolução representou uma nova tentativa para o liberalismo, pilar da ideologia que defende. As crises cíclicas do capitalismo tornaram as massas alvos fáceis das direitas conservadoras, condenando o liberalismo, em Portugal, até à Revolução de Abril. "A ditadura de Salazar, como todas aquelas que emergiram na Europa nos anos 30, constituiu uma revolta contra o liberalismo político e económico. O liberalismo foi considerado culpado pela Grande Depressão na economia internacional e, em

Portugal, foi considerado culpado, ainda que erroneamente, pelo fracasso da Monarquia, primeiro, e depois da Primeira República. Para chegarmos onde estamos hoje, era essencial pôr fim ao Estado Novo."

REGIME DE SALAZAR EM 2022

"A vida nessas circunstâncias seria, como muitos poetas portugueses imaginaram, uma longa noite ou uma asfixia insuportável, até terminada", reconhece o militante da JS, João de Almeida Barata. Um regime marcado pela política de partido único e pela censura, em 2022, significaria que, para além de ver o partido que apoia reprimido, não poderia manifestar a sua opinião política sem que acabasse na cadeia do Aljube.

A profissão que hoje exerce seria, como foi nos anos anteriores a 1974, usada para transmitir aos alunos os dogmas salazaristas, atuando qual mecanismo de controlo. "A vida num regime fascista significaria a clandestinidade ou a resistência no exílio", diz, assumindo que permaneceria numa luta incansável pela democracia. "Lutaria, resistiria e sacrificar-me-ia".

A dura realidade do jovem deputado da IL, Bernardo Blanco, seria semelhante. Se Portugal ainda fosse refém da ditadura – imagina - "ou seria um forte opositor do regime, como terá sido Sá Carneiro no seu período da Ala Liberal, ou teria de emigrar e fazer a vida onde a liberdade reinasse, como foi o caso de muitos portugueses que partiram para muitos outros países europeus. Seria este o caso da esmagadora maioria dos liberais".

UM PARTIDO CUJA IDEOLOGIA ASSENTA NA DEMOCRACIA E NAS LIBERDADES INDIVIDUAIS NUNCA PODERIA COEXISTIR COM UM REGIME REPRESSIVO

GERAÇÕES DA LIBERDADE E A CENSURA

O regresso da liberdade, aprisionada por 48 anos, abriu caminho para que certos temas pudessem ser discutidos abertamente. Ter a liberdade de expressão como direito salvaguardado desde sempre faz com que a censura pareça quase uma realidade inimaginável. O militante do BE, Diogo Barros, acredita que, exatamente por terem já nascido num regime democrático, os jovens estão conscientes da imensidão da censura e valorizam a liberdade de expressão. "Não a veem como um direito garantido, mas sim adquirido. Têm cada vez mais saído à rua e se mobilizado, seja através da Greve Feminista, da Greve Climática Estudantil, para responder ao *Black Lives Matter* ou para as *Marchas LGBTQIAP+*, que são organizadas todos os anos em

várias cidades do país. Todos os anos, podemos ver milhares de jovens a sair de cravo ao peito, cantando *Grândola, Vila Morena*. O jovem de 19 anos é fundador e presidente do Grupo de Apoio a Pessoas Queer (GAPQ), entidade que nunca poderia existir caso o país ainda estivesse nas garras do conservadorismo do Estado Novo. Para Diogo Barros, com a ascensão da extrema-direita em Portugal, é importante continuar a lutar por estes direitos todos os dias e não os tomar por garantidos.

Por lecionar o ensino básico e secundário na disciplina de História, o militante da JS, João Barata, assume uma conceção mais específica. De um ponto de vista mais técnico, sabe que as novas gerações têm conhecimento do conceito, uma vez que o aprendem nas aulas de História. Ao observar os seus alunos, sentados nas mesas a conversar, fazendo uso dessa liberdade, (às vezes perturbando a aula, confessa) acredita que, exatamente por terem crescido com a liberdade de expressão, lhe atribuem o devido valor.

"Não compreendem com facilidade por que têm de se calar quando não há razão evidente para o fazerem e, talvez por ordem inversa, seja esse um caminho para compreenderem o que foi a censura. Essa noção, com o necessário conhecimento histórico, pode também ser potenciada pela sua própria convivência com a liberdade de expressão, para mais quando impulsionada, no imediato, pelas redes sociais. Mesmo que inconscientemente, a liberdade de expressão torna-se uma condição inerente à sua vivência do quotidiano, o que as leva a condenar o silêncio imposto sem razão nem direito" – disse.

A IDEOLOGIA DO SOCIALISMO DEMOCRÁTICO ENCARA O FIM DA DITADURA COMO CONDIÇÃO SEM A QUAL O PROGRESSO COLETIVO NÃO SERIA POSSÍVEL

CICATRIZES DA DITADURA

O facto de Portugal ser um país envelhecido - 182 idosos por 100 jovens, segundo os Censos de 2021 - e a democracia não ter sido instaurada assim há tanto tempo, justifica a conceção de João Almeida Barata, que diz conseguir visualizar os efeitos da repressão no povo português.

"Existe afastamento da participação política a que não foram nunca habituados, senão nos últimos 48 anos, e que me parece ainda tem um longo caminho pela frente. Quando comparado com o quotidiano espanhol, os portugueses não se reúnem nas praças, não convivem e não saem, ou vivem a noite, como se fosse proibido e o recolher obrigatório ainda permanecesse. O

que os Santos Populares são num mês, Espanha, ou algumas regiões espanholas, parecem vivê-lo no seu quotidiano. Ainda estamos relativamente isolados uns dos outros, como que com medo de que ainda haja 'bufos' da PIDE à espreita e à escuta. Essa será a herança mais pesada do fascismo. Divorciámo-nos uns dos outros e ainda não nos reconciliámos" – alega.

A perspetiva de Bernardo Blanco assemelha-se ao que afirma João Barata: "Há um certo conformismo com o Estado a que chegámos. Ainda vivemos numa sociedade conformada, resignada e remetida ao silêncio. A sociedade civil não se mobiliza e têm de ser muitas vezes os partidos de oposição a trabalhar duplamente para compensar a desmobilização da sociedade. Não vivemos numa ditadura, mas numa democracia altamente incompleta."

Diogo Barros, por seu lado, critica o facto de a ditadura ainda se encontrar presente em nomes de ruas: "É inaceitável que ainda tenhamos ruas com o nome de Salazar, bem como estátuas glorificadoras desta época fascista e dos seus governantes."

TER A LIBERDADE DE EXPRESSÃO COMO DIREITO SALVAGUARDADO DESDE SEMPRE FAZ COM QUE A CENSURA PAREÇA QUASE UMA REALIDADE INIMAGINÁVEL

DO PASSADO PARA O FUTURO

O militante do BE, Diogo Barros, afirma que a memória do 25 de Abril deve ser mantida "continuando a celebrar Abril e as suas conquistas, combatendo também a desinformação e a extrema-direita". Na sua opinião, as escolas devem também dinamizar palestras, sessões com filmes e debates sobre esta temática. Contudo, salienta: "É necessário rever, nas aulas de História, a tendência para minimizar as graves violações dos direitos humanos ocorridas durante o Estado Novo, num momento em que é crucial, como disse anteriormente, combater as forças de extrema-direita, que começam a ganhar força."

Partindo da experiência como professor de História, João de Almeida Barata considera que as aulas sobre o período contemporâneo português não deviam terminar no 9.º ano ou serem exclusivas para aqueles que decidirem prosseguir nas áreas de humanidades no secundário.

"Os cursos científicos, de economia, profissionais, etc. formam cidadãos no alvor da sua juventude. É um momento das suas vidas em que se torna imprescindível que reflitam sobre a sociedade que foi, que é e aquela que que-

rem que seja", disse. Uma vez que foi a própria disciplina de História que o apresentou ao que havia de errado na sociedade e, consequentemente, à política, o jovem deputado considera igualmente importante que essa revelação aconteça com outros jovens, mostrando-lhes o que foi Portugal antes do 25 de Abril. "Conhecer o passado para mudar o futuro", frisou.

A recordação da Revolução assume-se como a forma de explicar o alcance e a dimensão da ditadura àqueles que, nascendo depois de 1974, lhe conseguiram escapar. Para Bernardo Blanco, trata-se também de escolher qual a memória a manter. "Até agora, tem sido promovido um discurso no qual tudo ficou feito após o 25 de Abril. Contudo, considero que a democracia só começou em Portugal com a revisão constitucional de 1982. Até aí correu muita água. Também é importante ganharmos consciência deste processo e entender que o Estado Novo e os seus sucedâneos não foram os únicos inimigos da democracia em Portugal."

João de Almeida Barata evidencia que, daqui a poucas décadas, não haverá mais testemunhos vivos de convivência com o Estado Novo, os quais são fulcrais para que as próximas gerações consigam visualizar a ditadura com mais realismo.

"A memória dos que sobreviveram à ditadura deve ser conservada, com urgência, para podermos ter testemunhos em primeira mão da vivência naqueles tempos tenebrosos, com os quais os alunos se identifiquem e pelos quais desenvolvam empatia", defende.

Haver ainda testemunhos vivos do 25 de Abril contribui para que a ditadura não se torne tão inimaginável para as gerações mais novas. O facto de Diogo Barros, João de Almeida Barata e Bernardo Blanco só conhecerem a ditadura em segunda mão não os impede de considerarem a liberdade um direito incontestável. Identificando-se com a esquerda ou a direita política, nenhuma das três vozes hesita em dizer "não ao fascismo" e enaltecer a Revolução dos Cravos como autêntico símbolo da democracia".

"A ditadura foi um regime no passado e esperemos que continue assim, no passado", concluem. No seu exercício político, defendem a liberdade, como se fossem uma espécie de capitães de Abril do século XXI.

É NECESSÁRIO REVER, NAS AULAS DE HISTÓRIA, A TENDÊNCIA PARA MINIMIZAR AS GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS OCORRIDAS DURANTE O ESTADO NOVO

* Alunas da Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa

ANA BENAVENTE: A ETERNA REBELDE

Nasceu em 1945, no Cartaxo, mas a luta pela liberdade obrigou-a a exilar-se na Suíça. A PIDE e outros aparelhos de repressão do Estado Novo tentaram destruir-lhe a vida, mas Ana Benavente nunca abandonou a resistência antifascista. Deputada depois da Revolução e autora de diversas obras publicadas na área do ensino, a antiga secretária de Estado da Educação continua com um papel ativo na sociedade

DUARTE SILVÉRIO E MARTA MENDES*

AS DESIGUALDADES SOCIAIS que testemunhava, a falta de acesso à educação, a ausência de cultura na vila onde cresceu e a dor de não viver num país livre moldaram a juventude de Ana Benavente e transformaram-na na personalidade pública que hoje conhecemos. Aos 22 anos, viu-se obrigada a fugir para Genebra, na Suíça, para conseguir escapar à PIDE. Com 77 anos, parece que o tempo lhe trouxe a maturidade das experiências que enfrentou, mas não mostra uma expressão envelhecida, abalada ou um cabelo grisalho. Pelo contrário, tem um rosto feliz, seguro, um cabelo brilhante e preserva o espírito de rebeldia característico dos mais jovens, dos que ainda têm muito caminho para desbravar. Como a própria diz: "Não apaguei a memória, tenho-a bem presente." Não esquece o passado, mas mostra-se com os olhos postos no futuro e com a vontade de ainda fazer mais pelo país pelo qual lutou.

INFÂNCIA NO CARTAXO

Ana Benavente nasceu em 1945, no Cartaxo. Na vila que foi elevada ao estatuto de cidade em 1995, só existia uma escola primária: o Externato Marcelino Mesquita. Como era privada, não era economicamente acessível a todos. Os seus pais, figuras essenciais para o seu sucesso escolar, eram dos poucos professores a lecionar no Cartaxo. Acima de tudo, a mãe era uma inspiração e a prova da desigualdade existente entre o papel da mulher e do homem, uma característica marcante da sociedade do Estado Novo: "O meu pai é que mandava, enquanto a minha mãe era muito mais trabalhadora."

Direitos reservados

O sentimento de ser reclusa num país arcaico acompanhou-a pela vida fora, o que a levou a assumir a luta por um Portugal livre e democrático

A pobreza artística e cultural do Cartaxo é a única queixa que aponta à infância. Na província, não havia teatros, nem se ouvia música. A sociedade era, como descreve, "extremamente pobre e atrasada". As brincadeiras gratuitas resultavam no único passatempo das crianças, que brincavam na rua, quando não eram obrigadas a trabalhar para ajudar os pais no sustento da família.

NÃO ESQUECE O PASSADO, MAS MOSTRA-SE COM OS OLHOS POSTOS NO FUTURO E COM A VONTADE DE AINDA FAZER MAIS PELO PAÍS PELO QUAL LUTOU

A televisão entrou pela casa de Ana Benavente em 1957, no mesmo ano em que surgiu a RTP, e dos primeiros programas que viu recorda um em particular.

"Lembro-me de ver um bailado na televisão e de me agarrar à corda para pendurar a roupa. Agarrada à frágil corda, comecei a imitar as bailarinas a fazer pontas", conta. Anos mais tarde, quando foi à ópera, entre o abrir e fechar de cada ato, olhava para as diferenças entre o passado e o presente. "Atualmente, a cultura está em todo o lado. Podemos ir a qualquer província, nomeadamente o Cartaxo, e há ballet e música. Porque é que eu fui privada disto?", questiona.

ANA BENAVENTE ENTROU NA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA COM O DESEJO DE PÔR FIM À DITADURA

DESEJO DE LIBERDADE

Ana Benavente caracteriza a sua infância como "tranquila". Porém, essa paz foi destruída quando terminou o 5.º ano e rumou a Lisboa para continuar os estudos. Na capital, viveu num internato só de raparigas, próprio para as filhas dos professores. Estudou no liceu Maria Amália Vaz de Carvalho, onde explorou algumas das áreas que, na altura, eram quase reservadas aos homens: filosofia, línguas românicas e direito.

O antigo Instituto Sidónio Pais, em Lisboa, foi a sua segunda habitação, mas esteve longe de assumir o significado de lar. O internato era a representação perfeita da repressão do Estado Novo: existiam horários que regulavam todos os passos das alunas, era obrigatório ir à missa e existia um código de vestuário que proibia o uso de calças.

"Sentia-me completamente enjaulada. A minha irmã não aguentou e adoeceu porque era uma experiência social muito pesada. Aquilo parecia um regime militar", recorda Ana Benavente, enquanto se perde nas memórias da ausência de liberdade vivida entre o instituto e o liceu. "As janelas das salas de aulas estavam fechadas com cadeados e pintadas de branco para não se conseguir ver a rua. Nós estávamos presas", acrescentou.

O sentimento de ser reclusa num país arcaico acompanhou-a pela vida fora, o que a levou a assumir a luta por um Portugal livre e democrático. Para este pensamento crítico, foram fundamentais as amizades que criou no instituto. Passava os fins de semana em casa das

amigas, saiam para bares e cantavam sem receios. Era com elas que se sentia livre. Ana Benavente lembra com especial carinho a amizade com Odete Santos, ex-deputada do Partido Comunista Português (PCP), responsável por tornar a violência doméstica num crime público.

"Na altura, já era uma militante clandestina e foi a minha mentora. Foi com ela que comecei a ler livros proibidos, como os discursos de Fidel Castro. Foi neste momento que surgiu o desejo pela liberdade. Tive bastante sorte em encontrar a Odete", explica.

A IDEIA DE FUGIR DO PAÍS CHEGOU EM 1965, DOIS ANOS DEPOIS DO CASAMENTO

1962: ANO DAS LUTAS ESTUDANTIS

Com o desejo pelo fim da ditadura, Ana Benavente entrou na Faculdade de Letras, da Universidade de Lisboa, num ano marcado pelas lutas estudantis. Logo no início do primeiro ano letivo, a recém-universitária conheceu José Medeiros Ferreira, na primeira vez que entrou no Bar de Letras da faculdade. Naquela altura, o ex-político e historiador fazia parte da pró-associação estudantil. "Quero trabalhar com vocês seja no que for". Foi esta a ideia que a jovem estudante passou à mesa da associação de uma forma tímida, mas convicta. E assim começou a sua longa luta na oposição. Essa noite foi de forte ansiedade provocada pela possibilidade de o pai descobrir que entrou na luta política, pois nunca lhe poupou avisos.

"Tu não te metas em política, ouviste? Eu não conheço ninguém em Lisboa que te possa ir buscar. Política é bom para os filhos dos ricos e para quem tem contactos em Lisboa."

Já embalada no espírito das crises académicas de 1962, Ana Benavente foi expulsa do Instituto Sidónio Pais. As funcionárias que cuidavam dela perceberam que a própria tinha um espírito rebelde, impossível de ser controlado. O episódio que contribuiu para a expulsão desenrolou-se na companhia da sua amiga Odete Santos. As duas amigas ficaram presas na cantina e não conseguiram chegar a tempo do recolher obrigatório. Apesar de terem sido bastante castigadas, o sentimento de culpa não era sentido por nenhuma das jovens. As únicas palavras trocadas entre as duas eram: "queremos lá saber do instituto para alguma coisa". Ana Benavente recorda também outro ato recorrente praticado com as amigas num

tom desafiador aos costumes do Estado Novo: "O uso da farda era obrigatório. Vestíamos a farda para conseguir passar pela porteira do instituto, mas por baixo levávamos outra roupa. Assim que chegávamos à rua, tirávamos a farda e guardávamos a roupa junto com os livros na pasta."

Depois de ser expulsa do instituto que a oprimia nos primeiros anos em Lisboa, o Colégio das Doroteias acolheu-a. Ana sentia-se humilhada enquanto vivia no lar porque o ordenado todo que o pai recebia era utilizado para pagar a sua estadia. Este sentimento de ridicularização fez com que a recém opositora do regime decidisse que tinha de começar a trabalhar. Não queria depender mais de ninguém; queria atingir a independência completa, o que na altura era quase impossível para uma mulher.

"Estrei-me a realizar inquéritos para uma empresa que estava a tentar mudar, incorretamente, os hábitos alimentares da população portuguesa", refere. Depois deste emprego, nunca mais parou de trabalhar. A experiência deu-lhe alguma independência, mas não ao nível que desejava e sonhava.

INÍCIO DO EXÍLIO

Não encontrou a solução para o seu problema, mas Ruben Ayash ajudou-a a sair dos lares e a atingir a independência possível para uma mulher no Estado Novo. O jovem ativista da Faculdade de Direito de Lisboa era – descreve – "um rapaz muito simpático e divertido, diferente dos outros rapazes daquela época". Ruben e Ana casaram pouco tempo depois de se terem conhecido, em 1963, quando ela tinha apenas 18 anos. O casamento durou dois anos, mas o respeito mútuo permaneceu. Ana Benavente lembra o ex-marido com um tom de saudade e carinho: "O Ruben morreu com covid poucos meses antes de chegarem as vacinas. Demo-nos sempre bem toda a vida, mas foi um casamento que durou pouco. Ele tinha uma mãe e um pai - principalmente a mãe - muito queridos e que me receberam muito bem. Nele senti que tinha ali um companheiro."

A ideia de fugir do país chegou em 1965, dois anos depois do casamento. A monotonia do quotidiano, preenchida pelas desigualdades sociais, pela falta de liberdades e pelo peso da rotina cinzenta esteve no seio dos motivos da

A CISÃO COM O PCP DEU-SE EM 1968 QUANDO A ANTIGA URSS INVADIU PRAGA, NA ENTÃO CHECOSLOVÁQUIA

AUTORA DE DIVERSAS OBRAS PUBLICADAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO AFIRMA-SE COMO UMA MULHER LIVRE E FELIZ

hora de partida. A ideia do exílio em Genebra só ficou bem vincada quando ficou perceptível que Ruben não ia combater numa guerra que não lhe dizia nada. Com apenas 20 anos, a jovem Ana começou uma nova etapa num país muito distante e diferente, mas sem esquecer Portugal e as lutas que ainda tinham de ser travadas. Inscreveu-se no curso de Psicologia, do Instituto Jean Piaget, e uma das primeiras decisões foi entrar para o PCP pelas mãos do político e cronista António Barreto.

O marido, ao contrário de Ana, decidiu cortar relações com os movimentos da oposição: "O Ruben ficou deslumbrado com a democracia." Poucos meses depois, o divórcio chegou. "A separação marcou uma nova fase para mim", revela, ao lembrar a fase penosa caracterizada pelo trabalho excessivo que não lhe ocupava as horas de estudo. A jovem começou a trabalhar em fábricas e escritórios, começou a empacotar jornais e fez as sebentas para a Associação de Estudantes. Foram tempos duros. Lembra-se de comprar a sua primeira máquina de escrever em prestações. Mas, por milagre, o fascinante mês de Maio de 1968 chegou com os seus ares de revolução estudantil e a sua vida ganhou novamente um novo rumo.

MAIO DE 1968 E A OPOSIÇÃO

Maio de 1968 foi um mês glorioso para Ana Benavente. Genebra, como cidade francófona, está muito ligada aos acontecimentos importantes de França. Existiam muitas idas e voltas entre os dois países; a informação sobre o que estava a acontecer espalhava-se de forma rápida. Por isso, a revolta francesa movimentou também a sociedade suíça.

"Um dia, numa assembleia geral de estudantes no Instituto Jean Piaget, eu levantei a mão para fazer uma proposta com o coração a bater. Os que estavam na mesa chamaram-me e disseram que a minha proposta era muito interessante e convidaram-me para fazer parte do movimento", recorda. A sua vida mudou naquele momento. Começou a integrar-se completamente com os colegas de outras nacionalidades e a fazer parte da discussão de diversos temas.

A oposição em Genebra, apesar de estar a ser organizada num país democrático, era feita de uma forma escondida. Os militantes tinham pseudónimos: Ana era conhecida como Au-

rora. Havia reuniões todos os sábados à tarde e o trabalho passava simplesmente por fazer chegar uns pacotes de roupa e de chocolates às famílias dos presos políticos portugueses. Paralelamente ao trabalho que desenvolvia no PCP, Ana Benavente criou, juntamente com amigos suíços, o Grupo de Lutas Internacionais. O objetivo era lutar contra todas as ditaduras: "do Irão, da Pérsia, do Brasil dos coronéis, de Espanha e de Portugal", especifica. Nesta organização, conheceu o pai da—primeira filha, a quem batizou de Rosa. O nome escolhido não foi um mero acaso. Ana Benavente pretendeu homenagear Rosa Luxemburgo, uma grande revolucionária socialista que foi morta de uma forma tremendamente violenta. "Sempre foi uma figura de grande admiração", observa.

Direitos reservados

Com apenas 20 anos, a jovem Ana começou uma nova etapa num país muito distante e diferente, mas sem esquecer Portugal e as lutas que ainda tinham de ser travadas

A cisão com o PCP deu-se em 1968, quando a antiga URSS invadiu Praga, na então Checoslováquia. "Sair do PCP deixou-me mais livre na luta militante", revela com orgulho. Após abandonar o partido, começou a trabalhar com o Grupo Autónomo da Emigração Portuguesa que lutava pelos direitos dos emigrantes nacionais.

"Na altura, os emigrantes tinham o estatuto de temporários, como se fossem os nossos trabalhadores precários imigrantes, no Alentejo. Eram uns precários", explica.

REVOLUÇÃO DOS CRAVOS

Faltavam dois meses para o grande dia quando Ana Benavente, através de José Dias, militante revolucionário e funcionário do PCP, se apercebeu de que algo estaria para acontecer a favor da liberdade.

"A primeira notícia que vimos sobre a revolução foi num jornal suíço. Tinha uns grandes anúncios que diziam: 'Carros de Assalto vão para lisboa'", recorda. O que não sabiam era se

este seria um golpe de esquerda ou de direita. Ana Benavente confessa terem sido três dias empolgantes que se refletiram numa rápida vinda para Portugal: "Sozinha, com a minha malinha de 20 quilos."

"Sinto que fiquei estrangeirada para todo o sempre." É com estas palavras que Ana Benavente se descreve por ter passado parte da juventude, entre os 20 aos 30 anos, no estrangeiro. Os costumes e maneira de estar eram muito distintos dos vividos na altura em que regressou a Portugal e ingressou na Faculdade de Ciências de Lisboa, nos anos de 1977/1978. "Cheguei como se fosse uma figura diferente. Os meus hábitos de estar e de vestuário eram muito diferentes de os dos portugueses da altura." Ainda tem nacionalidade suíça, mas considera que "não serve para nada".

Ana Benavente defende que "quem disser que na altura do Salazar é que era bom só pode ser muito ignorante. Só pode ser ignorância ou uma vontade por um fascismo em que os ricos mandam nos pobres". É com revolta, por isso, que assiste, 48 anos depois de Portugal sair da ditadura, ao aparecimento de "partidos racistas, xenófobos e mentirosos". E justifica: "Para mim, são adversários, para não dizer inimigos." A educação é, acredita, "a fonte importante para que os portugueses não sejam atraídos pelos discursos destes partidos".

Aos 77 anos e depois ter assumido papéis tão relevantes no Portugal democrático, como o de secretária de Estado da Educação, entre 1995 a 2001, Ana Benavente continua a sentir-se uma revolucionária. A viver em Lisboa, descreve a sua vida em cinco palavras: luta, felicidade, companheirismo, cooperação e liberdade. Uma vida cheia de histórias e de papéis marcantes onde se destaca a passagem pela Assembleia da República como deputada do Partido Socialista e o papel no governo, dedicado, principalmente, à educação. Jovem como poucos jovens, a antiga deputada e autora de diversas obras publicadas na área da educação afirma-se "como uma mulher livre e feliz". Sem deixar as suas lutas e revoltas para trás, a ex-secretária de Estado da Educação continua com um papel ativo na sociedade e admite ter uma missão até ao fim dos seus dias, mas não revela ainda qual será. Assim vive, eternamente rebelde, com a alma presa, mas agora livre, levando sempre no seu coração a sua música de intervenção favorita, da autoria de José Mário Branco:

"Cá dentro inquietação, inquietação
É só inquietação, inquietação
Porquê, não sei
Porquê, não sei
Porquê, não sei ainda"

* Alunos da Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa

AS METÁFORAS DE SARAMAGO

Ocorreram este ano duas datas relacionadas com José Saramago: o centenário do seu nascimento e os 25 anos da atribuição do Prémio Nobel da Literatura. *O Referencial* acompanha o relevo dado a estas evocações – e não apenas pela importância incontestada da sua obra, mas também porque o autor é um dos mais marcantes expoentes do 25 de Abril

CARLOS DE MATOS GOMES*

MESMO SEM O 25 de Abril, sem a liberdade para publicar, Saramago seria sempre um grande escritor e por certo que encontraria uma forma de, ultrapassando a censura e a opressão cultural da ditadura, expressar o seu pensamento e a sua visão do mundo. Só que sem liberdade não seria o mesmo escritor!

Acontece com Saramago o mesmo que aconteceu com os escritores que João de Melo designou como "os escritores da guerra colonial", onde, entre outros, se incluem Lídia Jorge, Lobo Antunes e ele próprio. Seriam sempre escritores, mas por certo que não seriam os mesmos.

As condições que a Liberdade do 25 de Abril proporcionou aos escritores foram as mesmas que permitiram a todos os artistas (todos, a seu modo, são intérpretes da Liberdade) exprimir os talentos sem as peias da censura, das várias censuras – a do Estado, a das instituições e até a autocensura.

Quando a Associação Portuguesa de Escritores

José Saramago recebeu o Prémio Nobel da Literatura em 1998, há 25 anos

Manuel Moura, Lusa

pediu aos seus associados textos, para publicar na revista *Escritor*, sobre as obras de Saramago que mais os tinham marcado, eu escolhi os "ensaios" (são realmente os meus favoritos), mais concretamente, o *Ensaio sobre a cegueira* (1995) e o *Ensaio sobre a lucidez* (2004).

São ambos reflexões ontológicas que transmitem a preocupação constante presente em toda a obra do Autor perante o Homem e o Mundo, ou seja, a sua preocupação em entender a essência do ser humano e das relações de poder da sociedade. Nestas duas obras, Saramago faz a distinção entre o "ver" e o "olhar", entre o "ver físico" e o "olhar interior".

Enquanto a "cegueira branca" de *Ensaio sobre a cegueira* se trata de um excesso de luz, um excesso de clarões que nos cegam (em causa, a massificação da informação e a forma diluviana como ela é despejada sobre os indivíduos, cegando-os), em *Ensaio sobre a lucidez*, está-se perante um grito de revolta, numa dramática luta em que a lucidez se confunde com a loucura e a resistência dos povos à cegueira que o poder dissemina como um vírus de guerra biológica. A resistência, que se exprime pelo uivo do cão e das lágrimas, é silenciada com um tiro.

Mais do que acontece em outros dos seus romances, estes remetem-nos para a *mimèsis*, o conceito central da filosofia estética de Aristóteles, para quem as artes são imitações da ação dos humanos e das suas emoções. De sublinhar que, em o *Ensaio sobre a cegueira*, a *mimèsis* não é um meio de, através da fruição da arte, dar prazer ao homem, mas sobretudo um modo de aprendizagem do leitor.

Ambos constituem verdadeiros "mergulhos" do Autor na "lama" da realidade, elevada esta ao absurdo. Assim, ler Saramago significa constatar a existência de verdades essenciais, por vezes amargas.

Uma delas é a da supremacia do instinto de sobrevivência sobre a moral, que reconduz o ser humano à sua condição original de mais uma espécie viva na natureza, sujeito à lei da selva, do mais apto. Não é agradável, mas desmascara muita hipocrisia a propósito da "superioridade" e da "bondade" de alguns sobre outros. É a preocupação de Saramago com as relações de poder entre os humanos.

Em *Ensaio sobre a cegueira*, Saramago questiona a existência do ser humano na sociedade onde a transformação da natureza é mais violenta. É, no caso, a dita civilização industrial e da informação. Fá-lo através da criação de "situações-limite" de absurdo, que nos determinam a vida: o domínio, a impotência, os instintos, a fragilidade da nossa existência. Coloca-nos o problema da descoberta do "eu" e da definição do "outro", confronta-nos com a questão da incomunicabilidade humana, apesar de tantos programas de socialização (artificial), expõe (contra o politicamente correto) as fragilidades resultantes da dissolução dos valores que, tantas vezes e de forma tão arrogante, quanto ingénua, classificamos como valores da humanidade!

AS METÁFORAS

Saramago interroga-nos: Cegámos ou vivemos uma cegueira "iluminada" pela fantasia que religiões e ideologias nos apresentaram como realidades? Que se passou connosco? Que nos acon-

teceu para estarmos transformados em insetos, em consumidores, em guerreiros, em crentes, em pagadores de dívidas, em seres de trabalho precário, em passageiros apinhados nas carruagens de comboios, em cães que ladram à ordem do dono, para, no fim, acabarmos como cadáveres pulverizados com um *spray*?

A metáfora da "cegueira" foi a forma utilizada por Saramago para demonstrar que o encandeamento, por excesso de luz, ou a escuridão, por falta dela, continuam a ser, tal como nas idades das trevas impostas pelos poderosos, a condição natural do ser humano contemporâneo: o da sociedade da comunicação (e da manipulação), em que o deliberado impedimento de vermos expõe cada um de nós à violência dos outros, à maldade intrínseca dos outros, ao poder dos mais fortes.

Sabemos da existência dos valores que instituíram a ideia de civilização, dos valores básicos da solidariedade, da defesa dos mais frágeis perante os mais fortes, mas não os vemos porque nos ensinaram que eles são obstáculos às nossas egoístas intenções de sucesso individual. A "cegueira" é apenas uma situação que facilita a exploração, o roubo, a manipulação.

Ensaio sobre a lucidez, publicado nove anos depois, é um alerta para a necessidade de reformular o atual modelo da nossa civilização cristã e ocidental, simbolizado pelo ato político das eleições. É uma reflexão sobre a fragilidade (e a decadência) desse sistema em que vivemos e a propósito do qual uma percentagem cada vez maior de pessoas questiona a justiça e a capacidade de responder à esperança.

A democracia parlamentar, que a maioria ainda entende (até quando?) ser o melhor dos maus sistemas não sobreviverá se nada for feito para lhe dar um sentido que provoque emoções e adesão afetiva. Em *Ensaio sobre a lucidez* está-se, de facto, perante uma premonição dos movimentos populistas que nos ameaçam e das guerras que arrastam com eles.

OLHAR SEM VER

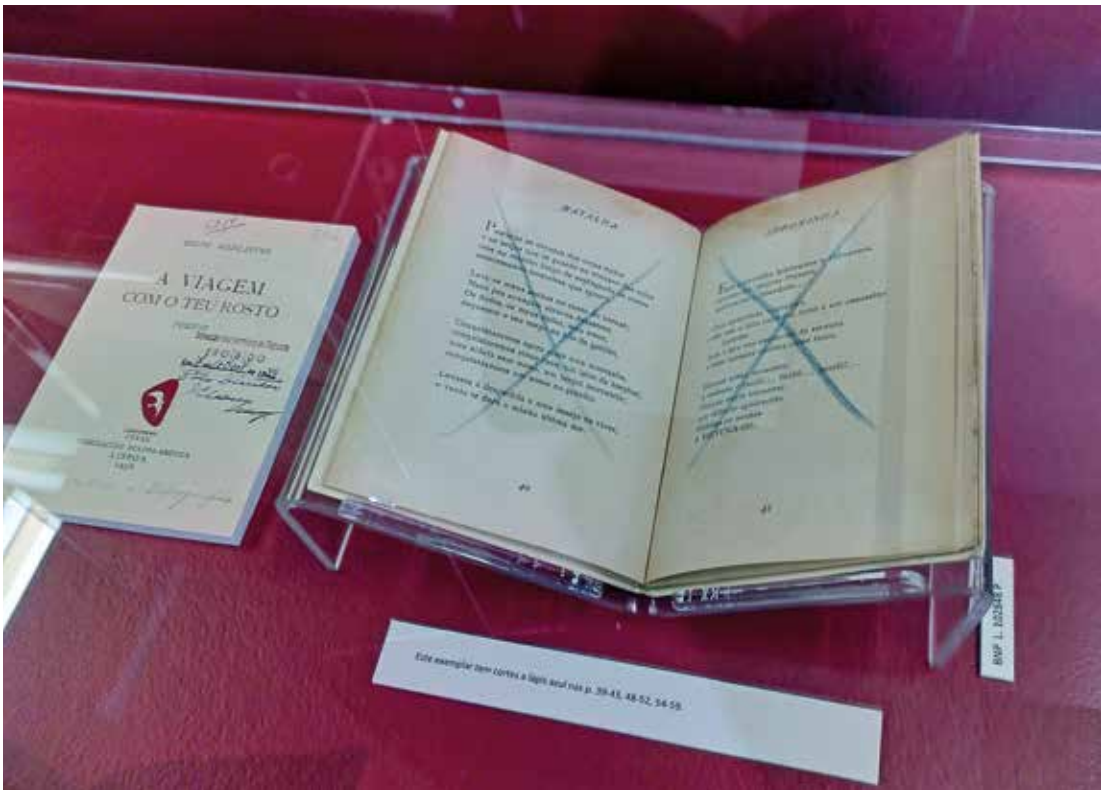
A modos de quase conclusão, talvez se possa dizer que, com estes "ensaios", Saramago nos está a alertar para o facto de o poder das sociedades ditas desenvolvidas nos cegar com um cenário por ele mesmo "iluminado", não nos deixando ver a realidade. Vemos as consequências, mas estamos cegos para as causas; vemos a barbárie da guerra, os sofrimentos da miséria, mas a maioria não vê as causas nem da guerra, nem da miséria, nem ainda de quem são os seus mandantes.

Saramago avisa-nos também de quão devastadoras podem ser as consequências da lucidez, de percebermos que vivemos num mundo absurdo, onde os atos não têm justificação, ou onde todos os atos se justificam.

O lúcido vive uma situação desesperada. Ver as coisas como realmente são torna a vida quase insuportável. E será mesmo desejável (uma pergunta para a qual não há resposta) que os homens vejam as coisas tal como são? Talvez necessitemos de inventar motivos para viver. A lucidez de Saramago é, assim, o reconhecimento de que não vemos porque nos querem cegos.

É uma mensagem bem atual...

* Coronel na reforma, escritor e sócio da A25A



Álvaro Seiça

Cortes censórios no livro de poesia *A Viagem com o teu Rosto*, de Egito *Gonçalves, de 1959*

DESASSOMBRANDO A BIBLIOTECA DA CENSURA

Um investigador é um detetive. Quando, em 2019, iniciou a investigação sobre a relação entre rasura, censura e poesia, no contexto da ditadura, o autor deste texto estava longe de imaginar o que iria encontrar e a odisseia que iria percorrer, acabando por descobrir a antibiblioteca criada para não ser lida

ÁLVARO SEIÇA*

ENTREI NO ARQUIVO Nacional da Torre do Tombo (ANTT), registei-me e fiz a primeira pesquisa no arquivo em linha. Só no fundo do Secretariado Nacional de Informação (SNI) descobri uma árvore de milhares de caixas e milhões de documentos. O assombro. E assim que comecei a ler cartas de Vergílio Ferreira para os Serviços de Censura, pensei: "Isto é uma mina!". Parecia-me que, tal como José Cardoso Pires afirmara, a censura salazarista "redigi[r]a, ela também, uma versão apócrifa da Literatura Portuguesa". Era como aceder aos bastidores do que não me fora contado nas aulas de literatura durante o liceu e a universidade, nem que eu havia lido nas memórias de escritores.

No fundo, tratava-se de uma janela para a versão negativa, em formato documental, de muito do que se tinha passado no século XX literário português. Corri para a Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) e primeiro falei com o funcionário da sala de referência. Disse-me que sim, que mesmo nos anos 2000, quando ali iniciara o seu trabalho, alguns livros com nus não vinham ainda à sala de leitura. E mostrou-me os armários de madeira com as fichas catalográficas manuais antigas, apontando uma, em especial, que tinha um carimbo rubro de "Obra Proibida": *Antologia de Poesia Portuguesa Erótica e Satírica* (1966), organizada por Natália Correia.

Decidi iniciar a caça aos livros que poderiam conter marcas dos censores, requisitando primeiras edições de livros de poesia que sabia terem sido proibidos: de Natália Correia, Jorge de Sena, Manuel Alegre, ou Maria Teresa Horta. Mas nada. Os livros vinham, eu tocava o seu indelével odor original, mas nenhum rasto: nem de carimbos nem de cortes.

Após alguns dias, voltei para o ANTT, onde fiquei meses a remexer papelada, encontrando canções com cortes, provas de jornais visadas e processos de escritores no fundo da PIDE/DGS. Aos poucos, fui conversando com historiadores, arquivistas, pesquisadores. Entrevistei poetas, editores, livreiros.

No ANTT, Paulo Tremoceiro contou-me como o fundo do SNI havia sido reorganizado e indicou-me o Pendão. Corri para o Museu da Presidência da República e para o arquivo da Presidência do Conselho de Ministros (PCM) para falar com os arquivistas responsáveis pelo tratamento desse fundo.

Já noite tardia no Pendão, em Queluz, perto da Biblioteca Ruy Belo, decidi dormir no ban-

co de trás do carro que alugara, para não faltar ao encontro matinal com o arquivista que me iria desvelar o armazém mítico do Estado. Estacionei no sítio que me pareceu mais anónimo e calmo. Mas, durante a madrugada, na Rua Fernão Mendes Pinto, fui acordado por gritos violentos. Aterrado, percebi que uma família insultava, pela janela, um grupo de rapazes num carro, correndo com bastões, mas o carro zarpava já pela curva do bairro.

De manhã, estremunhado, vistoriei o que me deixaram ver no Pendão. Livros? Nada. Corri para dezenas de arquivos e bibliotecas. Pesquisei longamente a Casa Comum da Fundação Mário Soares e Maria Barroso. Passei alguns dias na vila da Marmeleira, no arquivo e biblioteca Ephemera, de José Pacheco Pereira. Encontrei muitos relatórios importantes, um livro com um carimbo, mas nada mais. Onde estavam os livros marcados pelos censores? Os livros tinham-se sumido. Queimado, destruído, pilhado. Era o que todos diziam.

Dias depois, encontrei no ANTT um documento com "um mapa-resumo da quantidade de espécies existentes" na Biblioteca do Palácio Foz, onde o SNI estivera instalado. Só na Biblioteca do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, havia existido 11 183 livros. Não sabia se seriam os livros censurados, mas estava ciente de que seria impossível milhares de livros terem sido perdidos. Faltavam-me apenas duas semanas para o final da minha estadia de investigação em Portugal. Já em desespero, escrevi num ápice para a Ministra da Cultura, a Diretora da BNP, o Diretor da DGLAB e o Secretariado da PCM. Recebi respostas rápidas e úteis. De ali a quatro dias estava a entrar para a sala da diretora da BNP, Maria Inês Cordeiro, que me recebia com o coordenador do Serviço de Coleções do Fundo Geral, Luís Sá. Mal a reunião começou, estenderam-me um exemplar de *Pântano*, de João Gaspar Simões, com dois relatórios de leitura escritos por censores, dobrados e acomodados, dentro. "Era disto que andava à procura?" Fiquei atónito e feliz. Mas não imaginava ainda a quantidade de livros golpeados pelos censores que se encontrava semi-escondida na BNP.

DECIDI INICIAR A CAÇA AOS LIVROS QUE PODERIAM CONTER MARCAS DOS CENSORES, REQUISITANDO PRIMEIRAS EDIÇÕES DE LIVROS DE POESIA QUE SABIA TEREM SIDO PROIBIDOS

RESGATE DOS LIVROS

Há, pois, que ter em consideração o contexto histórico singular em que estes livros surgiram e ficaram reféns, assim como todo o trabalho que está por detrás do seu resgate. E que história é esta dos livros da biblioteca-arquivo dos Serviços de Censura?

É uma história que revela o modo como o Estado, através dos seus vários poderes legais, jurídicos, políticos, policiais e militares, controlou, regulou, vigiou e reprimiu os autores e todas as áreas do saber, em particular, a literatura: a poesia, a ficção, o ensaio e o teatro. Foi, portanto, um poder regulador, vigilante e repressor, que instrumentalizou o livro, na mediação entre público e privado, mas também os medos e angústias da sociedade.

Para que servia a biblioteca-arquivo da Censura? Que história incrível é esta do seu resgate? Primeiro, temos o modo como estes livros foram arrancados aos seus autores e ao seu local e destinatário por direito, as livrarias e os leitores, tendo sido tratados de forma ultrajante, violenta e burocrática.

Estes livros vieram a fazer parte do arquivo institucional dos próprios Serviços de Censura. Constituíram a sua biblioteca de referência. Ou seja, uma biblioteca organizada por ordem de chegada e despacho censório, mas uma biblioteca de referência secreta para apoiar o ofício censório. Esta biblioteca fora criada para não ser lida pelo público, tratando-se, portanto, de uma antibiblioteca.

Como já foi demonstrado por Joaquim Gomes, o pessoal colaborador ou efetivo nos Serviços de Censura foi preenchido apenas por militares até 1957, pelo que seguidamente se deu a entrada de civis. Já no marcelismo, dá-se a colaboração de leitores especializados. Assim, se bem que o cerne censório se tenha formado e afinado com as duas figuras tutelares da propaganda e censura, António Ferro e Álvaro Salvação Barreto, a noção dos censores como "coronéis" é errada. Os Serviços de Censura sofreram várias estruturações e os seus pareceres foram flutuando conforme as diretivas legais e, sobretudo, a conjuntura política.

OS SERVIÇOS DE CENSURA SOFRERAM VÁRIAS ESTRUTURAÇÕES E OS SEUS PARECERES FORAM FLUTUANDO CONFORME AS DIRETIVAS LEGAIS E, SOBRETUDO, A CONJUNTURA POLÍTICA

Imaginemos um censor: recebia um livro para leitura, lia, ou não lia bem, escrevia um relatório de leitura, analisava a sua viabilidade ou não para circular em Portugal, com base em critérios legais, mas também arbitrários, geralmente de teor moral, social e político, o que fazia com que o "realismo cru" que identificava em muitos dos livros "inconvenientes" tanto poderia ser interpretado como "imoral", "comunista" ou "pornográfico". Depois de rasurar um livro problemático, apontava as páginas, cortava poemas, parágrafos, frases ou palavras, carimbava o livro e, finalmente, carimbava o relatório. Cada exemplar era despachado pelo seu superior com "Proibido", "Autorizado", "Autorizado com cortes" e, em casos raros,

com “Dispensado” ou, até, “Visto”. Depois, era arquivado na sede dos Serviços de Censura, ou devolvido a outras entidades, geralmente a polícia política PVDE/PIDE/DGS, que já os havia apreendido nas livrarias, tipografias e editoras, ou nos domicílios, e logo enviado à Censura.

ATENTADOS CULTURAIS

Este processo tornava o livro e a própria literatura em algo solenemente aborrecido, mas também “perigoso” ou “inconveniente”, do ponto de vista do regime. No entanto, apesar de os mecanismos jurídicos enquadrarem estes atentados culturais e pessoais num quadro legal, reforçado pela retórica do regime, que os classificava como necessários para proteger a população e a moral cristã nacionalista contra a subversão política e a imoralidade, o que de facto sucedia era uma violação da liberdade criativa e de expressão, e dos direitos fundamentais de autores, profissionais do livro e leitores. Temos de considerar que, ao contrário dos periódicos, por exemplo, os jornais, que diariamente tinham de enviar as provas (os chamados “linguados”) ao crivo censório, os livros chegavam já depois de terem sido impressos e, para mais, quando já circulavam nas livrarias. Ou seja, porque se tratou na prática de um sistema censório *a posteriori*, grande parte dos livros era apreendida pela polícia política e, por vezes, no caso de livros indesejados, inutilizada ou destruída. Tal procedimento comportava um grande prejuízo para as editoras, o que causou também censura editorial ou formas complementares de censura social, como a autocensura.

Por outro lado, tal contexto levou alguns autores, editores e livreiros a estratégias de afrontamento, resistência ou camuflagem. Os censores ditatoriais, como em qualquer regime vigiado e controlado, tinham de ter um sistema de informação organizado e um arquivo para verificar se algum autor ou editor fizesse uma reclamação, solicitasse um pedido de nova edição ou de tradução de livros importados. Deste modo, os censores salazaristas e marcelistas redigiram mais de 10 mil relatórios.

Dez mil relatórios que, nalguns casos, décadas mais tarde, repetiam a leitura de determinado título. Estando ainda por apurar o exato número de livros examinados durante o Estado Novo, estima-se que o número tenha sido entre sete mil e 10 mil livros vistoriados. Contudo, se tivermos em conta que, durante 40 anos, se publicaram e circularam em território nacional muitos mais milhares, incluindo livros estrangeiros, este número é relativo.

GABINETE SECRETOS

A seguir, temos o processo de resgate dos livros que os censores mantiveram nos seus gabinetes secretos, por iniciativa do historiador A. H. de Oliveira Marques, que viria a ser diretor da BNP. Com a ajuda de um colaborador, Oliveira Marques conseguiu resgatar mais de mil exemplares após o assalto da população, no dia seguinte à Revolução do 25 de Abril, à última sede dos Serviços de Censura, na Rua da Misericórdia, em Lisboa. Estes livros foram depositados na BNP em 1975. Mas, a história não fica por aqui.

Obras em exposição

Direitos reservados

Iniciada no 25 de Abril de 2022, a coleção Biblioteca da Censura sairá ao longo de dois anos, com o intuito de restituir ao público os exemplares originais sequestrados pela ditadura e de celebrar meio século de democracia no 25 de Abril de 2024. A coleção surgiu no âmbito da exposição "Obras Proibidas e Censuradas no Estado Novo", comissariada por Manuela Rêgo, Luís Sá e por mim, que esteve patente na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), com entrada gratuita, entre maio e setembro de 2022. Sobre a exposição, acaba de ser publicado um extenso catálogo, que é o primeiro volume a inventariar e compilar informação diversa sobre os livros resgatados da biblioteca dos Serviços de Censura e das "Obras Proibidas" de ir à leitura na BNP, sendo valorizado pela digitalização das capas e páginas com marcas ou cortes censórios, pela transcrição de relatórios de leitura escritos pelos censores e por um ensaio de José Pedro Castanheira e outro meu. A exposição mostrou, pela primeira vez, um conjunto de quase cem obras de um universo de mais de mil que se encontram à guarda da BNP. Estes livros são os exemplares lidos, rasurados, carimbados, censurados e arquivados pelos Serviços de Censura do Estado Novo que, sob diferentes designações, operaram uma secção de exame ao livro entre 1934 e 1974. Estes livros revelam, pelos traços profusos dos censores, o poder de resistência e renovação da palavra, tendo sido acusados, entre outros epítetos excelsos, de serem "imorais, pornográficos, comunistas, irreligiosos, subversivos, maus, antissociais, dissolventes, anarquistas ou revolucionários". São, irrefutavelmente, testemunho do modo como a ditadura amputou e desfigurou a vida cultural portuguesa. Destes exemplares, chegou-se a uma seleção de 25 títulos para formar uma nova coleção: a Biblioteca da Censura. O propósito desta coleção, que estou a organizar e a coordenar com a editora *A Bela e o Monstro* e o jornal *Público*, é devolver aos leitores a reimpressão, em fac-símile, das obras que a ditadura sa-lazarista proibiu, ou autorizou com cortes, e que, por conseguinte, nunca chegaram a ser lidas pelo público em geral, ou tiveram um adiamento brutal na sua divulgação.

Álvaro Seiça

Os livros ficaram fechados em caixas mais de três décadas. Só entre 2007 e 2013 é que foram catalogados. Este hiato explica-se, em parte, pelas várias interrupções causadas pelo PREC e posteriores mudanças na direção da BNP. Além do mais, temos de pensar que a BNP recebe um grande número de ofertas, que são integradas à medida do volume de trabalho e, concomitantemente, o depósito legal, à partida, de qualquer livro publicado em Portugal. O certo é que, na última década, já houve quem, na Sala de Leitura Geral, teve, ainda que por momentos, livros carimbados e rasurados nas suas mãos, mas ninguém, até à data da exposição, tinha plena noção de que uma parte substancial da biblioteca-arquivo da Censura se encontrava preservada e depositada na BNP. Era como se estes livros não existissem. E isto porquê?

O QUE DE FACTO SUCEDIA ERA UMA VIOLAÇÃO DA LIBERDADE CRIATIVA E DE EXPRESSÃO, E DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE AUTORES, PROFISSIONAIS DO LIVRO E LEITORES

INVISIBILIDADE DOS LIVROS

Ora, cotejando as cotas numéricas mais baixas atribuídas aos livros resgatados, pode-se deduzir que grande parte só terá entrado nas estantes (os ditos "comboios") da Torre de Depósitos do Fundo Geral a partir de 2007, visto estarem acompanhados por um conjunto de novos exemplares de Depósito Legal (D.L.). No caso da cota de Literatura (L.), tal ocorre sobretudo com o D.L. 2008 e 2009. Ou seja, por entre lombadas novíssimas, fomos encontrar séries de livros dos anos 1940 e 1950 com selos apostos em lombadas antigas, que incluíam o número de registo atribuído pelos próprios Serviços de Censura. No entanto, os livros da biblioteca dos Serviços de Censura não foram classificados numa cota independente (por exemplo, CEN.), nem catalogados digitalmente com metadados que permitissem a sua descoberta através de uma simples pesquisa no catálogo em linha da BNP.

Só recentemente, por volta de 2017, através do trabalho exaustivo de pesquisa efetuado por Manuela Rêgo e Luís Sá, funcionários da BNP, é que se iniciou a inventariação progressiva destes livros. Deste modo, a invisibilidade destes livros no meio das três milhões de espécies da BNP só em 2022 foi contrariada, felizmente, com a exposição e catálogo que os revelou ao público pela primeira vez.

Dos exemplares resgatados e agora inventariados, encontram-se obras de todas as áreas, com uma forte incidência na história, ciência política, filosofia e sociologia, no que diz respeito a obras proibidas de teor anarquista, socialista, marxista-leninista, comunista, maoista, anar-

cossindicalista, sindicalista, ou que, no entender dos censores, se revestisse de "tendências comunizantes ou esquerdistas". Avultam, também, obras proibidas e autorizadas com cortes sobre religião, Igreja, clero, imprensa, feminismo, sexualidade, erotismo e conflitos mundiais, quando não se alinhavam com o discurso ideológico do Estado Novo: Revolução e Guerra Civil Espanhola, Segunda Guerra Mundial e Guerra Colonial.

Em relação à literatura, dos livros proibidos há muitas obras de autores ligados ao neorrealismo, visto que a maioria que se conseguiu salvar fora publicada nas décadas de 1940 e 1950, época áurea do movimento. Há livros de autores portugueses da oposição política contra a ditadura, vários ligados ao PCP, mas também de autores estrangeiros militantes em partidos comunistas nacionais.

As obras estrangeiras circulavam em edição importada em território nacional, mas eram impedidas de ser lidas sobretudo se houvesse o intuito de as traduzir. É de realçar o ataque violento que o regime fez às obras escritas por mulheres, como Colette, Françoise Sagan e Simone Weil, o que no caso português é evidente com a proibição de títulos de Maria Lamas, Natália Correia e Carmen de Figueiredo.

* Escritor e investigador, Centro de Literatura Portuguesa, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e Universidade de Bergen

SOBRE O AUTOR

Álvaro Seiça é um escritor e investigador português residente em Bergen, na Noruega. Entre 2018 e 2021, investigou a poética e a política da rasura no âmbito do projeto *The Art of Deleting*. Este projeto foi financiado através de uma Ação Marie Skłodowska-Curie na Universidade de Bergen, Universidade da Califórnia, Los Angeles, e Universidade de Coimbra. A ação resultou na conferência e festival *Erase!*, na qual participaram poetas, artistas e críticos que se debruçaram sobre as práticas de rasura em relação à literatura, artes visuais, política, tecnologia e estética: https://erase.artdel.net. A sua investigação resultou, também, na exposição "Obras Proibidas e Censuradas no Estado Novo", na Biblioteca Nacional de Portugal (2022) e na coleção Biblioteca da Censura (2022-2024). Seiça publicou os livros de poesia *Supressão* (2019), *upoesia* (2019), *Previsão para 365 poemas* (2018), *Ensinando o espaço* (2017), *Ö* (2014) e *Permafrost* (2012). Participou na Bienal Mediterranea17 em Itália, na Crowd Omnibus Lese Tour na Áustria, no Festival Cúirt na Irlanda, no Poesiefestival Berlim e no Festival Vilenica na Eslovénia. Recentemente, publicou *365 vorhergesagte Gedichte*, um livro colaborativo com o poeta Mathias Traxler. O seu trabalho está disponível em https://alvaroseica.net. Pode ser contactado através de seica@protonmail.com

TECNOLOGIAS DE PONTA

Qual mágico a realizar um truque de cartas, o *designer* do programa pode criar a ilusão de controlo pelo utilizador, quando, na prática, é o programa, agora chamado algoritmo, que orienta todas as ações do utilizador

As tecnologias exponenciaram o desenvolvimento das sociedades. Mas nos últimos anos estão a revelar-se "mandantes", com o homem no papel de "servo". Há sinais de uma devastação cognitiva em curso, sobretudo nos jovens. Este tipo de tecnologias, onde agora incluímos as suportadas na Internet, não são "agnósticas" nem neutras

MÁRIO ROMÃO*

É AFLITIVO. Foi-nos "acoplado" um apêndice, pequeno, portátil, fácil de manusear e transportar, falante, vibrante, tentador. Anda por todo o lado, dizem que é "inteligente". Mais parece uma "pandemia" sem vacinação óbvia. No entanto, não nos separamos dele. As crianças vão muito cedo tendo acesso a estes dispositivos, tantas vezes cedidos pelos pais para mantê-las entretidas. Os

EM CÉREBROS PALEOLÍTICOS

Direitos reservados

adolescentes e universitários (nativos digitais da geração Z) tendem a jogar *online* durante horas, saltitam pelas redes sociais, produzem conteúdos, partilham quase tudo, cuscam, namoram, divertem-se, e usam *apps* como utilitários, incluindo o acesso a conteúdos escolares. Entre os adultos há de tudo, incluindo os que têm de usar os *smartphones* como instrumentos de trabalho.

As estatísticas dão que pensar. Em 2016 os jovens passavam uma média de 21 horas *online*, por semana. Em certos países, como os Estados Unidos, onde estes dados são mais sistemáticos, os jovens dispendiam cerca de 5h30 diárias frente a écrans de videojogos, em *streaming* de TV, nas redes sociais e a ver pornografia. Somando tempos em *smartphone* e outros écrans, o número é avassalador: cerca de 8h/dia. Já se questionou sobre estes seus hábitos e os dos jovens que lá tem em casa?

É inquestionável. A internet trouxe-nos benefícios incomensuráveis, tendo acelerado de forma exponencial a produção de ciência e tecnologia. Mas o que estamos nós a fazer de tantas horas gastas nestes ambientes? Estaremos a tirar partido de todo o manancial de recursos a que acedemos para estimular efetivos processos de aprendizagem? Que parte dessa exposição é verdadeiramente útil, que outra parte é tempo encorajador de finalidades alheias, incutido de maneira furtiva? Que impactos ocorrem nas competências pré-internet e que novas aptidões estão a emergir na nossa juventude? Que efeitos identificamos na saúde, individual e pública, e na sociedade tal como a conhecemos, no exercício da cidadania plena, em liberdade e democracia?

TECNOLOGIA "DIVINA"

Foi há cerca de 12 mil anos que emergiram as designadas tecnologias intelectuais, a começar pela linguagem. Isso demarcou-nos em definitivo dos outros primatas. Nessa linha evolutiva encontramos o mapa, o relógio, e mais tarde o livro, este popularizado pela prensa de Gutemberg (sec. XV).

A adoção destas tecnologias foi sempre controversa. Veja-se o caso do livro, a palavra escrita. Era moroso de produzir, feito por ditado, em modo continuo, sem separação das palavras, em materiais como o papiro egípcio, o pergaminho e só muito depois o papel. É conhecida a reação de Sócrates, para quem o texto contínuo representava "um remédio apenas para a recordação, mas não para a memória", o que significava oferecer aos discípulos a "aparência da verdadeira sabedoria". Já para o clero, o livro representava a destruição do conhecimento sagrado, bem como o acesso impróprio, pelo povo, a informação restrita. Também as elites sociais se sentiram ameaçadas, porque o acesso a livros lhes diluiria o poder, causando discordâncias e desrespeito pelo pensamento educado. Mas algo se mantinha comum entre todas estas tecnologias, o facto de, sobre elas, o homem ser o mandante, no sentido de por elas ser servido.

No final do séc. XIX, William James já reconhecia que o nosso tecido nervoso era dotado de um elevado grau de plasticidade. Hoje é algo consolidado: a estrutura do cérebro é mutável, e vai-se transformando em resultado das ações e eventos que nos afetam ao longo da vida. A aprendizagem de uma nova habilidade (andar, falar, ler, tocar um instrumento) cria ligações neurológicas que serão reforçadas, ou perdidas, conforme as repetimos, ou não. Um maior nível de concentração ou de atenção a uma habilidade promove uma aprendizagem de resultado mais "profundo" e persitente. É como se, no cérebro, fossem criados "sulcos" que mais tarde facilitam a recuperação dessa aprendizagem através da memória entretanto criada.

A INTERNET TROUXE-NOS BENEFÍCIOS INCOMENSURÁVEIS, TENDO ACELERADO DE FORMA EXPONENCIAL A PRODUÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

De uma forma simplista, considera-se que tecnologias como a linguagem, o mapa, o relógio, assim como as que delas derivaram até ao nascimento da internet, permitiram ao homem uma perceção abstrata e analítica do seu "eu" e do mundo que o rodeia. Esta amplificação das capacidades cognitivas humanas ocorreu essencialmente no neurocórtex, parte do cérebro dedicada ao pensamento lógico e abstrato. O livro, e, em particular, a leitura em silêncio, criou e promoveu a capacidade de concentração e foco, algo impensável quando o homem "convocava" o cérebro reptiliano por uma questão básica: a de sobreviver num ambiente hostil.

Mas, por que razão nos distraímos com tanta facilidade? Não é realista atribuir todos estes males ao uso das tecnologias (embora exista uma vasta evidência científica desses efeitos). Para alguns psicólogos e/ou psiquiatras, o problema da falta de atenção pode ser sintoma de outros problemas existenciais mais profundos,

como a falta de motivação, a tristeza, uma depressão[1] não tratada, um estado prolongado de hiperatividade ou até algum tipo de descompensação hormonal ou neuroquímica. Por exemplo, podemos não estar a receber a dopamina, os "abraços" ou os afetos de que a nossa existência precisa para nos sentirmos bem, e nessa medida mantermo-nos mais focados. Além disso, há razões circunstanciais, como seja a situação em que o trabalho se torna rotineiro e chato, e daí nos permitirmos saltar para alguma atividade que nos pareça mais estimulante, nem que seja ir tomar um café ou dar dois dedos de conversa a um amigo. De uma forma geral, diria que poucos suportam os estados de tédio e solidão. Muito humano, certo?

AMBIENTE TECNOLÓGICO

Convenhamos que a internet é um extraordinário ambiente tecnológico ao serviço da globalização. Como suporte a uma nova forma de comunicação-media, tem várias características que a distinguem, por exemplo, da rádio ou da televisão. É bidirecional, tornou-se acessível à escala global e é barata. Por outro lado, dispõe de um modelo de navegação baseado em *links*, que ligam pedaços de informação *online*, permitindo-nos navegar na maior enciclopédia "gratuita" nunca antes tão acessível.

CONVENHAMOS QUE A INTERNET É UM EXTRAORDINÁRIO AMBIENTE TECNOLÓGICO AO SERVIÇO DA GLOBALIZAÇÃO

Nicholas Carr, comentador e crítico de tecnologia, desabafava sobre os impactos desse novo ambiente na sua vida: "Quer eu esteja *online* quer não, a minha mente agora espera receber informação do modo como a net a distribui: um fluxo de partículas em movimento veloz. Antes eu era um mergulhador num mar de palavras. Hoje sigo rápido, deslizando sobre uma superfície como alguém numa mota aquática."[2] O dramaturgo Richard Foreman, num ensaio de 2005, refletia mais profundamente sobre os efeitos do novo ambiente digital. Antecipava que o homem veria substituida a sua complexa densidade interior por um novo eu – que evolui sobre a sobrecarga de informação e da tecnologia do "instantaneamente disponível". Afirmava que, com o esvaziamento desse repertório interior de denso património cultural, arriscaríamos tornar-nos "pessoas panquecas", capazes de espalharem os seus pensamentos por

1 No início de 2010 surgiu, de repente, um acréscimo nas taxas de ansiedade, depressão e automutilação entre os adolescentes americanos. A causa não é conhecida, mas o facto de ter acontecido naquela altura, aponta para as redes sociais como um grande contribuidor — sendo que o aumento começou quando a grande maioria dos adolescentes americanos se tornou utilizadora diária das principais plataformas (o estudo é do próprio *Facebook*, e na altura foi noticiado pelo Wall Street Journal).

2 Em "A Geração Superficial: O que a *internet* está a fazer aos nossos cérebros" (2011), editora AGIR, p.15.

Direitos reservados

Talvez o mais preocupante seja mesmo a dificuldade que os nativos digitais (os da geração Z, ou da geração Google) revelam em matéria de processamento, triagem, estruturação, análise e sintetização do volume astronómico de dados e informação que conseguem extrair das ações de zapping na web

uma imensa área, mas com resultados de pouca "espessura", por causa da vastíssima quantidade de ligações a uma rede de informação acessível através do mero toque de um botão.[3]

Sendo estimulante para utilizadores, a internet alavancou os vários tipos de negócios das empresas, sobretudo os daquelas que vendem publicidade *online*. Esta é visível nas páginas dos conteúdos, ligada cirurgicamente aos temas pesquisados, variando ao sabor dos *clicks* através de biliões de *links*. Estes modelos de negócio perceberam ser vital manter os utilizadores a "saltitar" de *link* em *link*, usando recursos como as notificações, os *widgets*[4], e outros mecanismos para "captura" da atenção dos utilizadores, para depois os induzir numa intensa dispersão do pensamento. Herbet Simon, conhecido investigador da psicologia cognitiva, reconhecia esta nossa característica inata, a de sermos criaturas ávidas de informação, e de a procuramos de forma semelhante à que os nossos ancestrais procuravam por indícios da ameaça de predadores. Hoje, essa avidez é pronta e voraz-

3 Richard Foreman (2005). The Pancake People, or, The Gods Are Pounding My Head, Edge, 8 de março – www.edge.org/3rd_culture/foreman05/foreman05_index.html.

4 Um widget é um pequeno programa usado numa página web para fornecer informações utilitárias muito específicas, numa pequena janela de um écran (p.e. contagem regressiva de eventos, contador de visitas ao site, relógios, previsão meteorológica diária).

mente atendida, o que nos foi tornando "mentalmente obesos".

Brian Jeffrey Fogg é um reputado cientista social americano, investigador da Universidade de Stanford, criador do Laboratório de Tecnologia Persuasiva. O seu livro, *Persuasive Technology*, é um *standard* no domínio da psicologia comportamental mediada por tecnologias. Os resultados desses estudos influenciaram decisivamente a criação de tecnologias disruptivas nas empresas de Silicon Valley.

Segundo Fogg, as linguagens de programação permitem que os seus programadores combinem conceitos da psicologia persuasiva com técnicas típicas das usadas nas *slot-machines*, tais como recompensas aleatórias e variáveis. Este tipo de interação acaba por vincular os utilizadores à necessidade social de aprovação e validação, um tipo de reação quase inata, a que poucos humanos conseguem resistir. Qual mágico a realizar um truque de cartas, o *designer* do programa pode criar a ilusão de controle pelo utilizador, quando, na prática, é o programa, agora chamado algoritmo, que orienta todas as ações do utilizador. Tristan Harris[5], um brilhante aluno de Fogg, batizou este mecanismo de "*brain hacking*", um insidioso, mas eficaz, mecanismo de "rapto" da nossa atenção cerebral para os mais diversos fins. Sobre a forma como esta prática se estendeu à generalidade das empresas de tecnologia, assista ao TED - "*How a handful of tech companies control billions of minds every day*"[6].

APTIDÕES DESEJÁVEIS

Nos modelos para os quais estamos pedagogicamente preparados, as aptidões desejáveis, a estimular nas crianças e nos adolescentes, de forma atempada, seriam as relacionadas com o seguinte: capacidade de reflexão, concentração, sentido de esforço para alcançar um objetivo, boa comunicação através do claro domínio de uma língua, saber hierarquizar e estruturar informação (tão abundante no mundo digital), valorizar a interação com os outros, capacitando o desenvolvimento de empatia.

É fácil entender por que razão estas empresas, como o Facebook e a Google, adotaram este tipo de práticas, nomeadamente para fazer crescer, nas respetivas plataformas, as métricas do número de utilizadores, do tempo de permanência nos *sites* e sobretudo o do número de visualizações de anúncios publicitários.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Quando interagimos com estas plataformas, navegando no fluxo interminável da linha de tempo – *timeline* ou *feed*, julgamos estar apenas a visualizar fotos de amigos, vídeos de animaizinhos engraçados ou meras notícias. O que poucos sabem é que por detrás desses *feeds* existem sofisticados mecanismos de inteligên-

5 Especialista americano em ética da tecnologia. Diretor e cofundador do Center for Humane Technology.
6 www.ted.com/talks/tristan_harris_how_a_handful_of_tech_companies_control_billions_of_minds_every_day

cia artificial (IA). Logo, quando percorremos o nosso *feed* de notícias, é como se estivéssemos a jogar "um complexo jogo de xadrez a várias dimensões", contra algo que, dispondo de informação quase perfeita sobre nós, é capaz de antecipar as nossas próximas ações. O objetivo dos algoritmos da IA é, não tenhamos dúvidas, descobrir quais os conteúdos mais adequados para nos mantermos permanentemente ligados, envolvidos, logo monetizáveis. Estes modelos são máquinas impressionantes de fazer dinheiro, cuja receita e produtividade está sentada em cima da nova "economia da atenção".
Esta IA em empresas como Facebook e Google inclui, mais recentemente, mecanismos de previsão comportamental que antecipam os nossos pensamentos e emoções, com base em padrões encontrados nos repositórios de dados acumulados sobre os utilizadores. Veja bem, anos e anos de acumulação de *likes*, *posts*, partilhas, comentários e dinâmica comunicacional em grupos restritos, ensinaram a IA das redes sociais mais sofisticadas a captar e a monopolizar a nossa atenção. Graças a todos esses dados, as redes sociais podem oferecer aos anunciantes uma segmentação de potenciais clientes de qualidade excecionalmente alta, para depois lhes oferecer mensagens absolutamente personalizadas. É fascinante. Com este manancial, o desafio destes modelos de marketing de dados passou a ser a criação de produtos que extraiam o máximo valor dessa segmentação, o máximo retorno do rácio receitas das vendas de produtos *vs* custos das campanhas publicitárias cobradas aos anunciantes.

E CONVENHAMOS, SEM MEMÓRIA PERSISTENTE DE QUALIDADE, NÃO HÁ DESENVOLVIMENTO COGNITIVO

Como docente de Sistemas e Tecnologias de Informação era comum referir que as tecnologias eram neutrais, e que não deviam ser usadas como bodes expiatórios das limitações daqueles que as utilizam. Ou seja, que não eram em si mesmas boas ou más, sendo o modo como eram usadas o que determinava o respetivo valor. Referia-me, no essencial, a aplicações de gestão empresarial. Todavia, cada vez mais estes sistemas internos interagem com outros circundantes, por exemplo os que gerem a relação com os clientes ou com os fornecedores. Ora, nunca a reputação das organizações dependeu tanto da opinião dos seus consumidores, que dispõem de *foruns* de opinião, nomeadamente os que são dinamizados nas redes sociais. Esse ambiente, se mal gerido, pode tornar-se um "campo minado" para o bom nome de qualquer empresa ou marca. Na sequência do que foi dito, hoje não estou tão certo de que tal neutralidade se aplica de igual forma a todos os tipos de sistemas e tecnologias. Vejamos melhor porquê.

TECNOLOGIA QUE DISTRAI E DISPERSA

O conhecido teórico da comunicação, Marshall McLuhan, criador do conceito de "aldeia global", e que viveu antes da era da internet, notabilizou-

-se pelo ditado "o meio é a mensagem". Defendia que, num prazo alargado, o conteúdo do meio passaria a importar menos do que o próprio meio, na influência por este exercida sobre o nosso modo de pensar e de agir. Defendeu que os efeitos da tecnologia não ocorriam ao nível das opiniões ou conceitos, antes alteravam os seus padrões de perceção, continuamente e sem qualquer resistência do utilizador. Ou seja, e segundo McLuhan, este tipo de tecnologias, onde agora incluímos as suportadas na internet, não são "agnósticas" nem neutras, acabando por operar alterações efetivas no nosso sistema nervoso. Chegou ao ponto de ironizar, dizendo que "o conteúdo de um meio é apenas o apetitoso naco de carne que o ladrão leva para distrair o cão de guarda da mente."[7] Curiosa a associação de "ladrão" ao tipo de tecnologia que distrai e dispersa, e o "guarda da mente" a parte do cérebro que protege a serenidade, o equilíbrio e a concentração mental.

Penso ter passado a ideia de que o uso de tecnologias persuasivas promove, hoje, um caminho oposto ao do desenvolvimento cognitivo na era anterior à pulverização da internet. De facto, opera num ambiente baseado numa linguagem cada vez mais curta, desconstruída e simplificada.

Há metáforas esclarecedoras. Recordo uma, que explicava o colapso da nossa "mente literária, linear". Comparava a leitura de um livro ao ato de encher uma banheira com água, usando um dedal. A "água" acumulada seria a nossa memória mais persistente, de longo prazo. O "dedal"

RECORDANDO MCLUHAN, CHEGOU O TEMPO EM QUE O "MEIO" SE SOBREPÔS À "MENSAGEM"

representava o transportador de dados armazenáveis na memória transitória, de trabalho, de curto prazo. É fácil imaginarmos a necessidade de um enchimento lento, modo eficaz na formação de (boas) memórias, feitas de ligações entre neurónios, as sinapses – os tais "sulcos" acima referidos. Mas hoje queremos resultados rápidos e bons. Solução? Encheu-se a banheira muito rapidamente, instalando-se várias torneiras a jorrar ao mesmo tempo, no máximo fluxo possível. Mas note, continuamos, em paralelo, a encher a banheira com o nosso dedal, é essa a capacidade limite da nossa memória de trabalho. Resultado, a banheira ficou cheia muito rapidamente, mas a "água" vertida pelas torneiras revelou-se puro desperdício, insensível às restrições do nosso mecanismo inato de formação de memória. E convenhamos, sem memória persistente de qualidade não há desenvolvimento cognitivo. Recordemos o impacto assustador das doenças degenerativas que afetam a memória, as funções cerebrais e, por consequência, a dignidade da vida humana.

Reconhecemos que hoje é quase impossível fugirmos a executar tarefas em paralelo – o co-

7 Marshall McLuhan, Understanding Media: The Extensions of Man (2003). ed. W. Terrence Gordon, Corte Madera, CA: Gingko.

nhecido *multitasking*. A nossa neuroplasticidade permite treinarmos o cérebro para um modo operativo do tipo "malabarista". Há imensos estudos sobre os efeitos do ambiente multitarefa. A equipa do professor Clifford Nass[8], da Universidade de Stanford, realizou testes cognitivos em dois grupos, comparando a capacidade de distinguirem eventos importantes de outros irrelevantes. Os resultados do grupo dos *multitaskers* permitiu concluir que eram mais ávidos de factos irrelevantes, pois qualquer coisa os distraía, sendo claramente "atraídos pela irrelevância". Em linha com estas descobertas, Michael Merzenich[9] afirma que, ao realizarmos multitarefas, estamos a "treinar os nossos cérebros a prestar atenção ao lixo", e que as "consequências para a nossa vida intelectual podem ser mortais". É um facto transversal a este tipo de experiências, o de que quando os nossos cérebros ficam sobrecarregados, as distrações distraem ainda mais. Já experimentou essa sensação?

As tecnologias suportadas na internet restauraram, assim, as nossas formas mais primitivas de "pensar", focadas nas respostas mais adequadas aos estímulos circundantes, por exemplo, e como referido a propósito do início da era humana, evitar o ataque de um perigoso predador. Mas, note-se, não sou tecnofóbico, pelo contrário. A tecnologia tem sido impulsionadora do desenvolvimento e de um futuro melhor para todos, em todas os setores de atividade. Enquanto educador, reconheço bem a enorme vantagem do acesso a essa vasta "biblioteca universal", ao sabor da curiosidade e da capacidade de pesquisa.

Mas, por outro lado, sinto alguma dificuldade em entender de que forma as novas tecnologias digitais auxiliam a distinção entre "trigo" e "joio", ou de como estimulam um pensamento crítico sobre o que se lê (apressadamente), elementos básicos para um processo eficaz de aprendizagem. Parece frágil a consciência sobre o papel dos "dedais" do nosso cérebro, acedendo-se a muita informação que é desperdiçada e inútil, caminho previsível para uma devastação cognitiva, com a "estupidificação" de uma franja crescente da nossa geração mais jovem[10]. Recordo o filósofo Séneca, tutor do imperador Nero, atento às questões da consciência e da educação, como tendo afirmado, no séc. I d.C., que "estar em todo o lado é estar em lado algum."[11], algo que se mantém muito atual.

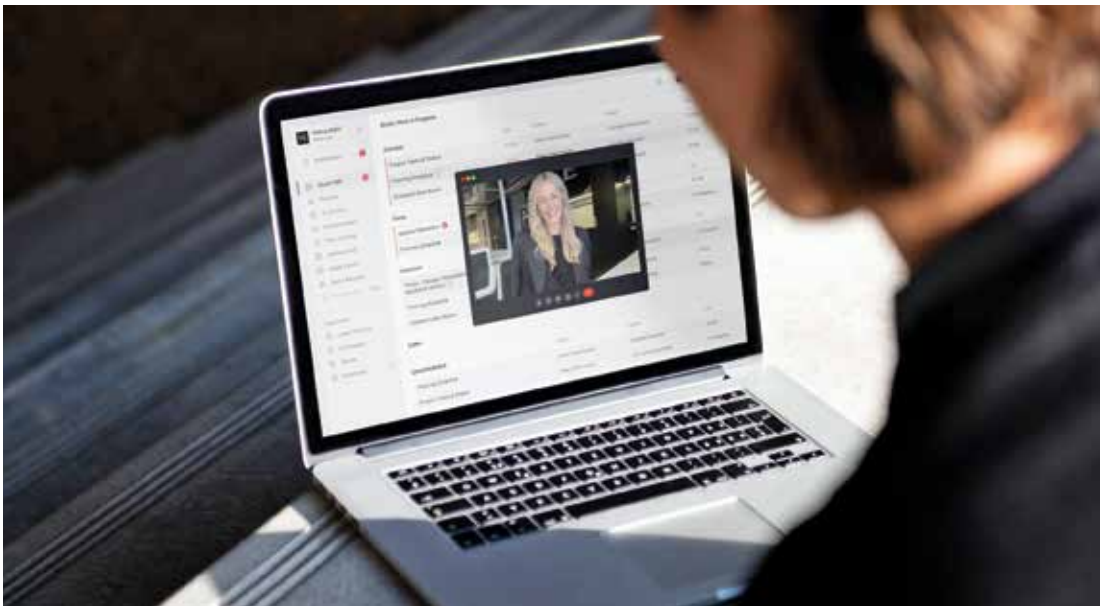
Aqui chegados fica-se com a desconfortável sensação de que alguma coisa mudou. Aquilo que era inerente às tecnologias intelectuais até à internet, onde o homem era por elas servido, parece diferente. Atualmente, vai-se invertendo, de forma velada, este sentido, havendo evidência em como o homem assumiu o papel de

8 Ophir E.; Nass, Clifford; Wagner, Anthony D. (2009). Cognitive Control in Media Multitaskers, Proceedings of the National Academy of Sciences.

9 Professor emérito e reputado neurocientista da Universidade da Califórnia, em San Francisco.

10 Recomendo vivamente, a este propósito, a leitura da obra A Fábrica de Cretinos Digitais: Os perigos dos ecrãs para os nossos filhos, de Michel Desmurget, Contraponto Editores, outubro de 2021.

11 Em "Letters from a Estoic".



Direitos reservados

Não por acaso, conteúdos que inspirem medo e raiva, teorias da conspiração (por exemplo, a crença de que as vacinas contêm microchips), manchetes sensacionalistas, vídeos curtos, GIFs animados, recolhem muito mais interesse dos utilizadores

"servo" da tecnologia, mas sem que se aperceba disso. Recordando McLuhan, chegou o tempo em que o "meio" se sobrepôs à "mensagem".

Neste ponto pretendi evidenciar de que forma as tecnologias sofisticadas com que agora nos deparamos nas plataformas digitais, que classifiquei de tecnologia "divina", estão a tirar partido de mentes que até há poucas dezenas de anos funcionavam em modo mais pausado, mais contemplativo e linear. Essa é ainda a herança do cérebro que herdámos do nosso estágio no paleolítico.

APTIDÕES: DESEJO E REALIDADE

Em alguns daqueles com quem lido, os designados "nativos digitais", são notórias certas características marcantes: gostam de *zapping*, são impacientes e gostam de trabalhar em equipa. O *zapping* decorre de viverem numa cultura digital, com competências quase intuitivas nas tecnologias digitais básicas, essenciais para saber lidar com *gadgets*, *apps* e toda a parafernália de funcionalidades inerentes a esses ambientes. A impaciência é um traço marcante e transversal. Desejam respostas imediatas aos desafios que lhes são lançados, cedo desanimando quando tal não acontece. Percebem o valor da equipa, gostam de trabalhar em modo colaborativo e entendem que, no caso de alguma reivindicação, esse modo de funcionar os pode beneficiar. Como são hiperconectados, entram e saem dos grupos com relativa frequência. São igualmente muito dinâmicos e criativos, preferindo um mode-

lo de aprendizagem por tentativa e erro, do tipo *fail fast, learn fast*. De forma quase generalizada, revelam uma enorme capacidade de dispersão.

São craques a surfar do Facebook para o Messenger, enquanto a meio caminho postam uma *selfie* no Instagram, assistem a um rol de curtos videos no Tik-Tok, ao mesmo tempo que respondem no Whatsapp a uma questão sob discussão no grupo do trabalho de determinada disciplina. Mas quando analisamos de que forma dominam algumas competências informáticas mais básicas, a maioria hesita. Falo, por exemplo, da escrita de um simples algoritmo para cálculo de um somatório e média dos elementos de uma lista de números, recorrendo ao conceito de ciclo, ou saber configurar a segurança de um *smartphone*, ou ainda, dominar razoavelmente os programas de produtividade pessoal (processador de texto, folhas de cálculo, etc.). Aqui ensinamos, e eles acabam por aprender, mas com algum esforço e dedicação.

Socorro-me de uma constatação que ajuda a explicar a forma célere como os nativos digitais sabem usar tão facilmente os meios que lhes são disponibilizados. Em meados dos anos 80 começámos a usar computadores pessoais. Esse uso pressupunha termos a noção de um conjunto de detalhes sobre o equipamento, a começar pela sua arquitetura, sistema operativo, capacidade de memória RAM e dos discos. Depois, o número de aplicações era exígua e carecia de aprendizagem exigente. Existiam os *mainframes*, ao serviço de grandes organizações. Tínhamos minicomputadores com écrans "estúpidos", e tinham chegado os PCs, autónomos. Havia até quem os conseguisse montar, comprando os componentes separadamente. Aprendíamos Unix ou DOS como sistemas operativos, Multiplan ou Lotus-123 como folhas de cálculo, e por aí adiante. Fazer um programa informático em Basic ou Fortran, depois em Pascal e C, era uma tarefa hercúlea. Tínhamos de dominar a lógica da programação, os algoritmos e as estruturas de dados, para além das linguagens em si, etc. O esforço na conceção e a seguir no uso de produtos informáticos era elevado, gerando-se, em geral, aplicações pouco intuitivas e de uso relativamente complicado.

Hoje, por oposição, a utilização das *apps* é quase imediata, com ambientes de uso muito amigável. Isso cria, nesta geração, uma ilusão de simplicidade quando, na realidade, existe uma enorme complexidade na sua implementação, onde tudo é orientado à facilidade, ergonomia, arquitetura, intuitividade, atratividade e rapidez de utilização, num ambiente do tipo "*plug and play*". Esse é aliás o segredo da penetração massiva de todo este novo arsenal computacional, preparado para um mundo digital, globalizado.

Talvez o mais preocupante seja mesmo a dificuldade que os nativos digitais (os da geração Z, ou da geração Google) revelam em matéria de processamento, triagem, estruturação, análise e sintetização do volume astronómico de dados e informação que conseguem extrair das ações de *zapping* na web. Salvo muitas e honrosas exceções, é globalmente reduzida a capacidade destes jovens para refletir acerca da informação que lhes é tão avidamente fornecida via internet. Ou seja, o brilhantismo funcional tão bem revelado no domínio das redes sociais, das

apps e dos *smartphones* para tudo e mais alguma coisa, comunicação, jogos, etc., não é, regra geral, acompanhada da capacidade crítica para avaliar a qualidade, a consistência, ou mesmo a veracidade da tão vasta informação a processar. O que leio e acompanho sobre estes novos ambientes de suporte à aprendizagem num mundo digital, permite-me constatar estarmos perante o resultado, já visível na atual geração Z, de um dilúvio precoce de estímulos que as nossas crianças estão a enfrentar demasiado cedo no seu crescimento. Isso prejudica-lhes as aprendizagens essenciais, por via do fecho progressivo das suas "janelas" de desenvolvimento cerebral. Recorde-se que o cérebro é extraordinariamente plástico nos primeiros anos de vida, e que essa plasticidade vai diminuindo à medida que crescemos.

PREJUÍZOS E BENEFÍCIOS

É oportuno sistematizarmos, sucintamente, os benefícios e as perdas apontadas por quem estuda os efeitos do uso massivo das tecnologias da internet em ambientes profissionais. Nos benefícios identificamos habitualmente: uma capacidade mais rápida de avaliação do contexto; uma maior capacidade da "memória de trabalho", uma inteligência visual e espacial mais desenvolvida[12], com melhor reconhecimento de padrões; uma maior capacidade de utilização de ambientes interativos, em que uma rápida partilha de informação seja essencial; uma melhor habilidade na resolução de problemas em ambiente colaborativo; e uma maior valorização, no ambiente de trabalho, onde a avaliação premeia a capacidade de rápida conexão a vários desafios em simultâneo[13].

Como perdas são habitualmente apontadas: um menor número de (boas) decisões; um *deficit* de competências emocionais e sociais; perda de qualidade funcional e de produtividade;

CULTIVO DOS VALORES

No ambiente universitário, enquanto docente digitalmente muito menos apetrechado que os alunos, confronto-os com a necessidade de cultivar valores como o pluralismo, a partilha e confronto de ideias, a importância do contraditório, a tolerância à diferença, a prática da validação das fontes, a aposta no pensamento crítico, e do evitamento da ditadura do pensamento coletivo, por vezes estupidificante, que anula o indivíduo e o torna mais um peão de causas alheias, só por fidelidade às nem sempre claras convicções de um grupo.

12 Veja-se o caso dos motoristas de táxi de Londres, que, antes do aparecimento do Google Maps, desenvolviam um hipocampo aumentado (a região do cérebro que memória e processa informação espacial) – o que reflete uma recompensa neuronal por prestarem atenção ao emaranhado das ruas da cidade, uma forma sofisticada de "distração focada".

13 Experiências demonstram que alguns elementos dos nativos digitais são capazes de conduzir 34 conversas simultâneas em seis canais de media diferentes, ou até que têm a capacidade de alternar eficazmente entre vários alvos de atenção, de uma maneira considerada impossível para os mais velhos.

menor capacidade de pensar e raciocinar sobre um problema; enfraquecimento das capacidades de "processamento profundo", envolvendo análise indutiva, pensamento crítico, imaginação e reflexão; menor capacidade de auto-conhecimento, de atividades contemplativas e da gestão do tédio e da solidão; perda de sensibilidade emotiva, empatia e compaixão.

Chegado a este ponto, construí a sensação de que os alunos de hoje já não são as pessoas para as quais o nosso sistema educativo foi concebido. Nos designados "nativos digitais", a evolução do contexto no uso das novas tecnologias digitais é de tal ordem, que parecem obsoletas muitas das abordagens pedagógicas do nosso "velho" mundo escolástico.

Há meritórias iniciativas em curso, algumas em fase experimental, visando explorar melhor a neuroplasticidade cerebral num contexto de aprendizagem com diferentes modelos e práticas pedagógicas. Há que explorar modelos pedagógicos que promovam maior interação com os alunos, maior envolvimento em sala de aulas, apresentações de matérias curtas e incisivas, mais casos concretos, explorando a curiosidade natural e as dinâmicas de grupo onde esta nova geração se sente tão bem. E claro, com o suporte das tecnologias que eles usam de forma tão ágil, para facilitar a partilha de informação e produção de resultados. Esse é um caminho árduo, mas tão inevitável quanto necessário.

O CÉREBRO DAS CRIANÇAS É COMO UM BARRO QUE SE MOLDA, UMA FORJA QUE REFINA, UM "TERRENO" ONDE VALE A PENA PLANTAR BOAS "SEMENTES"

DA FORNALHA À FORJA

Já foi comentado, realçando-se agora o impacto deste ambiente sobre as crianças. O tempo excessivo por elas passado em frente a écrans, sobretudo os dos *smartphones* e das consolas de jogos, é um tempo roubado à interação humana, base da empatia. Esses efeitos são tanto mais profundos quanto mais cedo a criança ficar exposta a esse ambiente. Adicione-se a isto uma crescente imersão e alheamento dos progenitores nos labirintos digitais. Interrogamo-nos onde entra a tão desejável dinâmica intrafamiliar, construída de relações vivas, corpóreas, de olhares, expressões, conversas[14], harmonias, afetos, "alimentos" de alto valor nutritivo para o desenvolvimento do cérebro das crianças.

Esse tempo excessivo nos écrans submete os

14 Sherry Turkle (2016). Reclaiming Conversation: The Power of Talk in a Digital Age. Penguin Books. Recomendo a leitura deste livro, pela importância do tema das conversas intrafamiliares, face a face, na construção de ambientes empáticos, na sua importância para a auto-reflexão, abandonando-se explicitamente o uso das tecnologias como intermediárias da comunicação;

cérebros a uma espécie de "fornalha", geradora de ansiedades, perda de autocontrolo e muitos outros distúrbios, como a degradação da qualidade do sono. Ao invés, um desenvolvimento assente numa maior interação humana, sujeita-o a algo mais próximo de uma "forja". Se a fornalha atua com rapidez e a alta temperatura, a forja molda, ajusta, apara, de forma mais pausada. Nela o criador vai interagindo com a criatura, observando-a, moldando-a.

DA ÁGORA À ARENA

Focam-se agora os efeitos sobre o coletivo da sociedade. Sempre existiram opiniões extremistas, autoritárias, misóginas, racistas ou xenófobas. Mas também havia, sobre quem as propalava, alguma pressão social, que os impedia de se tornarem relevantes ou influentes, até por não ser fácil criarem grandes ajuntamentos. Eis que, sobretudo desde 2009, quando as grandes tecnológicas refinaram a viralidade dos seus algoritmos, chegou um novo tipo de comunicação social, gerida em plataformas como o Facebook e o Twitter, onde essas vozes ganharam guarida fácil. Melhor ainda, podiam manter-se anónimos e organizar-se em grupos fechados. Acabava por fim o estigma social que os inibia de florescer. Partilhando valores tóxicos numa "bolha" controlada, passaram a influenciar e a recrutar seguidores, formando tribos fragmentadas, com uma capacidade viral de mobilização e ação. Depois há a ajuda dos algoritmos, que acabam por ir seleccionando e mostrando conteúdos que legitimam esses mesmos valores, e, portanto, nada voltados para levar os residentes da bolha a questionarem as suas convicções.

Enquanto nos media social sérios se procuravam os vários lados de uma história, seguidas de revisão editorial e de verificação de fontes, nas novas plataformas de media é muito mais apelativo promover e amplificar noticias falsas e sensacionalistas, não validadas, que se expandem de forma descontrolada, que recolhem uma forte adesão de cérebros sensíveis a emoções reptilianas. Não por acaso, conteúdos que inspirem medo e raiva, teorias da conspiração (a crença de que as vacinas contêm microchips), manchetes sensacionalistas, vídeos curtos, GIFs animados, recolhem muito mais interesse dos utilizadores. Na prática, esse é um dos filões do negócio de quem vende publicidade a vastas audiências.

Antes das redes sociais, as manifestações eram expressão, por vezes explosiva, de um amadurecimento de ideias e convicções caídas na rua. Havia ideais, reflexão, debate, caldo cultural, conteúdo, propósito. Não precisamos de recordar o Maio de 68, o 25 de Abril ou o sobressalto social originado pelo massacre de inocentes em Timor. Habituámo-nos, e bem, aos valores mais nobres da liberdade e da democracia. E hoje? Onde se escondeu essa "sabedoria" de expressão coletiva? São visíveis os refúgios confortáveis no mundo virtual, onde um novo tribalismo campeia, onde se seguem os que berram mais alto, e facilmente se "desamigam" as vozes discordantes. Deseja-se uma manifestação? Fácil, organiza-se *online*. Acicatam-se grupos nas redes sociais, injetam-se crenças e falsas verdades,

por vezes até invetivando grupos extremistas mutuamente hostis, de ideias antagónicas.

Na comodidade de um sofá, marca-se um mesmo local e hora para o confronto (o exagero é propositado, isto não é assim tão simples). Resultado: violência, extremismo acéfalo do debate e do espaço público, enorme palco de reflexos, mas de escassa reflexão. Algumas dessas manifestações são céleres a exigir a demissão de dirigentes ou a destruição de instituições, mas sem oferecer uma visão alternativa do futuro ou uma organização que o pudesse fazer[15]. Ou seja, de um espaço de cidadania e livre expressão do tipo "ágora", vamos preferindo a "arena", palco de raiva, ódios, violência coletiva, intolerância à diferença, tudo alavancado pelo megafone global das redes sociais.

Mais subtil de detetar, sabe-se hoje que o uso abusivo das tecnologias persuasivas nas redes sociais pode conduzir à perda de confiança na democracia. Por tradição, esta depende de uma aceitação amplamente interiorizada da transparência e legitimidade das regras, normas e instituições de um país. Ora "quando os cidadãos perdem confiança nos líderes eleitos, nas autoridades de saúde, em instituições como os tribunais, a polícia, as universidades, e ainda na integridade das eleições, então todas as decisões são contestadas". A este respeito, refira-se que os algoritmos da inteligência artificial estão preparados para injetar propagação ilimitada de desinformação altamente credível. Isso já aconteceu nas eleições do *Brexit*, e nas presidenciais americanas de 2016, que elegeu o improvável Donald Trump. E quem não se lembra do escândalo da *Cambridge Analytica*? É um conjunto de esquemas de sofisticada desinformação, e de como todo o arsenal do Facebook foi usado para fins maliciosos, por grupos de crime cibernético organizado, por exemplo, da Rússia, para influenciar os votantes americanos. É um relato muito bem detalhado por Roger McNamee, num livro cuja leitura se recomenda[16], e que nos relembra ser necessária uma cuidadosa e competente regulação destes *players*, sobretudo quando, mesmo sem alegadamente o desejar, dão guarida aos desígnios de criminosos anónimos.

CHEGADO A ESTE PONTO, CONSTRUÍ A SENSAÇÃO DE QUE OS ALUNOS DE HOJE JÁ NÃO SÃO AS PESSOAS PARA AS QUAIS O NOSSO SISTEMA EDUCATIVO FOI CONCEBIDO

SÍNTESE

Esta reflexão é apenas um alerta. Realço que os fenómenos descritos não são obviamente

15 Numa escala muito reduzida, vimos isso acontecer muito recentemente, como se a responsabilidade pela crise ambiental ou energética fosse de um ministro.

16 Roger McNamee (2020). Zucked: Waking Up to the Facebook Catastrophe, HarperCollins Publishers.

generalizáveis a todos os utilizadores ou organizações. Chamou-se, todavia, à atenção para o caso particular das crianças, cuja janela de desenvolvimento cognitivo é muito sensível à privação de um salutar convívio familiar, sobretudo quando esse convívio é substituído por uma reiterada exposição a écrans. Anote-se, o cérebro das crianças é como um barro que se molda, uma forja que refina, um "terreno" onde vale a pena plantar boas "sementes", e que não deve ser prematuramente "amputado". Um alerta ao papel dos jovens pais e dos educadores de infância, tantas vezes menorizado.

É curioso constatar que a geração dos nativos digitais vive num ambiente cada vez mais virtual. Dispõem de meios e enfrentam desafios que não são claramente entendidos pelos seus progenitores. Nunca em gerações anteriores houve tamanho desalinhamento entre as expectativas de progenitores e seus descendentes. A evolução das tecnologias é tão recente, tão rápida e tão avassaladora, que é prematuro conhecer, na sua completude, todos os impactos de tão brusca alteração, seja no desenvolvimento cognitivo dos utilizadores, seja no futuro da saúde, individual e pública, seja no papel das instituições, ou, no limite, nas consequências sobre a democracia e a liberdade.

O artigo também não aponta soluções nem panaceias. Por estarmos perante um problema de fundo, ele vem granjeando a atenção de muitos pensadores, políticos e autoridades de saúde nos vários países, à medida que cresce a consciência sobre o alcance dos efeitos relatados. Outro tipo de autoridades, nomeadamente as regulatórias e as da concorrência, vêm-se mostrando mais atentas às consequências da posição dominante dos designados gigantes das plataformas digitais, quer nas distorções de mercado, quer nos impactos das suas práticas na privacidade do utilizador, ou no uso abusivo dos seus dados identitários e comportamentais, alimento de modelos de negócio sustentados na comercialização de campanhas publicitárias em larga escala.

Em 1934, numa peça com letra de Thomas S. Eliot[17], este especulava, entre outros aspetos, sobre o papel da religião, de Deus, e sobre que futuro estaria reservado ao homem. Parte do longo, intenso e belo poema diz: "Onde está a Vida que perdemos ao viver? Onde está a Sabedoria que perdemos no conhecimento? Onde está o Conhecimento que perdemos na informação?" E no final lançava outra interrogação: "Com todos os avanços tecnológicos e mudanças, a humanidade é mais feliz ou mais sábia do que há 100 anos?". Curiosa a atualidade destas questões, prova de que percorremos ainda os sulcos habituais do nosso cérebro "paleolítico".

* Professor Associado e Agregado
de Sistemas de Informação, no ISEG/UL

17 Thomas S. Eliot foi um poeta, dramaturgo e crítico de língua inglesa. Recebeu o prémio Nobel da Literatura de 1948. A bela letra escrita para a peça "Choruses from the Rock" está disponível em vários sites, p.e. www.patheos.com/blogs/yimcatholic/2010/06/t-s-eliot-choruses-from-the-rock-a-few-words-for-wednesday.html

Direitos reservados

O setor da saúde representa um dos mais influentes e determinantes indutores de crescimento da economia, da melhoria do estado de saúde das pessoas e da qualidade de vida e bem-estar das populações

OS DESAFIOS DA SAÚDE

O mais relevante de todos os desafios para a transformação do sistema de saúde deve ter como propósito a sua sustentabilidade. A resiliência do sistema de saúde é essencial para salvaguardar a continuidade na proteção dos direitos sociais num contexto de justiça e de equidade

ADALBERTO CAMPOS FERNANDES*

O DESENVOLVIMENTO HUMANO assenta no aprofundamento das sociedades com base na consagração de valores e da realização de direitos. O direito à proteção da saúde representa um dos pilares essenciais da coesão social, da redução das desigualdades e da promoção e da equidade. O mundo moderno, democrático e socialmente justo requer políticas públicas de qualidade bem como estratégias em saúde bem definidas em prol da melhoria das condições de vida das suas comunidades. O setor da saúde representa um dos mais influentes e determinantes indutores de crescimento da economia, da melhoria do estado de saúde das pessoas e da qualidade de vida e bem-estar das populações.

Os sistemas de saúde modernos caracterizam-se pela sua crescente complexidade a qual se traduz numa trajetória crescente de custos associados a mais recursos especializados e a maior diferenciação diagnóstica, terapêutica e tecnológica. Em tempo de crises sucessivas, a transição demográfica e epidemiológica torna evidente a dificuldade em estabilizar modelos de financiamento, organização e de prestação de cuidados. O mundo contemporâneo vive marcado por ciclos longos de imprevisível instabilidade social, política e económica. Neste contexto, é muito difícil isolar os desafios da saúde da realidade global.

A evolução registada em Portugal e na Europa, nos últimos 40 anos, demonstra a importância da saúde no desenvolvimento global dos países. Apesar dos constrangimentos registados são bem claros os sinais de evolução tanto na organização e na estrutura como nos recursos alocados aos diferentes sistemas de saúde. A análise seriada, no tempo, da maior parte dos indicadores de saúde revela uma trajetória muito positiva embora persistam graves desequilíbrios entre países e regiões.

A crise associada à pandemia da covid-19 testou a resiliência do sistema de saúde pondo em evidência a importância de existirem respostas estruturadas, recursos diferenciados e especializados em quantidade e qualidade para fazer face a situações imprevistas de elevada gravidade potencial. Esta é uma das razões por que a Organização Mundial da Saúde (OMS) reitera, há décadas, a importância de os países disporem de sistemas de saúde capazes de assegurar a cobertura geral e o acesso universal a cuida-

dos de saúde de qualidade em tempo oportuno. É também uma das razões por que se sublinha a importância de eliminar as barreiras técnicas, culturais, geográficas ou económicas no acesso aos cuidados de saúde.

Portugal dispõe de um sistema de saúde de qualidade cujo eixo estrutural se organiza em torno do Serviço Nacional de Saúde (SNS). Sucessivamente, nos diferentes ciclos políticos discute-se a necessidade de introdução de reformas com o objetivo de melhorar os níveis de resposta, nas diferentes dimensões, e, ao mesmo tempo, criar condições para que o conjunto do sistema se desenvolva e diferencie num quadro de sustentabilidade a médio prazo. A ideia de reforma é muitas vezes vista com reserva porque ela traz implícita a necessidade de mudança. A mudança em sistemas complexos é mais difícil de concretizar tornando mais incertos e imprevisíveis os seus resultados. A introdução de medidas disruptivas, de descontinuidade orgânica ou funcional acarreta, muitas vezes, resultados menos favoráveis por não ter em conta, no planeamento, os custos de transição.

PROJETO RACIONAL

A transformação do sistema de saúde deve assentar num projeto racional e explícito onde esteja claramente definida uma visão de médio e longo prazo. O desenvolvimento de processos de reforma requer a consideração das múltiplas envolventes do setor, da transição demográfica à conjuntura económica, passando pela inovação e a gestão de recursos, sem esquecer o papel fundamental dos determinantes sociais da saúde. A construção de um consenso estratégico alargado favorece a criação de um modelo de governação consistente e duradouro baseado em critérios técnicos e científicos.

A ORGANIZAÇÃO DE UM SISTEMA DE SAÚDE MODERNO E EFICIENTE DEVE BASEAR-SE NUMA IDEIA GLOBAL DE SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

A organização de um sistema de saúde moderno e eficiente deve basear-se numa ideia global de simplificação administrativa, de redução da carga burocrática libertando os serviços e os profissionais para a ação direta junto das pessoas, promovendo uma cultura científica e a prática da investigação através da introdução dos incentivos adequados aos serviços e aos profissionais.

O aumento das necessidades em saúde a par de um crescimento constante dos recursos necessários e da intensa pressão resultante da inovação terapêutica e tecnológica requer colaboração e cooperação inteligente e estratégica tendo presente o interesse comum. O financiamento público em saúde não pode ser baseado numa escalada logarítmica desligada de resul-

tados, devendo, pelo contrário, ser inteligente, comprometido com resultados e incorporando na contratualização a responsabilização objetiva dos agentes. As relações de parceria entre os diferentes setores - público, privado e social - devem integrar o modelo sistémico de relação potenciando o valor de cada uma das partes e tirando partido das sinergias específicas de cada um dos setores.

Do ponto de vista dos recursos humanos, convém recordar que o setor da saúde, nas suas diferentes dimensões, é um dos maiores empregadores desde a prestação direta de cuidados até às atividades de ensino, investigação e desenvolvimento e aos serviços. Trata-se de um setor em que os profissionais valorizam a condição humana contribuindo, ao mesmo tempo, para a criação de valor na economia. Para além das questões remuneratórias está o projeto de desenvolvimento pessoal e profissional e da resposta à ambição legítima de progresso e de motivação. A melhoria contínua do sistema de saúde requer uma permanente atenção às diferentes profissões ligadas à prestação de cuidados devendo a mudança do conjunto do sistema ser feita em cooperação com os profissionais.

SUSTENTABILIDADE

Em síntese, o mais relevante de todos os desafios para a transformação do sistema de saúde deve ter como propósito a sua sustentabilidade. A resiliência do sistema de saúde é essencial para salvaguardar a continuidade na proteção dos direitos sociais num contexto de justiça e de equidade. Do ponto de vista político, a saúde terá de ser considerada como uma prioridade no plano estratégico tal como no plano orçamental. A modificação profunda do padrão demográfico, a forte concentração da população nos territórios urbanos, os riscos crescentes de pobreza e de exclusão social, a par da longevidade e do agravamento da carga de doença nos últimos anos de vida, impõem uma profunda reflexão sobre qual o modelo de sociedade que pretendemos contruir. Esta reflexão convoca toda a sociedade, para além dos agentes políticos e institucionais, porque ela incorpora um indispensável compromisso intergeracional. Este será, no presente, um dos maiores desafios coletivos que se coloca à sociedade portuguesa.

PORTUGAL DISPÕE DE UM SISTEMA DE SAÚDE DE QUALIDADE CUJO EIXO ESTRUTURAL SE ORGANIZA EM TORNO DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

* Professor da Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova

UM OUTONO SOMBRIO

Há a absoluta necessidade de mudar enquanto é tempo, passando a responsabilidade da gestão para os gestores com formação, competência e mérito reconhecidos, rejeitando opções que apenas têm a ver com critérios subjectivos e de transparência duvidosa

LUÍS SEQUEIRA*

"O que ouço, esqueço. O que vejo, recordo. O que faço compreendo."

Confúcio

PORTUGAL ESTÁ A POUCOS MESES de celebrar duas datas históricas que marcaram, recentemente, o passado histórico - 50 anos da revolução de 25 de Abril e 40 anos da entrada na União Europeia.

A primeira década de democracia possibilitou aos portugueses a escolha do espaço europeu como modelo político e económico. Pareceu assim não haver dúvidas quanto aos objectivos a atingir e qual o percurso a realizar para se conseguirem os níveis de desenvolvimento anunciados, cabendo ao governo definir as prioridades e tomar as decisões políticas correspondentes, ambas subordinadas à hierarquia natural das responsabilidades - a política dirige a economia e esta trata da estratégia, ou seja, da gestão dos recursos, designadamente dos financeiros.

Decorridas quase cinco décadas constata-se que houve uma subversão dessa hierarquia: as finanças passaram a dominar a economia e esta a condicionar a política, com a conse-

quente inversão de prioridades e uma grande fragilidade das decisões governativas e, particularmente, das ações gestionárias.
Esta deriva provocou um apagão da política, um défice da economia e uma desregulação das finanças, que se transformaram em autênticos predadores do desenvolvimento económico, social e cultural.

ESTA DERIVA PROVOCOU UM APAGÃO DA POLÍTICA, UM DÉFICE DA ECONOMIA E UMA DESREGULAÇÃO DAS FINANÇAS

O PAPEL DA GESTÃO

Neste quadro, face aos resultados, qual o papel da gestão e, concretamente, qual o papel dos gestores?
Num estudo recentemente publicado por Haw Group, abrangendo um universo de 147 empresas nacionais e multinacionais presentes em Portugal, agrupadas por 11 sectores de actividade, consta-se que os gestores de topo, em comparação com os dos países da União Europeia mais próximos - Espanha, França. Irlanda, Reino Unido e Itália - são os que auferem salários mais elevados. Porém, tal distinção remuneratória dos gestores portugueses não é acompanhada pelo reconhecimento da competência e muito menos pelos indicadores de produtividade.
Será então legítimo procurar a explicação para este paradoxo, em que os dirigentes mais bem pagos demonstram a menor capacidade de gestão e apresentam os mais fracos resultados. Para isso, é necessário responder a três questões:
– O que é gestão?
– Quem é gestor?
– Como é feita a sua avaliação?

O termo gestão é originário do latim *gestione, de gerere*, que significa encarregar-se de algo, fazer, realizar, cumprir, executar. Refira-se que a gestão não é mais do que a economia aplicada às organizações.
O gestor, enquanto líder, será obrigatoriamente aquele que está ou vai à frente, o que mostra o caminho, o que deve, sempre, dar resposta às duas questões fundamentais:
– O que fazer?
– Porque fazer?
Assim, o gestor, qualquer que seja o seu nível hierárquico ou o tipo de organização em que se situe – público ou privado – deve conduzir, de forma racional, o conjunto de acções necessárias à realização dos objectivos previamente definidos, através das suas principais funções: planear, organizar, motivar e controlar.
Desse modo, a sua acção pressupõe três etapas:
– Definição dos objectivos a atingir, tendo em conta a envolvente externa, a estratégia e a estrutura;

José Sena Goulão, Lusa

Distinção remuneratória dos gestores portugueses não é acompanhada pelo reconhecimento da competência e muito menos pelos indicadores de produtividade. Na foto protestos dos pilotos da TAP

– Utilização dos recursos de forma eficaz, eficiente e económica;
– Controlo dos resultados, comparando os desvios de forma qualitativa e quantitativa, numa óptica pura da gestão por excepção.
Simplificando, podemos considerar que gerir é o produto de três factores: capacidade, meios e vontade. Recorde-se que, em qualquer produto, basta um dos factores ser zero para o resultado ser nulo.
Ao compararmos as aptidões dos gestores com as variáveis em jogo, é obrigatório ter presente o nível de exigência que hoje, na designada economia de mercado, se coloca a cada um dos responsáveis pela gestão.
Fazer melhor, mais rápido e a mais baixo custo são imperativos actuais, em que trabalho, equipamento e produção deram lugar ao conceitos de organização, sistema e valor, sustentados por processos baseados na informação, no conhecimento, no imaterial e na diferenciação.

A aptidão dos gestores

Vive-se um ciclo de actividade informado pelo capital humano, pelo *software,* pela organiza-

ção e pela produtividade (somatório de eficácia, eficiência e competitividade).
Numa perspectiva social é obrigatório distinguir sociedade de informação (matéria-prima), sociedade de conhecimento (*know-how* fundamental) e sociedade de aprendizagem (valor acrescentado permanente).
Numa conjuntura de grande complexidade e exigência, a qualidade da gestão é marcada, sem margem de dúvidas, pela aptidão dos gestores. É legítimo então perguntar: Quem é gestor?
Obviamente, a resposta lógica seria alguém com capacidade e formação específica. Pela mesma razão que para exercer medicina é obrigatório ser médico, para defender causas em tribunal é necessário ser advogado, ou ser engenheiro para projectar pontes.
Sabemos que, por exemplo, quando surge uma notícia de que a actividade de medicina é exercida por um falso médico a reação é de indignação geral. No entanto, quando são chamados a exercer funções de gestão médicos, advogados, engenheiros ou tantos outros, mesmo que os resultados da sua gestão sejam desastrosos, não há notícia de serem apelidados de falsos gestores...
Na gestão pública, em que é mais evidente o conceito de carreira, é exigível a progressão pela capacidade e pelo desempenho, associando-se ao primeiro atributo a formação específica.
Na gestão empresarial, apesar de ser mais diluído o conceito de carreira, é mais notória a exigência daqueles atributos, tanto mais que eles se irão reflectir, obrigatoriamente, nos resultados.
De facto, há a absoluta necessidade de mudar enquanto é tempo, passando a responsabilidade da gestão para os gestores com formação, competência e mérito reconhecidos, rejeitando opções que apenas têm a ver com critérios subjectivos e de transparência duvidosa. A escolha e avaliação dos gestores deve atender, fundamentalmente, aos dados concretos e traduzíveis em resultados mensuráveis.

– Gerir bem, no público ou no privado, é conseguir obter os resultados previstos como objectivos, nos prazos estabelecidos e com os recursos disponíveis.
– Gerir bem é ter visão e capacidade de comunicar as suas ideias, dando prioridade às funções, variáveis e meios que permitirão alcançar os resultados desejados.
– Gerir bem é cumprir em qualidade e excelência todos os objectivos, tendo em conta a satisfação das necessidades previstas e as expectativas geradas.
– Gerir bem é melhorar a produtividade, associando-a à qualidade da gestão e à competitividade, conseguindo fazer mais e melhor.
Por tudo isto, a gestão é sobretudo uma questão de competência e, por sua vez, a avaliação dos gestores é uma questão de seriedade.
Não se avalia um gestor pelas palavras, nem pelas promessas, nem sequer pelo que irá fazer. Avalia-se sim, pelos actos, pelo que faz e fez, pelos resultados obtidos e pelo respectivo valor acrescentado.

* Major-general na reforma, sócio da A25A

REVISITAR O ESPÍRITO DE HELSÍNQUIA

Tiago Petinga, Lusa

Helsínquia, a capital finlandesa, foi o palco da conferência que se iniciou em 3 de julho de 1973

A Conferência de Helsínquia, iniciada em 3 de julho de 1973 e concluída em 1 de agosto de 1975, teve como principal objeto de reflexão a segurança e a cooperação na Europa. A Acta Final de Helsínquia, bem como a Carta de Paris, em 1990, são desafios e faróis que urge ter presentes

MANUEL MARTINS LOPES*

ESTÁVAMOS EM 2 DE AGOSTO DE 1975 quando o Presidente da República, general Francisco da Costa Gomes, acabado de desembarcar no aeroporto da Portela, nos transmite as suas primeiras impressões sobre a forma como tinha decorrido a primeira Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (CSCE): "Estamos convencidos de que a CSCE levará à unificação de uma Europa sem blocos, levará a uma harmonia social, política, social e económica entre os povos europeus, por forma a que possam desempenhar no Mundo e, em especial neste Velho Continente, o papel que todos julgamos que as nações europeias devem desempenhar. Penso que os países, tanto do bloco ocidental, como do bloco oriental, acham que a Revolução Portuguesa pode ser um factor de equilíbrio no Velho Continente".

EUROPA NO ESPÍRITO DE HELSÍNQUIA: DO ATLÂNTICO AOS URAIS

A Conferência de Helsínquia teve como principal objeto de reflexão a segurança e a cooperação na Europa. Iniciada em 3 de julho de 1973, na capital finlandesa, e prosseguida em Genebra de 18 de setembro de 1973 a 21 de julho de 1975, ficou concluída a 1 de agosto de 1975, na cidade onde teve início.

Nela participaram altos representantes da República Federal da Alemanha, República Democrática Alemã, Áustria, Bélgica, Bulgária, Canadá, Checoslováquia, Chipre, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos da América, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Jugoslávia, Liechtenstein, Luxemburgo, Malta, Mónaco, Noruega, Polónia,
Portugal, Reino Unido, Roménia, San Marino, Suécia, Suíça, Turquia, URSS e Vaticano.
A assinatura do Acta Final da Conferência de Helsínquia, por 33 países europeus, pelo Canadá e pelos Estados Unidos, foi considerada um dos acontecimentos mais importantes do após-guerra.
Assim, foi a primeira vez que um número tão elevado de países uniu os seus esforços com a finalidade de se porem de acordo acerca de um importante conjunto de princípios reguladores das relações internacionais, da segurança coletiva e do desenvolvimento de relações de cooperação entre os vários estados ocidentais. De entre esses princípios, salientam-se a igualdade soberana dos estados, a não ingerência nas questões internas, a resolução pacífica dos diferendos, o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais, a

igualdade de direitos e a autodeterminação dos povos.

Do programa da Conferência resultaram os seguintes pontos fundamentais:

1. A renúncia ao emprego da força e da ameaça do seu uso como forma de resolução de questões em litígio;
2. O reconhecimento das fronteiras estabelecidas na Europa a seguir à II Guerra Mundial;
3. A dissolução simultânea do Pacto do Atlântico Norte e do Pacto de Varsóvia ou, num primeiro momento, a dissolução das respetivas organizações militares;
4. O fim da corrida aos armamentos de todos os tipos; a criação de zonas desnuclearizadas em várias regiões do mundo (incluindo a Europa);
5. O desarmamento nuclear generalizado, com redução dos efetivos e do armamento concentrado em várias regiões do mundo, designadamente na Europa Central;
6. A redução geral das despesas militares, especialmente das grandes potências;
7. A adoção de medidas preventivas do risco de eclosão acidental ou da provocação deliberada de incidentes militares e sua transformação em crises localizadas ou mesmo em guerras internacionais;
8. O estabelecimento de relações de cooperação;
9. O desenvolvimento dos sistemas de transportes e telecomunicações.

Em plena guerra fria a realização desta Conferência foi um marco no desanuviamento das Relações Internacionais e um primeiro passo para a abertura de negociações e de cooperação entre os dois blocos militares: OTAN e Pacto de Varsóvia.

FIM DA GUERRA FRIA

Mas, mais importante do que a sua realização foi a dinâmica que lhe ficou associada com os pontos de situação que se lhe seguiram ao longo dos anos, desembocando na Conferência de Paris, fim da guerra fria.

O processo CSCE constituiu um marco fundamental do novo relacionamento Leste-Oeste, com a criação de uma estrutura original de intercâmbio e cooperação entre Estados, facilitando a transição para o fim da guerra-fria e a abertura de uma nova era de Paz na Europa e no Mundo.

As principais etapas no processo CSCE situam-se no período que vai da assinatura da Acta Final de Helsínquia (1 de agosto de 1975), até à assinatura da Carta da Paris (22 de novembro de 1990) que marca o fim da guerra fria. Neste período destacam-se as reuniões de seguimento, decisivas para a criação e aprofundamento das relações de confiança entre os dois blocos: em Belgrado (1977), Madrid (1983), Estocolmo (1986) e Viena (1989).

De Helsínquia até Paris foram 15 anos da promoção de medidas de confiança que cimentaram a ideia de uma Europa, do Atlântico aos Urais, abrindo inclusivamente perspectivas para a definição de um espaço euro-asiático, de Lisboa a Vladivostoque.

A Carta de Paris enunciou assim uma nova era de paz e unidade: "A Europa inteira e livre exige uma nova partida. O destino das nações europeias está ligado ao de todas as outras".

Com cerca de um quinto dos portugueses a acreditar que NATO e Rússia vão envolver-se

Direitos reservados

O general Costa Gomes, então Presidente da República, esteve presente na Conferência de Helsínquia que terminou em Agosto de 1975

num conflito direto, (Revista de Imprensa de 29 Setembro de 2022), revisitar Helsínquia, é no mínimo alertar que existem lições num passado recente, que urge reapreciar, alternativas ao status quo da inevitabilidade do conflito.

A Acta Final de Helsínquia (1 de agosto de 1975) e bem assim a Carta de Paris (22 de novembro de 1990) são desafios e faróis que urge ter presentes, num tempo em que a desorientação campeia.

* Coronel na reforma, sócio da A25A
manuel.lopes@sapo.pt

A EVOLUÇÃO DA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Alessandro Guerra

A gestão de conflitos visa criar as condições para os "transformar", isto é, alterar a natureza das relações entre as partes, substituindo a hostilidade por formas de relacionamento positivas, tais como satisfação, cooperação, empatia e interdependência

CARLOS BRANCO*

O DOMÍNIO DE INVESTIGAÇÃO, estudo e análise conhecido por "Resolução de Conflitos" (RC) tem demonstrado um dinamismo impressionante, ao longo de pouco mais de um século de existência.

Convém, antes de avançarmos, clarificarmos o que entendemos por RC, uma vez que pode ter dois significados: um, relacionado com o domínio de análise e estudo (objeto) deste texto; outro, relacionado com o estado de um conflito em que se conseguiu remover os motivos que o originaram, assim como as manifestações dele derivadas, eliminando as causas da incompatibilidade. Neste caso falamos de um exercício de longo prazo que, em última análise, apenas o tempo resolverá.

Faremos, neste artigo, uma apresentação sumária da RC, a sua evolução, amplitude e multidisciplinaridade, com base no trabalho de

Louis Kriesberg.[1] Subjacente a esta disciplina de largo espetro está o propósito de resolver conflitos através de meios pacíficos, conduzindo os litigantes para soluções de soma positiva, procurando-se obter soluções de compromisso satisfatórias para todos. Isso exige, em primeiro lugar, a gestão do conflito, isto é, eliminar a violência e as formas violentas de o conduzir, criando condições para ser tratado ao nível puramente político.

A gestão de conflitos visa criar as condições para os "transformar", isto é, alterar a natureza das relações entre as partes, substituindo a hostilidade por formas de relacionamento positivas, tais como satisfação, cooperação, empatia e interdependência. A RC está orientada para a transformação dos conflitos, de modo a poderem ser geridos construtivamente, minimizando a violência e promovendo a superação do antagonismo entre os adversários, de modo a obter resultados mutuamente aceitáveis e acordos duradouros. Uma vez conseguida essa transformação do conflito pode-se, então, caminhar para a sua resolução.

ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR

Este caminho (gestão, transformação e resolução) pode efetuar-se de múltiplas maneiras e requer o emprego de vários métodos e técnicas. Não se gere, transforma ou resolve um conflito apenas com uma iniciativa, mas sim recorrendo complementarmente a várias. A multiplicidade de iniciativas disponíveis resulta do contributo proporcionado pelos vários domínios científicos a que se recorre. A RC não é uma disciplina de banda estreita. Bem pelo contrário, consiste numa abordagem multidisciplinar para a qual concorrem muitas outras ciências (sociologia, psicologia, antropologia, história, ciência política, relações internacionais e mais recentemente a matemática e a ciência computacional) visando a mesma finalidade.

A RC estuda conflitos entre Estados e nações e, por conseguinte, refere-se ao seu poder e interesses. Tem a ver com os conflitos entre as pessoas que atuam em nome desses Estados e nações. Diferenciam-se pelos litigantes envol-

A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ESTUDA CONFLITOS ENTRE ESTADOS E NAÇÕES E, POR CONSEGUINTE, REFERE-SE AO SEU PODER E INTERESSES

1 Louis Kriesberg, "The Development of the Conflict Resolution Field" *Peacemaking in International Conflict: Methods and Techniques*, eds. I. William Zartman and J. Lewis Rasmussen, Washington DC: United States Institute of Peace Press, 1997, pp. 51-77.

vidos, e pelas questões e causas dos conflitos. Falamos tanto de conflitos entre Estados, como intraestados, estes últimos com vários matizes: revolução ou ideologia, identidade/secessão ou faccional. Estes últimos cobrem golpes de estado, lutas de poder entre diferentes segmentos da elite, criminalidade e senhores da guerra, onde o objetivo é tomar ou reter o poder do Estado para promover os interesses particulares.
Nos primórdios, a RC dedicava-se exclusivamente à fase violenta dos conflitos, mas posteriormente alargou a sua intervenção às fases que antecedem e sucedem a expressão violenta dos conflitos. Para além da gestão do conflito, a RC passou a incluir no seu objeto de estudo a Prevenção de Conflitos e a Consolidação da Paz.

UMA VEZ CONSEGUIDA A TRANSFORMAÇÃO DO CONFLITO PODE-SE, ENTÃO, CAMINHAR PARA A SUA RESOLUÇÃO

O CAMINHO PERCORRIDO

Os grandes confrontos internacionais do século XX e o contexto estratégico que lhes esteve subjacente não só estiveram na origem da RC como um domínio autónomo de estudo, como impulsionaram o seu crescimento.
Podemos organizar essa evolução em quatro períodos: preparação do caminho (1914 – 1945); os primeiros esforços (1945 - 1970); expansão e cristalização; e diferenciação e institucionalização.

PREPARAÇÃO DO CAMINHO

Podemos considerar a existência de um período percursor, entre as duas grandes guerras (1914 – 1945), marcado pela Grande Depressão e pelo surgimento do nazismo e do fascismo. Neste período surgiram os primeiros estudos de caso dedicados à eclosão das guerras, criando as bases da RC moderna, e tiveram início os estudos quantitativos sobre a incidência das guerras (Quincy Wright, 1942) e sobre os atributos pessoais dos líderes e o modo de manipulação de símbolos políticos na luta pelo poder (Harold Lasswell, 1930).

OS PRIMEIROS ESFORÇOS

O segundo período vai do fim da II Guerra Mundial ao final da década de sessenta, sendo marcado pela devastação bélica e pelo ambiente estratégico provocado pela Guerra Fria, que estruturou profundamente as políticas mundiais e a maneira como os analistas pensaram a RC por mais de quatro décadas. Neste período prevaleceram como temas de estudo: a ameaça da aniquilação nuclear colocada pela Guerra Fria; a luta dos movimentos de libertação nacional contra a colonização, na busca da independência; a resposta às crises, com base na experiência da crise dos misseis em

Alessandro Guerra

A interação entre membros de diferentes grupos étnicos reduz o preconceito e os comportamentos antagónicos

Cuba; os esforços para normalizar as relações da República Federal da Alemanha com as nações do leste europeu, mais conhecidos por Ostopolitik; o conflito sino-soviético de 1969 e a sua possível deflagração numa confrontação nuclear; e a guerra no Vietname.

Os métodos quantitativos floresceram neste período através da recolha sistemática de dados para examinar a sua incidência e correlação com as guerras. Foi também nesta época que se desenvolveu e consolidou a ideia de que atividades e instituições cooperativas fornecem uma base para aumentar a integração internacional, contribuindo assim para diminuir a possibilidade da emergência de conflitos destrutivos. Grande parte desse trabalho consistiu em examinar o impacto da integração no nível de cooperação entre países.

Esse exercício concluiu que países altamente integrados formam comunidades em que é reduzida a probabilidade de guerra entre eles (conforme defendido por Karl Deutsch). Nessa linha, Ernst Haas (1958) analisou como a integração podia ser um fator decisivo na criação

do interesse comum pela paz. Essa ideia teria estado na origem, em 1951, da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, que umas décadas mais tarde evoluiu para a atual União Europeia.

Neste período, a psicologia social, as teorias de comportamento organizacional, das relações internacionais, e a teoria dos jogos deram contributos importantes para o desenvolvimento de diferentes abordagens ao conceito de Negociação desenvolvendo estruturas de investigação distintas, com uma comunidade de investigadores própria e individualizada. Destacaram-se neste campo os trabalhos de Rapoport (1965) e o seu "Dilema do Prisioneiro". Foi também nesta altura que os métodos de pesquisa começaram a recorrer a inquéritos e a sondagens de opinião pública, observações de campo e experimentação em pequenos grupos. As pesquisas alargaram-se às relações raciais e étnicas concluindo de forma bastante bem documentada que a interação entre membros de diferentes grupos étnicos reduz o preconceito e os comportamentos antagónicos. Os sociólogos dirigiram a sua atenção para o funcionamento dos conflitos, como se desenvolviam e eram resolvidos. Por seu lado, os antropólogos estudaram com profundidade os processos de solução de controvérsias em sociedades com e sem sistemas jurídicos formais.

Também nesta altura, a diplomacia não oficial assumiu um papel de grande relevo, tendo-se tornado um instrumento importante na resolução de conflitos internacionais. Resultado disso foram as reuniões realizadas entre os anos 1950 e 1970, que contribuíram decisivamente para a assinatura do Tratado de Proibição Parcial de Testes Nucleares, o Tratado de Não Proliferação Nuclear, a Convenção de Armas Biológicas e o Tratado de Mísseis Antibalísticos.

A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS INSTITUCIONALIZOU-SE ATRAVÉS DO SURGIMENTO DE MUITOS CENTROS DE INVESTIGAÇÃO

EXPANSÃO E CRISTALIZAÇÃO

O terceiro período decorreu de 1970 a 1985, e caracterizou-se pela expansão e cristalização. Criou-se durante esse período um consenso sobre muitas das ideias centrais da RC que prevalecem nos dias de hoje. Parte desse consenso incluía as seguintes ideias: os conflitos podem ser reestruturados e reformulados de modo que os litigantes passassem a considerar o conflito como um problema partilhado e com soluções mutuamente aceitáveis; uma terceira parte intermediária pode ajudar os oponentes a construir acordos mutuamente aceitáveis que os ajudem a resolver os conflitos; negociadores e mediadores podem aprender a melhorar as suas competências para administrar e resolver disputas, aproximando os oponentes. Nesta linha de ideias consensuais insere-se o conceito de processos construtivos e destrutivos (Morton Deutsch,1973).

Foi um período em que floresceram as abordagens sociológicas (conflitos comunitários, étnicos e outros) e antropológicas da RC. O pacifismo de princípios surgido no período anterior promovido por Mahatma Ghandi teve continuação neste período por Martin Luther King, embora com matizes diferentes e o pacifismo pragmático de Gene Sharp (1973), que viria inspirar, umas décadas mais tarde, várias "operações coloridas" de mudança de regime no espaço ex-soviético. É também neste período que Johan Galtung funda o Peace Research Institute Oslo (1959), e lança os fundamentos dos Estudos da Paz criando os conceitos de paz positiva e paz negativa, abraçado por muitos estudiosos da Resolução de Conflitos.

No processo de expansão concetual surgem as primeiras teorias feministas aplicadas à RC e reforçou-se a importância da diplomacia informal nos assuntos internacionais. É neste período, em plena Guerra Fria, que surge o conceito "apaziguador" da *non-offensive defence*, que visava promover a estruturação da defesa militar de modo a que o opositor não se sentisse ameaçado. Associado a este conceito floresceu uma nova geração de medidas associadas à "construção de confiança" (*confidence-building measures*) entre as grandes potências.

Consolidou-se também o conceito de resolução alternativa de conflitos (ADR), que se referia à utilização de meios para acomodar disputas fora dos tribunais, nos quais se incluíam a arbitragem, a mediação, a avaliação precoce e neutral, e a conciliação; recorreu-se às simulações com base computacional; desenvolveu-se a teoria e a investigação psicossocial associada à RC; as *Interactive problem-solving workshops* tornaram-se populares. O organizador destes encontros reúne-se com membros das partes selecionados para orientar e facilitar as discussões sobre o conflito (Kelman, 1992). Os participantes têm normalmente proximidade com as lideranças das fações, ou têm potencial para se tornarem no futuro membros da elite dirigente.

A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ESTÁ ORIENTADA PARA A TRANSFORMAÇÃO DOS CONFLITOS, DE MODO A PODEREM SER GERIDOS CONSTRUTIVAMENTE

DIFERENCIAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO

O quarto período vai de 1986 até ao presente e caracteriza-se por ser um tempo de diferenciação e institucionalização da resolução de conflitos (RC), que se estende a todas as fases do conflito, não se limitando apenas à violência generalizada. Alarga-se aos momentos anteriores e posteriores.

A RC institucionalizou-se através do surgimento de muitos centros de investigação, e no aumento de organizações, associações e publicações. Muitas universidades começaram a disponibilizar graus académicos nos domínios da resolução e análise de conflitos, formação pós-graduada, assim como programas de mestra-

do e de doutoramento em RC. Empresas privadas e agências governamentais envolveram-se no treino e na prática da mediação.

Neste período desenvolveram-se conceitos cruciais, como sejam o de impasse doloroso (Touval e Zartman, 1985) e o de maturação – *Ripeness*- (Zartman, 1985) relacionados com a identificação do momento próprio para implementar estratégias de redução da intensidade do conflito, e em que aumenta de modo significativo a probabilidade de sucesso da intervenção de um terceiro ator: no primeiro caso, nenhum dos adversários envolvidos num conflito está a conseguir ganhar e tem a expetativa de que a situação se possa alterar de modo a conduzi-lo ao triunfo, tornando-se a situação profundamente frustrante e mesmo dolorosa; o segundo, refere-se ao momento ou um ponto do conflito, no qual as partes já não acreditam que possam atingir os seus objetivos através do uso da força militar. As partes percebem que os custos de continuar com a confrontação podem vir a ser mais pesados que os custos de um acordo.

Neste período desenvolveram-se vários mecanismos e instrumentos orientados para a promoção a reconciliação entre as fações no período que sucede à violência generalizada. Nesse âmbito desenvolve-se, por exemplo, o conceito de justiça de transição com o intuito de ajudar as sociedades a superar as feridas e os traumas causados pela guerra, de natureza judicial ou extrajudicial: julgamentos ou processos criminais; amnistias; comissões da verdade; reparações; e iniciativas de justiça local, normalmente de cariz tradicional.

No domínio interno dos estados, a RC alargou o seu objeto de estudo e passou a tratar de áreas relacionadas com antagonismos profundos das sociedades (étnicos e outros) frequentemente exacerbados pela imigração, e diferenças culturais profundas.

À GUISA DE CONCLUSÃO

Foram tremendos os desenvolvimentos concetuais registados no capítulo da RC na sua curta existência como domínio de estudo e análise, sobretudo nos dois últimos períodos, quando se parametrizaram os seus princípios básicos. Apesar dos resultados obtidos, a comunidade internacional só pode ajudar quem quer ser ajudado. O sucesso da RC exige boa-fé e uma postura colaborativa das fações envolvidas numa contenda. Por outras palavras, a RC e os métodos e técnicas a que recorre não são uma panaceia, nem receitas milagrosas. Deve, contudo, desenvolver-se de forma autónoma, e não se tornar refém do *soft power* das grandes potências, nem caminhar de encontro aos seus interesses geoestratégicos. Por essa possibilidade existir e ser elevada, é crucial que tanto académicos como praticantes estejam alerta para esse perigo, não se deixando enredar nas suas malhas.

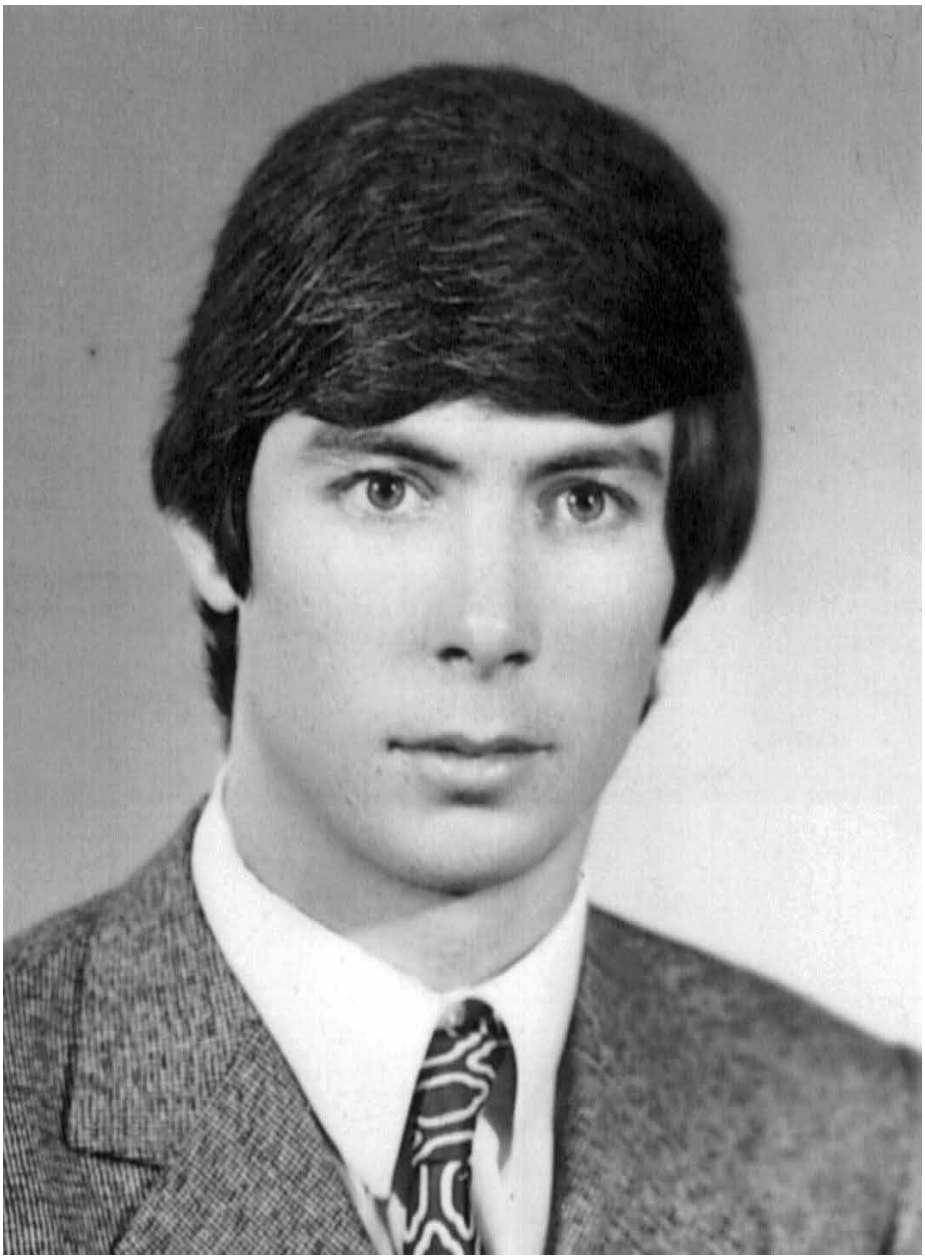
* Major-general na reserva, sócio da A25A

O ASSASSINATO DE JOSÉ ANTÓNIO RIBEIRO SANTOS

Foi um dos últimos portugueses a ser assassinado pelos esbirros da polícia política PIDE/DGS. Aconteceu no dia 12 de outubro de 1972, em um anfiteatro da Faculdade de Economia, tendo o facto dado origem a um movimento de indignação sem paralelo entre os estudantes. E não só.

JOÃO BARROSO SOARES*

CORRESPONDO, HONRADO e com muito gosto, ao convite que me foi dirigido, pelos coronéis Carlos de Matos Gomes e Vasco Lourenço, para escrever um texto sobre Ribeiro Santos para a revista da nossa Associação 25 de Abril
O assassinato de José António Ribeiro Santos foi, que eu saiba – e conheço um pouco da história da luta contra a ditadura que oprimiu a nossa Pátria, entre 28 de maio de 1926 e 25 de abril de 1974 –, o único caso em que a polícia política assassinou um estudante dentro de uma sala de aula de uma faculdade. O seu assassinato marcou um ponto importante de viragem do movimento estudantil no combate à ditadura e, de certo modo igualmente, nas organizações da esquerda portuguesa.
Fui amigo do José António Ribeiro Santos, que era só um ano mais velho do que eu. Conhecemo-nos na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa que, então, frequentávamos e, sobretudo, no movimento associativo estudantil em que estávamos militantemente empenhados. Concretamente, na Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa,



Direitos reservados

cuja direcção ambos integrámos, ainda que em tempos diferentes. Éramos "associativos", uma designação que, ainda hoje, honra e marca os que estiveram no movimento estudantil.

O Ribeiro Santos era um jovem (hoje, posso usar a expressão para me referir a ele) cordial, aberto ao diálogo, de carácter e convicções firmes, culto e com um grande sentido de humor. Foi fácil tornarmo-nos rapidamente amigos.

No plano político, as afinidades tinham que ver apenas com o essencial: a vontade comum de derrubar a ditadura. Ele era um comunista maoista e eu não passava, e não passo, de um "recuado" social-democrata.

Apesar da ausência de afinidades político-partidárias, a simpatia pessoal fez com que nos aproximássemos e nos tornássemos realmente amigos.

Foi várias vezes a minha casa e eu fui, pelo menos uma, à dele. Porque morava perto da faculdade, a ida a minha casa, para tomar um café e conversar um pouco, era mais fácil e não apenas para ele, mas para a generalidade dos associativos.

CORRENTE MAOISTA

Tínhamos, claro, muitos amigos comuns, entre os quais, destaco o João Isidro que veio a ser, depois, um conhecido jornalista. Penso aliás que o João Isidro teve um papel importante na entrada dele no movimento estudantil marxista-leninista. Na corrente maoista que acabou por transformar-se no bem conhecido MRPP. Uma corrente que começa em 1967/8 com o movimento contra a Guerra do Vietname, que era no fundo mais um movimento contra a "nossa" Guerra Colonial do que contra a guerra do Vietname. Passa depois pela EDE (Esquerda Democrática Estudantil) e acaba por desaguar no MRPP. Essa opção ideológica clara do Ribeiro Santos, e do João Isidro, pelo maoismo, afastou-nos no plano ideológico e da militância político partidária. Mas não nos afastou nunca no plano pessoal. O Ribeiro Santos e eu entrámos para a Faculdade de Direito (criada por Afonso Costa na I República sublinhe-se, mas bastião do conservadorismo durante a ditadura) ainda no tempo do poder de Oliveira Salazar. Fomos ambos alunos do seu sucessor Marcelo Caetano no primeiro e no segundo ano de Faculdade. Marcelo Caetano dava Constitucional no primeiro ano, e Administrativo no segundo.

Quando Marcelo saiu, para ocupar o lugar de presidente do conselho de ministros, em 1968, estava eu no final do segundo ano. Não sei em que ano estaria, então, o José António Ribeiro Santos. Ambos nos ocupávamos mais com a militância nos movimentos estudantis (e não só), do que propriamente com a vida académica. Eramos "associativos" a tempo inteiro.

Lembro-me de ter estado com ele, em múltiplas iniciativas estudantis e da mais variada natureza, na Faculdade de Direito e em outras faculdades, nomeadamente no Técnico (Instituto Superior Técnico), que era um verdadeiro bastião do movimento académico e, de certo modo, um espaço "libertado" numa cidade e num país "ocupados".

Participámos juntos em mais de uma RIA

(Reunião Inter-Associações), em representação de Direito, claro. E também em um histórico, e hoje esquecido, Seminário de Estudos Associativos que teve lugar na piscina (vazia, claro!) da Associação de Estudantes do Técnico.

Fizemos, com outros, em maio de 1970, uma viagem de solidariedade a Coimbra, onde um colega de medicina – Fernando Seiça – tinha sido ferido a tiro pela PSP. Foi uma viagem que correu bem: o nosso colega estava felizmente livre de perigo, sem correr risco de vida, e a coordenação com Coimbra foi muito boa. Acabou em "romagem" a Fátima, onde o José António Ribeiro Santos demonstrou, mais uma vez, a sua audácia e sentido de humor.

Acompanhámos ambos, e muitos outros, os reflexos, na universidade, da transição do poder de Salazar para Marcelo. E, curiosamente, do endurecimento das forças repressivas, PSP e PIDE. Há, hoje, muitos estudos e reflexões, de intervenientes e historiadores, que nos dão conta dessa curiosa alteração no comportamento do regime e das suas forças repressivas. As práticas mantiveram-se no essencial, mas a brutalidade aumentou.

Depois da crise universitária de 1965 e até à chegada ao poder de Caetano, a polícia marcava uma presença muito reduzida na Cidade Universitária, onde, na cantina (hoje, Cantina Velha), mesmo em frente à Reitoria, tinham lugar reuniões e plenários, sem que isso desse origem a cargas da Polícia de Choque. Pouco depois da chegada de Caetano ao poder, o quadro mudou. A polícia passou a ter uma presença constante e a impedir, à bastonada, reuniões ou até mesmo pequenos ajuntamentos na própria Cidade Universitária.

CONSIDERO QUE A MEMÓRIA DE RIBEIRO SANTOS E DA SUA CORAGEM E COERÊNCIA FOI HONRADA, COM DIGNIDADE E VALENTIA

A minha interpretação para esta mudança sensível teve muito que ver com as alterações, entretanto, registadas no movimento estudantil e nos movimentos jovens de oposição ao regime.

NOVAS CORRENTES

Até ao início dos anos 60, também de início da Guerra Colonial, a PIDE estava habituada a lidar com uma única força de oposição organizada na clandestinidade, o PCP.

A partir dos anos 60 e mercê de um crescendo registado nas várias cisões maoistas do PCP, ortodoxamente pró-soviético, a PIDE começou a desorientar-se com a profusão de siglas e de movimentos maoistas, e não só, que nasciam (em grande número) na oposição à ditadura. Acrescente-se, ainda, o aparecimento de organizações que se propunham desencadear – e, em alguns casos, concretizar – acções violentas e até mesmo armadas de ataque às forças do aparelho militar colonial.

Essas novas correntes não eram apenas as que se reclamavam do maoismo, ainda que, na minha opinião, essas tenham indiscutivelmente desempenhado um papel relevante. De entre elas, goste-se ou não (a questão, para mim, é clara), desde finais dos anos 60 que o MRPP desempenhou papel relevante, mantendo-se em crescendo até à Revolução do 25 de Abril, em 1974.

A maioria dos quadros mais destacados do MRPP vinham da Faculdade de Direito de Lisboa. Do tempo em que Ribeiro Santos e eu lá estávamos. Falo do que vi e fui acompanhando num vasto quadro de simpatia pessoal, e até, por vezes, de confiança, como era o caso de Ribeiro Santos. Sejamos sinceros: os quadros do movimento estudantil conheciam-se muito bem uns aos outros e, salvo raríssimas exceções, identificavam-se em termos da área a que pertenciam politicamente ou até mesmo da corrente a que estavam ligados.

Nas direcções das associações de estudantes, isso era particularmente claro. Em Direito, o PCP marcou sempre presença, mas, no quadro do movimento estudantil, a sua relevância foi decaindo, sobretudo com a emergência em força do MRPP. Arnaldo de Matos, Fernando Rosas, António Dias, Amadeu Lopes Sabino e alguns outros tiveram um papel destacado no aparecimento e crescimento dessa corrente.

Na minha modesta opinião (de alguém que nunca foi comunista nem, muito menos, maoista), creio, no entanto, que foi o retorno de Saldanha Sanches, após uma prisão de seis anos, em Peniche, em ruptura com o PCP e alinhado com o MRPP, que deu a esse movimento uma dinâmica completamente diferente e muito mais relevante.

Saldanha Sanches marcou-nos a todos, mesmo aos não maoistas como eu. E, claro, penso que marcou, e muito, o José António Ribeiro Santos. Ele deu uma dinâmica diferente ao movimento estudantil, em Direito e... não só. A sua espantosa e serena coragem física iluminou os

seus companheiros de faculdade e da própria universidade. Ele era directo, claro, simples na comunicação e de uma audácia e coragem notáveis.

O José António Ribeiro Santos e os seus camaradas seguiram, com mais ou menos brilho, o exemplo de Saldanha Sanches. Como ele, também o Ribeiro Santos tinha bem vincados todos esses traços de carácter e coragem. Foi por isso que, no dia 12 de outubro de 1972, caiu varado pela bala assassina e disparada à queima-roupa de um "pide".

Por mero acaso, eu não estava em económicas nessa tarde. Já nem sei porquê, até porque estive em tantos outros momentos idênticos, antes e depois do assassinato. O que sei do que se passou aí foi-me referenciado por alguns amigos que lá estiveram, além de que consta de múltiplos relatos e estudos feitos "a posteriori". Os estudantes presentes, que não eram só do MRPP, mas também do grupo de Ciências, onde predominava a corrente do PCP (ML) dita do "Interior", identificaram um "bufo" que suspeitaram ser da PIDE (parece que, afinal, era da PSP). Começaram a interrogá-lo no plenário do anfiteatro. A direcção da Associação de Economia, maioritariamente constituída por estudantes próximos do PCP, assustada com a eventualidade do exercício de alguma violência sobre o "bufo", foi dar conta do que se estava a passar à direcção da faculdade que, de imediato, ligou para a PIDE, a tentar saber se seria um agente deles o "bufo" identificado e encurralado no anfiteatro. A PIDE terá dito que não tinha registo da presença de algum elemento seu na Faculdade de Economia, mas que iria enviar agentes para identificarem (ou não) o referido "bufo".

Tratou-se evidentemente de um erro, no caso, um erro mesmo mortal, que não pode deixar de ser referido. Um erro digamos de "boa-fé", em relação a quem não podia em circunstância alguma merecê-la.

Quando os dois "pides" entraram no anfiteatro, seguidos por membros da direcção da Escola e da Associação Académica, aconteceu o que era previsível. Naquele momento, não se tratou de suspeitas sobre um eventual "bufo" da PIDE – eram mesmo dois agentes daquela polícia claramente identificados.

Ribeiro Santos enfrentou-os e, por isso, foi, de imediato, mortalmente baleado por um deles. Não foi um tiro para o ar ou para as pernas, foi um tiro no peito, com a clara intenção de matar. Ribeiro Santos e José Lamego, também atingido quando procurava imobilizar o assassino, foram transportados para o hospital. Ribeiro Santos chegou já moribundo e não sobreviveu. Caiu no campo da honra e da coragem, no combate contra a ditadura. Foi consequente com aquilo em que acreditava.

A INDIGNAÇÃO

A notícia do assassinato de Ribeiro Santos espalhou-se rápido, como um rastilho, nas universidades e, não apenas em Lisboa, mas em todo o país, o que gerou grande comoção e imensa indignação, mesmo junto de sectores habitualmente abúlicos a questões com implicações políticas.

SERIGRAFIA DE JOSÉ GUIMARÃES

Técnica: Serigrafia s/ papel Fabriano Tiepolo
Data: 2019
Dimensão: 90 x 70 cm
Mancha: 76x57,5 cm
Tiragem: 199 exemplares
Editor: Associação 25 de Abril
Impressor: Atelier Centro Português Serigrafia, Lisboa

Por especial deferência do autor desta obra, foi possível estabelecer condições muito especiais para os Associados da A25A, sendo a relação de preços a seguinte:

> Valor de venda ao público: 1.200,00€
> Valor para Sócios da A25A: 900,00€

Nota: Para cada exemplar da serigrafia, será oferecida uma pasta para transporte/guarda

Não me recordo já de quem me deu a notícia do assassinato. Lembro-me apenas de que, logo nessa noite e no dia seguinte, véspera do funeral, se pôs de pé um largo movimento de estudantes que difundiram, na universidade e por toda a cidade, um comunicado, denunciando o crime e apelando ao protesto. Recordo-me também do papel fundamental, então desempenhado pelo Saldanha Sanches na organização e dinamização desse movimento.

Na véspera do dia do enterro, teve lugar uma manifestação de protesto e propaganda que, salvo erro, arrancou próximo da Praça de Londres, percorreu várias ruas de Lisboa e terminou nos arredores da Avenida 5 de Outubro. Sem que a PIDE ou a Polícia de Choque a tivessem detetado a tempo de a impedirem. O movimento, resultante de um choque e de uma indignação espontâneos e genuínos, alargou-se muito para além daquele dia.

O funeral e o que se passou por toda a cidade de Lisboa, na tarde desse dia, configuram a indignação generalizada, não apenas dos estudantes, mas também da maioria dos portugueses.

Faço questão de voltar a sublinhar aqui o papel da audaz e corajosa, mas serena, liderança, em quase todas as movimentações de então do José Luís Saldanha Sanches. Faço-o porque o vi com os meus próprios olhos e com ele fui falando várias vezes.

No dia do funeral, a ideia de pegarmos no caixão e tentarmos o "golpe atrevido" de o trazer a pé, pela Rua das Janelas Verdes, foi do António Monteiro Cardoso e minha. Quando a apresentámos ao Saldanha Sanches, de imediato ele nos disse para avançarmos.

Considero que a memória de Ribeiro Santos e da sua coragem e coerência foram honradas com dignidade e valentia desde o momento em que foi conhecida a notícia do crime. O assassinato pôs a claro, mesmo para quem pudesse ter dúvidas, a verdadeira natureza do regime da ditadura. A indignação que provocou marcou e persistiu.

Uma nota, no entanto, para sublinhar que a universidade não fechou, nem decretou luto. Nem me lembro de ter visto, no funeral, nenhum professor ou assistente da Faculdade de Direito de que era aluno, com a exceção, sublinho, do professor Silveira.

Para quem não se lembre, não queira lembrar-se ou simplesmente não saiba, recordo que, quando o José António Ribeiro Santos foi assassinado, a Faculdade de Direito tinha a sua Associação Académica encerrada e as suas (excelentes) instalações transformadas em quartel dos "gorilas". Esse era o regime "legal" em que nos era ensinado o Direito e o respeito pelos seus valores e princípios.

José António Ribeiro Santos morreu no combate pela liberdade na nossa terra, no que ela tinha, e tem, de mais básico e essencial. O seu exemplo de coragem, carácter e firmeza persiste. Importa não o esquecer.

Novembro de 2022

* Antigo presidente da Câmara Municipal de Lisboa, político e sócio da A25A

OLHARES DIPLOMÁTICOS SOBRE A REVOLUÇÃO EM PORTUGAL

Os relatórios da embaixada Suíça, em Lisboa (1974-1975)

RETO MONICO*

IV. O 11 DE MARÇO E AS ELEIÇÕES (MARÇO-ABRIL DE 1975)

a) O golpe falhado

Sobre o 11 de março, Bucher[1] envia rapidamente três relatórios/telegramas. A 12, relata uma conversa com um "importante membro do PS". Este fala de uma "iminente viragem ministerial". Receia que o MFA abandone "as ideias democráticas" e que Portugal evolua para "uma ditadura militar de tipo peruano". Este dirigente, apesar de os acontecimentos da véspera favorecerem o PS nas futuras eleições, não está satisfeito porque o objetivo prioritário é o de "impor a democracia" no seu país.

Uma informação no fim do documento revela a tensão vivida naqueles dias na capital lusa: "Desde esta manhã, esta Embaixada é vigiada por 3 polícias. Quando lhes perguntei a razão pela qual ali estavam, responderam que era para evitar a entrada de refugiados políticos. Com efeito, a embaixada da Alemanha deu abrigo a 4 elementos que parece estarem envolvidos no golpe de ontem".

No dia seguinte, o diplomata interpreta o sucedido. A seu ver, o facto do MFA ter reagido tão rapidamente, "dá a impressão que preparou de antemão as novas instituições". Surpreendido pela vontade do novo poder de "eliminar" os partidos extremos, de direita como de esquerda, Giovanni Bucher admite que "a maioria da população parece estar a apoiar o Movimento. Constata também que o MFA "mantém uma atitude esquerdista" e que não teria muitas dificuldades em "instalar

1 Giovanni Enrico Bucher (1913-1992) – raptado durante 40 dias por um comando no Rio entre dezembro de 1970 e janeiro de 1971 – dirige a embaixada suíça em Lisboa de fevereiro de 1975 a maio de 1978.

Portugal : vote dans l'euphorie

Trib

le point de

Un an après, la ruée sur les urnes

Les Portugais avaient une double raison, hier, pour marquer leur journée d'une pierre blanche. Ils fêtaient un an de libéralisation du régime et, pour la première fois depuis quarante ans, ils se rendaient aux urnes. Le premier anniversaire de la chute du régime Caetano a été fêté dans l'allégresse. Des milliers de personnes sont descendues dans la rue et ont klaxonné longuement, tandis que d'autres défilaient dans les rues. Quant au vote, hier, à 3 heures de l'après-midi, près de 80 pour cent des électeurs avaient déjà accompli leur devoir électoral. Mais, pour aller voter, le matin, il fallait faire la queue pendant plus d'une heure. Ainsi, M. Soares, chef du parti socialiste, qui votait à la Faculté de médecine, dut-il attendre 1 h. 50 avant de déposer son bulletin dans l'urne ; M. Cunhal, chef du parti communiste dut, quant à lui, attendre plus d'une heure. — (tlm)

► LIRE EN PAGE 12

A Lisbonne : des queues gigantesques. — (ap-t)

Tribune Le Matin, de 26 de Abril de 1975, noticiava as longas filas de eleitores em Lisboa

uma verdadeira ditadura militar", apesar dos perigos que isso acarretaria, como "a formação de movimentos clandestinos".

Finalmente, a 13, fala de uma situação extremamente tensa no país, com "boatos de fontes portuguesas" que receiam um golpe da extrema-esquerda. No mesmo texto, nota que "o número das prisões" de industriais, de banqueiros e de militares graduados "continuar a aumentar".

O embaixador volta a debruçar-se sobre os acontecimentos[2] a 21 de março. Foi uma "conspiração de oficiais moderados", infiltrada por elementos "da ala esquerda do MFA". Isso explica porque foi uma "ação precipitada", para poder levar à "captura" dos autores do golpe. Bucher, depois de ter afirmado que houve provocações e ordens contraditórias dadas pelo Copcon, pergunta: "tratou-se de uma tentativa de golpe dos moderados ou de um golpe dos progressistas?". O que se passou a 11 de março, comenta o diplomata, é a "continuação lógica" das várias crises que sucederam desde o 25 de Abril: "os moderados sempre cometeram o mesmo erro de terem uma consciência insuficiente das verdadeiras relações de força". Neste caso, tiveram de constatar que "a unidade entre o Povo e o MFA funcionou perfeitamente".

Na última parte do texto, realça mais alguns aspetos: "a ala progressista do MFA", que também não é homogénea, reagiu sem excessos, deixando ficar moderados do CR; Vasco Gonçalves e o PCP, nomeadamente, através da ação da Intersindical, saíram fortalecidos; Otelo, "mais um oportunista do que um líder", está numa posição chave; falta um chefe para unificar as várias correntes no MFA.

b) A campanha eleitoral

Todos os documentos enviados de fevereiro a abril põem em evidência a firme vontade do MFA de organizar as eleições. Bucher salienta também, sobretudo após o 11 de março, que os partidos moderados poderiam obter a maioria. Por outro lado, afirma já a 21 de fevereiro que o ato eleitoral "não irá mudar o quadro político", pois os deputados terão "como única missão elaborar, dentro de seis meses, uma nova constituição". Além disso, acrescenta, "o MFA parece decidido a ficar provisoriamente no poder".

No início da sua estadia em Lisboa, faz visitas a colegas e a personalidades portuguesas. A 6 de março, envia uma nota sobre uma breve conversa que teve com Costa Gomes e Mário Soares. Este não pensa que o seu partido irá ganhar, mas, para ele, o essencial "é evitar uma vitória comunista", opinião que o Presidente não parece partilhar. Neste mesmo texto, o diplomata helvético menciona dois aspetos: o facto de os analfabetos terem dificuldades em diferenciar os símbolos dos partidos e também o voto da chamada "maioria silenciosa" que poderá votar "nos partidos católicos".

A 10 de abril, o embaixador consagra três páginas às eleições legislativas. Todos, mesmo as sondagens do PCP, "continuam a prever uma clara maioria para os partidos do centro e de centro-esquerda", escreve o diplomata que alude a eventuais manobras dos comunistas para adiar o ato eleitoral. Depois de ter recordado que "o resultado destas eleições tem um valor limitado", Bucher nota: "Fica, porém, o valor indicativo e psicológico do sufrágio. Os membros moderados do MFA que, até agora,

2 "Der Putschversuch vom 11. März" [A tentativa de golpe de 11 de março], RP nº15, 21 de março.

não tinham a coragem de se manifestarem poderiam ser incentivados a expressarem mais livremente as suas ideias, apoiando-se na vontade do povo. Outros oficiais de boa vontade, que tinham seguido o caminho esquerdista, ficarão espantados ao ver que as suas ideias não correspondem às da maioria do povo e tentarão talvez modificar, pelo menos um pouco, a sua atitude".

c) Os resultados

O diplomata dá as suas primeiras impressões a 28 de abril: as eleições foram livres; "a opinião pública parece demonstrar uma certa maturidade política"; trata-se de uma derrota do MFA e de uma "vitória pessoal de Mário Soares"; Vasco Gonçalves deveria demitir-se e deixar o seu lugar "a um homem mais moderado, como Antunes"; Costa Gomes saiu reforçado; derrota inesperada do MDP-CDE e do seu secretário-geral.

Agora, "tudo vai depender da coragem" dos dirigentes do PS e do PPD, acrescenta Bucher. Este encontra-se com Jorge Sampaio, preocupado com a intransigência dos sindicatos, "fortemente influenciados pelos comunistas". Segundo o futuro presidente da República, o MFA vai ter de "se moderar um pouco".

Comentando os resultados, o embaixador debruça-se sobre os dois partidos da esquerda portuguesa. "A curtíssima lua de mel entre socialistas e comunistas já acabou", escreve o embaixador suíço no seu relatório que trata dos "acontecimentos graves" da véspera, quando Mário Soares foi impedido de entrar no Estádio onde se celebrava a Festa do Trabalho. Acusa Cunhal de ser um "velho político azedo" e de querer vingar-se. Desconfia que o chefe do PCP esteja a tentar tratar Soares como fez com Spínola em setembro.

Cinco dias mais tarde, volta ao assunto[3]. Qualquer que seja a interpretação dos resultados de 25 de abril de 1975, em sua opinião, os socialistas, legitimados pelos resultados eleitorais, podem agora "falar de uma posição de força". Têm de lutar contra os bastiões do PCP, e em particular nos sindicatos e nas administrações locais.

No fim do texto, volta a atacar duramente o líder do MDP/CDE, por este ter uma influência "determinante" no primeiro-ministro: "[...] o professor Pereira de Moura, ministro sem pasta, deve ser considerado o verdadeiro mau espírito do Portugal atual. Há pessoas que afirmam ser ele quem dirige o partido comunista através do seu fiel "lacaio" Cunhal...

Neste último caso, as considerações anticomunistas do embaixador suíço, pelo seu excesso, levam-no a emitir opiniões no mínimo discutíveis.

* Professor e historiador

3 "Socialistes et communistes", RP nº 27, 7 de maio de 1975.

Direitos reservados

Alcântara era um bairro operário com grandes moagens e fábricas de bolachas e biscoitos

HISTÓRIAS DO TEMPO DA OUTRA SENHORA

Falo do ano de 1961. Alcântara era um bairro azul, bairro pobre, bairro de luta e também de cultura. Naquele tempo, a leitura, o teatro, o cinema, eram formas de crescimento, de abertura ao mundo, de tentativa de libertação da exploração por parte do operariado

JOSÉ FANHA*

FILHO DE UMA FAMÍLIA de militares que vem, tanto quanto sei, desde a primeira metade do séc. XIX, tive a infância encostada à doçura, ao encanto, às histórias da avó Bertha, viúva do avô Jaime, capitão de infantaria, falecido na cidade da Beira, em Moçambique, nos anos 30 do século passado.

Ela falava-me com comovida saudade e ternura desse avô falecido antes de eu nascer e que só conheci através de algumas fotografias a preto e branco e das memórias doces com que a avó o trazia até mim.

Era um avô militar, com passagem pela batalha de La Lys e que, segundo ela, fazia teatro amador, escrevia sonetos e cantava canto lírico. E era tanta a ternura na sua voz que tudo o que eu queria era ser igual a esse avô

Cumpri em parte esse desejo. Teatro, vim a fazer ainda na universidade e depois e mais depois. Poesia, já lá vão mais de 50 anos embarcado nessa encantada aventura das palavras. Quanto ao canto lírico é que a coisa correu pior. A voz ainda tem tamanho, mas a desafinação é que nunca teve cura.

Assim foi. Ler e escrever foram os meus mais fortes e deslumbrados desejos desde muito tenra idade.

Vivi por períodos mais ou menos longos em casa da minha avó, na rua 1.º de Maio, bairro de Alcântara, num conjunto de habitações para viúvas de militares falecidos em África.

Era um bairro operário com grandes moagens e fábricas de bolachas e biscoitos, um cheiro doce no ar e o cinema Promotora no primeiro andar da Sociedade Promotora de Instrução Popular instalada em 1911 no Largo do Calvário.

À hora de almoço, por certo ao meio-dia, ouvia-se uma sirene, os operários saíam das fábricas e enchiam as ruas com o azul dos fatos macaco. Sentavam-se no chão encostados às paredes a comer o almoço da marmita trazida de casa, acompanhada pela inevitável garrafa de carrascão.

Falo do ano de 1961. Alcântara era um bairro azul, bairro pobre, bairro de luta e também de cultura. Naquele tempo, a leitura, o teatro, o cinema, eram formas de crescimento, de abertura ao mundo, de tentativa de libertação da exploração por parte do operariado.

Quase ao lado, à beira do azul do rio, ficava o Cais de Alcântara onde começavam a partir os

PUBLICIDADE

SERIGRAFIA DE JÚLIO POMAR

Com a serigrafia do Burro a Cantar Fado quis Júlio Pomar homenagear a gesta de Abril quando estavam cumpridos 40 anos sobre a "madrugada inteira e limpa". O quadro original do génio criador foi reproduzido numa edição de 200 exemplares devidamente numerados. As cópias ainda disponíveis podem ser adquiridas na sede da A25A.
Os interessados devem solicitar a reserva através de correio electrónico para secretaria@a25abril.pt ou pelo telefone 21 324 14 20.

soldados para a guerra em África, trazendo na volta, pela calada da noite, os caixões dos que por lá haviam de perder a vida.
Ali em Alcântara, a dois passos de casa da minha avó deu-se um crime horrível. Tinha eu 10 anos, acabado de entrar no Colégio Militar. Era dezembro. Dia 19. Acabara de chegar a casa para as férias de Natal. Só bastante mais tarde, através de uma canção do Zeca, vim a saber que ali a dois passos, na Rua da Creche, "aquele lugar sem nome para qualquer fim", a Pide tinha assassinado a tiro o pintor José Dias Coelho.
Vim a ser colega em Belas Artes e amigo da Teresa Dias Coelho, sua filha e uma pintora notável.
E mais vim depois a saber, o assassinato da ceifeira Catarina Eufémia em 1954 por um tenente da GNR e o do general Humberto Delgado pela Pide em 1965 ou Ribeiro Santos estudante de Direito morto também pela Pide em 1972.
A morte saía à rua sem dó nem piedade e mais, sem olhar a quem, fossem pintores, ceifeiros, estudantes ou generais e a verdade é que estes crimes tornavam-se banais. Muitas pessoas sabiam, mas calavam.
Era assim no Estado Novo. Reinava a banalidade do mal como lhe chamou anos antes Anna Arendt, a propósito dos campos de concentração nazis.

* Poeta, sócio da A25A

Desenho de José Dias Coelho, assassinado pela PIDE em Alcântara, em 1961, morte que inspirou o poema de Zeca Afonso

A MORTE SAIU À RUA

A morte saiu à rua num dia assim
Naquele lugar sem nome pra qualquer fim
Uma gota rubra sobre a calçada cai
E um rio de sangue dum peito aberto sai

O vento que dá nas canas do canavial
E a foice duma ceifeira de Portugal
E o som da bigorna como um clarim do céu
Vão dizendo em toda a parte o pintor morreu

Teu sangue, Pintor, reclama outra morte igual
Só olho por olho e dente por dente vale
À lei assassina à morte que te matou
Teu corpo pertence à terra que te abraçou

Aqui te afirmamos dente por dente assim
Que um dia rirá melhor quem rirá por fim
Na curva da estrada há covas feitas no chão
E em todas florirão rosas duma nação

José Afonso

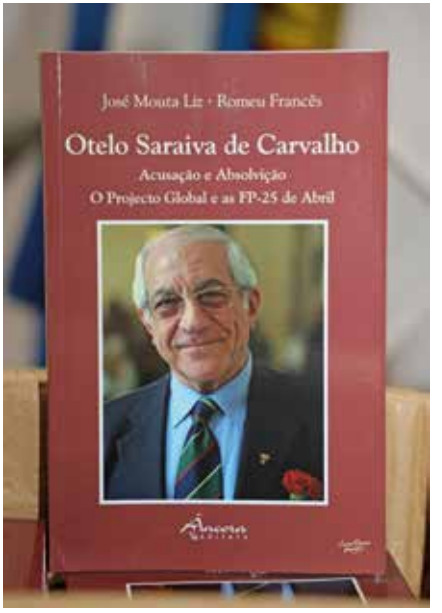
OTELO
ENTRE A POLÍTICA E A JUSTIÇA

Direitos reservados

Apresentação do livro na A25A. Da esquerda para a direita: Romeu Francês; Carlos de Matos Gomes; Vasco Lourenço; Mouta Liz e António Baptista Lopes, da Editora Âncora

Obra sobre o julgamento do Capitão de Abril no chamado "Processo FP25" foi apresentada na Associação 25 de Abril a 19 de Outubro

O AUDITÓRIO DA ASSOCIAÇÃO 25 de Abril encheu-se no dia 19 de Outubro para a apresentação do livro *Otelo Saraiva de Carvalho – Acusação e absolvição – O Projecto Global e as FP-25 de Abril*, da Ancora Editora, sendo autores José Mouta Liz, amigo próximo de Otelo, e Romeu Francês, advogado que, em substituição de Salgado Zenha, assumiu a defesa dos que eram acusados pelo Ministério Público de pertencerem à FP 25 de Abril e de, nesse âmbito, terem realizado actos considerados crimes.



O presidente da A25A deu a boas vindas a todos os presentes, recordando que era amigo pessoal, muito próximo de Otelo Saraiva de Carvalho, mas que também o reconhecia como uma pessoa controversa, sublinhando que ele próprio, Otelo, o admitia ser, tendo também ali revelado que lhe comunicara, pessoalmente, que a denominação FP25 dada à organização "conspurcava a Revolução de Abril", mas isso não impediu, segundo confessou, que "continuasse a ter por Otelo uma amizade muito grande e muita consideração". Neste contexto, revelou que a direcção da A25A vai propor na próxima assembleia geral que seja atribuído ao Capital de Abril o estatuto de "Sócio de Honra". "Espera-se que a assembleia aprove a proposta", frisou.

O livro foi apresentado pelo coronel Carlos de Matos Gomes para quem "falar sobre o caso é como fazer um percurso sobre arame", mas, defendeu que "devemos assumir as questões de frente". Em sua opinião, o chamado "processo FP25" mostrou a promiscuidade entre política e justiça e lamentou que "alguém tenha querido manchar Otelo para, através dele, manchar a própria Revolução de Abril".

José Mouta Liz, também acusado à época, juntamente com Otelo, lembrou que ninguém foi condenado naquele processo e que o livro tem a pretensão primordial de atingir três objectivos: em primeiro lugar, desmontar a trama jurídica apresentada na acusação do Ministério Público; depois, explicar po-

liticamente o que visava o Projecto Global e as FP25 para que se conheça a utopia e o ideal de sociedade sonhados por todos aqueles homens e mulheres levados a julgamento; e, em terceiro lugar, valorizar e registar a importância dos militares que fizeram Abril. Segundo Mouta Liz, "tratou-se de um julgamento montado pelo poder, com arbítrio completo, sem fundamento", tendo revelado ainda que se insurgiu contra a amnistia decretada pelo então Presidente da República por entender que preferia defender-se e esclarecer tudo, de forma clara, no foro da justiça.

Na mesma linha se posicionou o advogado Romeu Francês, frisando que nunca o Ministério Público conseguiu demonstrar que Otelo fosse o líder das FP25 ou que tivesse estado envolvido na prática de crimes. Segundo as suas palavras, "o juiz foi acusador, montou uma comédia teatral, no mau sentido, e, portanto, transformou os arguidos em acusados de uma forma leviana e bem primária". E concluiu: "a política de alguma forma dirige a justiça e é ingénuo pensar que há uma separação absoluta entre ambos os poderes".

A apresentação do livro terminou com uma troca de ideias entre os presentes sobre o envolvimento de Otelo no 25 de Novembro de 1975, e o facto de haver quem o considere um "traidor". Vasco Lourenço, presidente da A25A declarou não ter dúvidas: "ele não foi traidor, mas foi traído". E esclareceu: "Otelo, de facto, deu luz verde para que os paraquedistas fossem às bases aéreas fazer sessões de esclarecimento, mas depois houve alguém que transformou essas sessões de esclarecimento em acções de ocupação e de demonstração de força, o que preconizava para todos nós uma tentativa de golpe de estado".

EXPOSIÇÃO DE FOTOGRAFIA

No mesmo dia da apresentação do livro foi inaugurada uma exposição com fotografias que registam as várias facetas e actividades de Otelo Saraiva de Carvalho, intitulada: *Obrigado, Otelo!* As imagens expostas são da autoria de Carlos Pereira Martins, sócio da A25A, que colabora regularmente com *O Referencial* cedendo amavelmente imagens da sua autoria para ilustração de textos.

SÃO FLORES DE AMOR OS CRAVOS DE ABRIL

Direitos reservados

A sessão de apresentação daquela obra transformou-se num evento cultural muito intimista e de grande qualidade estética. Álvaro Maio cantou poemas da autora

Obra de Lídia Praça narra um romance entre um Capitão de Abril e uma psicóloga enquadrado na história da Revolução

O LIVRO *São Flores de Amor os Cravos de Abril*, da escritora Lídia Praça, foi apresentado na sede da Associação 25 de Abril no dia 3 de Novembro, com a apreciação crítica do coronel Jorge Sales Golias e a animação musical de Álvaro Maio, cantando, entre outras, letras escritas pela autora.

Com o auditório completamente cheio, em dia de forte chuva, coube ao presidente da A25A dar as boas-vindas, lembrando que aquele livro

terá sido o primeiro escrito em forma de romance tendo como ambiente da *storyteling* o antes e o depois da Revolução de 25 de Abril de 1974. Vasco Lourenço, confessando-se um "leitor não compulsivo", admitiu que começou a ler o livro e não descansou enquanto não o terminou. Aconselhou os presentes a não tentarem identificar as personagens com um ou outro Capitão de Abril da vida real porque, conforme explicou, foram muitos os que viveram as situações históricas descritas pela autora.

Nas palavras de Jorge Sales Golias, "é uma obra histórica que se deve a Abril num cenário fortemente romantizado e que rapidamente chegou à segunda edição". Conforme explicou, a trama envolve um Capitão de Abril que contracena com uma mulher progressista, fazendo ambos um percurso no tempo que começa no Estado Novo, passa pela Guerra Colonial, 25 de Abril de 1974, PREC de 1975 e termina em 2017.

"É uma história que atravessa a maior parte da vida de adultos dos Capitães de Abril, onde muitos se reverão nas múltiplas descrições de episódios marcantes da Guerra Colonial, mas também nos momentos fortes do período pós 25 de Abril e, já agora, nas voltas que a vida de muitos deu, depois da libertação dos costumes sociais e sexuais", disse, acrescentando: "Depois de tanta tinta corrida sobre os cravos, as canções, as músicas, os poemas, os murais, os gritos, eis que surge, finalmente, um belo romance, onde um herói de Abril, ficcionado, se abre e se expõe, mostrando-nos a guerra e a revolução, contadas na primeira pessoa, e ao fazê-lo, em terapia de stresse pós-traumático de guerra, vai-se apaixonando perdidamente, envolvendo o leitor numa sucessão de acontecimentos, em que o imprevisto está quase sempre a acontecer". Para o coronel Sales Golias, "trata-se de um olhar feminino sobre a guerra, sobre a Revolução e sobre o amor".

A escritora confessou que estava com grande receio das críticas que poderiam advir dos Capitães de Abril, os reais, sobre a obra que criara com o título *São Flores de Amor os Cravos de Abril*, publicada pela Editorial Novembro. "Hoje estou tranquila, e sobretudo muito grata e reconhecida pelo carinho e pela generosidade com que receberam o meu livro", disse.

Lídia Praça agradeceu aos "Capitães" presentes a coragem de terem restituído a liberdade aos portugueses, tendo apelado para que essa liberdade seja todos os dias acarinhada porque, frisou, "só quando a perdemos é que lhe damos o valor".

A sessão de apresentação daquela obra transformou-se num evento cultural muito intimista e de grande qualidade estética. Algumas partes do livro foram lidas por Elsa Bidarra e Alexandra Faria; Olga Sotto declamou o poema escrito pela autora "Mulher de Abril" (que apresentamos nestas páginas da revista); interveio também a representante da editorial Novembro, Avelina Ferra; tudo muito abrilhantado pela voz de Álvaro Maio.

MULHER DE ABRIL

Mulher que foi prosa e é poema
Mulher de abril simplesmente
Mulher que ama e se fez livre
É mulher de Abril apenas!

Mulher que foi derrota e é vitória
Mulher de abril simplesmente
Mulher que tomou o seu destino
É mulher de Abril apenas!

Mulher que foi crime e é justiça
Mulher de abril simplesmente
Mulher que venceu o seu caminho
É mulher de Abril apenas!

Mulher que foi força e é coragem
Mulher de abril simplesmente
Mulher que foi desejo e é vontade
É mulher de Abril apenas!

Mulher que foi feitiço e é encanto
Mulher de abril simplesmente
Mulher que foi paixão e é amor
É mulher de Abril apenas!

Mulher de abril que foi amor
Mulher de abril todo o ano
Mulher que se descobre e se revela
Mulher de Abril que sou EU!...

Lídia Praça

Direitos reservados

O autor, José Soares Dias, ao centro, estando ao lado direito dele o poeta Luís Natal Marques e do lado esquerdo o presidente da A25A, Vasco Lourenço

ESTEREÓTIPO DA FELICIDADE

"Estereótipo Social da Felicidade – Uma aproximação Histórica à sua Génese e Perspectiva" é um livro da autoria de José Soares Dias apresentado no dia 26 de Outubro na Associação 25 de Abril. O presidente da A25A, Vasco Lourenço, e o poeta Luís Natal Marques fizeram a apreciação crítica da obra

ESCREVER, FALAR, pensar sobre a Felicidade mostrou-se complicado naquele fim de tarde muito intimista vivido na A25A. Nem o próprio autor se "atreveu" a ensaiar uma definição, garantindo, no entanto, que escreveu o seu livro "com amor". E frisou: "A melhor maneira de ser feliz é contribuir para a felicidade dos outros". Para José Soares Dias, a Felicidade caminha com a Esperança: "Quando menos esperamos ela bate à porta e fazemos o favor de ser felizes".

Vasco Lourenço leu um texto da sua autoria sobre a Felicidade, relacionado com o livro. Um texto carregado de vivencias interiores muito profundas, tendo, a certa altura, afirmado: "se o bem estar físico é sempre o resultado dum corpo saudável, a Felicidade será sempre o sintoma de uma mente saudável e equilibrada! Por tudo isso, tendo permanentemente presente que a Ética e a Felicidade estão intimamente relacionadas, considerando a opinião do Papa Francisco de que 'a Felicidade é consequência das escolhas, mas que é preciso Coragem para as conquistar', lembrando a máxima de Péricles sobre a Liberdade, que a considera essencial para atingir a Felicidade, termino com um apelo: tenhamos Coragem para lutar pela Felicidade! Façamos o favor de ser felizes!".

SOMOS FELIZES NOS MOMENTOS EM QUE ESTAMOS BEM CONNOSCO E COM OS OUTROS

O poeta Luís Natal Marques fez uma incursão por vários pensadores, desde os clássicos da filosofia, passando pelos teólogos da idade média, até aos ficcionistas contemporâneos, dizendo-se sempre insatisfeito com os conceitos com que se confrontou sobre a Felicidade. "E fiquei sem saber se sou feliz, por falta de definição...", disse, terminando em jeito de conclusão: "as 'felicidades' são tantas que, mais por cautela que por atrevimento, duvido que a Felicidade exista para além daqueles momentos em que nos sentimos aquecidos e bafejados pela sorte... Somos felizes nos momentos em que estamos bem connosco e com os outros ...".

Foi a apresentação de um livro sobre a Felicidade que contribuiu também para a felicidade dos que, naquele fim de tarde, já de noite, tiveram o privilégio de estar presentes na A25A.

POR TERRAS DE ITÁLIA

Direitos reservados

Um dos pontos altos da viagem foi a visita ao grandioso Palácio Real na cidade de Caserta

Depois de algumas hesitações e dúvidas, conseguimos retomar as Viagens da A25A, com a realização da programada viagem "Sul de Itália e Roma", que decorreu entre 5 e 14 de Outubro de 2022, em ligação com a Agência de Viagens Oasis Travel

APRÍGIO RAMALHO*

COM GRANDE SATISFAÇÃO podemos afirmar que esta viagem correu bastante bem, correspondendo às expectativas, tendo-nos feito recordar outros momentos em que sempre imperou a amizade, a entreajuda e o são convívio, fortalecedores dos objectivos que norteiam a A25A ao promover viagens turísticas com preocupações de carácter cul-

tural, prioritariamente dirigidas aos seus associados.
Na avaliação desta viagem, salientamos alguns dos pontos mais relevantes.
Para quem anteriormente tinha já visitado a cidade de Nápoles, para além do reavivar da beleza da sua baía, a partir da qual a cidade se espraia e estende em altitude, foi muito interessante podermos sentir e embrenharmo-nos no fervilhar frenético, e algo desordenado, da zona central desta importante cidade.
A visita guiada a toda a área das escavações das ruínas de Pompeia, antiga cidade Romana, completamente destruída e soterrada pela erupção do Monte Vesúvio, em 79 dC, ficará na memória de todos, pelo extraordinário trabalho aí realizado desde o seu início no século XVIII e que continua nos dias de hoje.
Merecedor de destaque foi o passeio de barco ao longo da Costa Amalfitana, cuja paisagem intervala as suas agrestes falésias com o colorido do casario implantado nas encostas e, de longe em longe, concentrando-se em pequenas povoações, das quais destacamos pela sua singularidade e riqueza histórica, a cidade de Amalfi.

HISTÓRIA VIVA

Bela surpresa foi a visita à cidade de Matera, património da Unesco. Foi impressionante a visualização local das casas nas grutas, cuja existência tem milhares de anos e que progressivamente foram sendo alteradas e expandidas com outras construções. Foi por todos muito apreciada a cuidada preservação e organização dos diferentes locais e construções, das casas nas grutas até ao casario mais monumental.
A muito típica cidade de Alberobello, considerada Património da Humanidade, pela Unesco, caracterizada pela tipologia arquitetónica pré-histórica das casas construídas com rocha calcária, e com cobertura cónica, branqueadas com cal, perdurará na nossa memória.
Outro dos pontos altos foi a visita ao grandioso Palácio Real na cidade de Caserta, também considerado Património da Humanidade pela Unesco e classificado como o maior palácio barroco de Itália.
As sumptuosidades desta construção, dos seus salões e jardins, impressionaram-nos vivamente.
Para final da viagem, com passagem pelo Monte Cassino, e visita à sua Abadia, berço da ordem Beneditina, chegámos à histórica e monumental cidade de Roma, onde permanecemos dois dias, visitando alguns dos seus locais e monumentos mais apelativos, entre inúmeros turistas que, como nós, procuravam conhecer o máximo desta bela cidade.
A vida de turista é exigente, mas valeu a pena usufruir desta viagem por terras de Itália.
Esperamos no próximo ano continuar a ter o interesse das(os) nossas(os) associadas(os) e amigas(os) na participação das viagens que nos propomos organizar e sobre as quais em breve difundiremos informação complementar.
Lisboa, 25 de Novembro de 2022

* Capitão de Abril, vice-presidente da Direção da A25A

MARIA DO ROSÁRIO FREITAS RODRIGUES (1951-2022)

A UTOPIA LÚCIDA

A Associação 25 de Abril continua a ver partir alguns dos seus associados.

FALECEU NO DIA 18 de Dezembro Maria do Rosário Freitas Rodrigues, membro suplente da Direcção da A25A. A sua morte torna-nos mais pobres e obriga-nos a reforçar os nossos esforços, para que a nossa Associação 25 de Abril continue na luta por manter Portugal com uma sociedade Livre, em Paz, mais Justa e Democrática.

Foi essa, desde há muitos anos, a luta permanente em que a Maria do Rosário se envolveu, numa extraordinária militância, pelos valores de Abril. É essa a promessa que lhe fazemos, no momento da sua partida.

Tendo desenvolvido uma intensa actividade no campo social, Maria do Rosário nunca esmoreceu ou poupou esforços para, junto dos jovens, seu espaço preferido de intervenção, proclamar e pugnar pela actividade cívica, em prol do colectivo. "Temos de ajudar os jovens a abrir os olhos, a não se deixarem manipular, sendo fundamental incentivá-los à participação, na defesa dos seus interesses e valores", foi um lema que sempre praticou, com alguns sucessos, que sempre a empolgaram.

Idealista, por vezes pouco realista quanto às capacidades do ser humano, nomeadamente no que se refere à obtenção de resultados, com a partida da Maria do Rosário parte também alguma da utopia que é tão necessária para que o ser humano se realize e alcance a Felicidade.

A Associação 25 de Abril manifesta o seu reconhecimento a Maria do Rosário, pela sua entrega e pela sua dádiva.

Aos seus familiares, nomeadamente a sua filha Inês e aos seus irmãos Laura, Graça, Isabel, Carlos, José Eduardo, Teresa e João, tal como aos seus amigos, as nossas sinceras e profundas condolências e a nossa total solidariedade.

ABRIL É UM RIO

e era um rio
em Abril
que fluía pelas ruas da cid e
em dia de céu cinzento
iluminado
pelas cores da liberda
e ela tinha tantas co
tantas cores como ontade
e cruzava esse a ris
as ruas dessa de
contra velhas ssões
decrépitas ti s
negrumes d lidão

havia revolta
amarelos saudade
o verde bria as fardas
de grit de liberdade
faziam-se todas elas
a co e ser solidário

e via-se uma voz
u a só nem era mais
a o vermelho dos cravos
os cravos das espingardas
mas eram cravos vermelhos
nas mãos dos velhos
dos moços
das mulheres

da liberdade
era um grito em unissono
pelas ruas da cidade
era um anúncio
um pulsar
e tantas eram as vozes
a darem voz a tal grito
que o rio nem foi para o mar
veio o Sol rasgar as nuvens
e o vento também nos trouxe
moldada em brisa da tarde
a alegria de haver
um tempo por inventar

hoje chove neste Abril
há tempos feitos de angústia
negrumes de solidão
mas vem intensa uma brisa
que nos traz ao fim da tarde
um arco-íris de esperança
que do vermelho dos cravos
dos cravos das espingardas
do saber ser solidário
volte a fazer deste Abril
um rio que vai para o mar
um rio feito em Abril
corrente de liberdade.

- Jorge Castro
in Contra a Corrente, 2005

MAXIMINO SERRA (1935-2022)

RESISTENTE ANTIFASCISTA

O antigo militante e funcionário político do PS, que participou em duas falhadas tentativas para depor o regime do Estado Novo, de Oliveira Salazar, morreu aos 87 anos

FOI COM PROFUNDEZA tristeza que tomámos conhecimento do falecimento de Maximino Rosa Serra, sócio da A25A.

Grande lutador antifascista, Maximino Serra foi um dos portugueses que deu um contributo fundamental para que fossem criadas as condições que tornaram possível o 25 de Abril.

As tentativas de derrube do regime fascista e colonialista de Salazar em que esteve envolvido - a Revolta da Sé e o Golpe de Beja - estão no conjunto de acções em que participou activamente, juntamente com o envolvimento na campanha de candidatura do general Humberto Delgado à presidência da República.

Após o fracasso do Golpe de Beja, Maximino Serra refugiou-se na embaixada do Brasil em Abril de 1962, onde em 1959 se tinha refugiado Humberto Delgado.

Depois, desviou um avião de um aeroclube e voou para a Argélia, em Agosto de 1963, para tentar juntar-se à Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN).

Não conseguiu entrar na Argélia e, em finais de 1964, partiu para o Canadá e, mais tarde, para os Estados Unidos, ao abrigo de um programa de proteção para exilados políticos das Nações Unidas, militando activamente no Partido Socialista fundado em 1973 na Alemanha.

Depois da conquista da Liberdade, em 1974, Maximino Serra manteve-se sempre fiel aos valores de Abril, nunca regateando esforços para participar na luta pela construção de um Portugal melhor. Fê-lo sempre como activista do seu PS, onde militava desde a fundação em 1973, numa dádiva permanente enquanto funcionário político. Mas, acabou expulso do partido em 2021 por se ter apresentado como último suplente na lista concorrente à Câmara de Alcobaça pelo movimento Nós Cidadãos.

Maximino Serra partiu e vai juntar-se a seu irmão Manuel Serra, com quem se envolveu nessas históricas lutas por um Portugal melhor - livre, em paz e democrático.

Um Portugal de Abril que, com a sua partida, fica mais pobre.

Como mais pobre fica a Associação 25 de Abril, os seus amigos e familiares.

A todos eles, as nossas sinceras e profundas condolências e a nossa solidariedade.

REGISTÁMOS O FALECIMENTO DOS SEGUINTES ASSOCIADOS:

Sócios Fundadores
Carlos Alberto Ramalhete
António Maia Correia
Carlos Machado Mendes
Joao Augusto Quaresma Rosa – 147

Sócios Efectivos
Carlos Alberto Gonçalves Carinhas
Carlos Jose Gomes Pimenta
Maria do Rosário Freitas Rodrigues
Joaquim Pinto Ferreira Canário
Manuel Arons Carvalho

Sócios Apoiantes
Fernando Miguel Bernardes

Às famílias enlutadas apresentamos sentidas condolências.

O REFERENCIAL LANÇA NÚMERO ESPECIAL

Direitos reservados

Revista da A25A prepara edição comemorativa do 50.º aniversário do 25 de Abril, aberta à participação de todos os associados. Publicamos aqui o regulamento

A A25A QUER PUBLICAR um número especial d'*O Referencial* comemorativo dos 50 anos do 25 de Abril. O objetivo é homenagear a Revolução Portuguesa e todos os que lutaram pela Liberdade, a Democracia e a Paz.
Será um número aberto a todos os associados que desejem participar, tanto aqueles que já fazem parte da A25A, como todos aqueles que venham a inscrever-se até ao limite do prazo de participação.
Publicamos adiante o respetivo regulamento, apelando à vossa participação.

REGULAMENTO

1. A A25A pretende publicar um número especial d'O Referencial comemorativo dos 50 anos do 25 de Abril.
2. Os objetivos desta publicação podem resumir-se da seguinte forma:
   Comemorar e homenagear o 25 de Abril, a Revolução Portuguesa, a Liberdade, o fim da guerra, a construção da democracia, a reabilitação de Portugal perante o mundo, as conquistas de Abril, o caminho percorrido, as mudanças, etc.
   Expressar expectativas e exigências, reprovar situações, apontar caminhos, etc.
   Destacar figuras e/ou acontecimentos, analisar contextos, transmitir mensagens, etc.
3. A participação neste número comemorativo é aberta a todos os associados da A25A, mesmo aos novos associados que se inscrevam até ao final do período de receção dos originais. São aceites participações assinadas por vários autores, se todos forem associados.
4. As participações podem apresentar-se como textos, poesias, desenhos ou outras formas publicáveis em suporte de papel e/ou formatos digitais.
5. Todas as participações serão publicadas na página web da A25A, sendo incluídas ou no Número Especial comemorativo dos 50 anos ou no seu Suplemento correspondente. O primeiro inclui 50 participações e será também publicado em suporte de papel. O seu suplemento inclui todas as outras participações.
6. Será constituído um grupo de trabalho na A25A presidido pelo diretor d'*O Referencial*, e constituído por elementos do conselho editorial e por coordenadores das suas várias secções.
7. As colaborações devem dar entrada na secretaria da A25A, em suporte digital, até 30 de setembro de 2023.
8. A edição deverá ficar pronta até 31 de dezembro de 2023 e publicada na primeira semana de abril de 2024.
9. As participações em texto deverão ter o limite de 8000 caracteres, embora o grupo de trabalho possa aceitar versões mais alargadas, a publicar no Suplemento, apenas on line.
10. O grupo de trabalho referido pode efetuar os contactos pessoais necessários à melhoria das participações e rejeitar as participações que não se enquadrem nos objetivos definidos.
11. Os autores devem juntar uma pequena nota biográfica, com um máximo de três linhas.

Lisboa, 12 de dezembro de 2022
O Diretor,
Aniceto Afonso

Direitos reservados

MILITARES DE ABRIL CONDECORADOS

Presidente da República distinguiu intervenientes na Operação Viragem Histórica com a Ordem da Liberdade, Grau de Grande-Oficial

NO SEGUIMENTO da cerimónia de Março passado, o Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa, no dia 23 de Dezembro, em cerimónia realizada no antigo Picadeiro Real do Palácio de Belém, condecorou com a Ordem da Liberdade, Grau de Grande-Oficial, os seguintes militares com participação directa na Revolução de 25 de Abril de 1974:

Armando Braz Pinto Praça – Coronel
Forte participação na Conspiração e envovimento na operação "Viragem Histórica "

Carlos Alberto Vieira Monteiro – Coronel
Forte participação na Conspiração em Moçambique

Fernando de Sousa Brito e Cunha – Alferes Miliciano
Mesmo já na disponibilidade, participação activa na operação "Viragem Histórica ", apoiando forças da EPC

Fernando Alberto Carvalho David e Silva – Contra-almirante
Participou activamente na Conspiração e actuou com a Força da Marinha que ocupou a DGS

Fernando Manuel de Oliveira Vargas de Matos
Vice-almirante
DFE/FFC – Comandante do DFE 10 – unidade que ocupou a sede da DGS

Francisco António Fialho da Rosa – Tenente-general
Integrou Comissão Coordenadora do Movimento dos Capitães

Francisco José Azevedo Martins – Tenente-coronel
Integrou força da EPI

Jaime Pedro Gago Lopes – Capitão-tenente
CDMG - Comandante da companhia de fuzileiros n.º 5, que participou activamente na operação de tomada do poder em Bissau em 26 de Abril de 1974

João António Heitor Alves – Coronel
Comandou uma companhia do RAP2 do Porto na operação "Viragem Histórica"

João Gabriel Bargão dos Santos – Major-general
Forte participação na Conspiração; não participou activamente na operação "Viragem Histórica" por se encontrar em Timor

João Lobo de Oliveira – Capitão-de-mar-e-guerra
G1EA – Participou activamente na conspiração e na direcção do Movimento da Marinha e, ainda, na neutralização, em 16 de Março de 1974, do G1EA (VFXira) que havia recebido ordem para se opor à marcha do RI 5 (Caldas da Rainha), na sua marcha para Lisboa

João Martins Alves – Coronel
Participação na Conspiração, participou na operação "Viragem Histórica "

Joaquim José Pinto Carvalho de Oliveira – Coronel
Participação na Conspiração, integrou a força da EPI

Jorge Manuel Palma Mira Monteiro – Coronel
Integrou Força da EPA

José António Brás – Tenente-coronel
Integrou força de paraquedistas que ocupou o Forte de Caxias

José António Candeias Valente – Coronel
Forte participação na Conspiração

José António Matos Silva Rosado – Furriel Miliciano
Participação na força da EPAM, que ocupou Estúdios da RTP

José Azuil da Conceição Duarte Mousinho – Coronel
Integrou força da EPI

José Botelho Leal – Vice-almirante
EMA - Participou activamente na neutralização do NRP Gago Coutinho

José Francisco de Jesus Duarte – Coronel
Integrou Força da EPA de Vendas Novas

José Henrique Duarte Mendes – Coronel
Forte participação na Conspiração

José Manuel Carrilho Ribeiro Leitão – Coronel
Participação Activa na Conspiração

José Manuel Manso Ribeiro Sardinha – Coronel
Forte participação na Conspiração na EPC

Direitos reservados

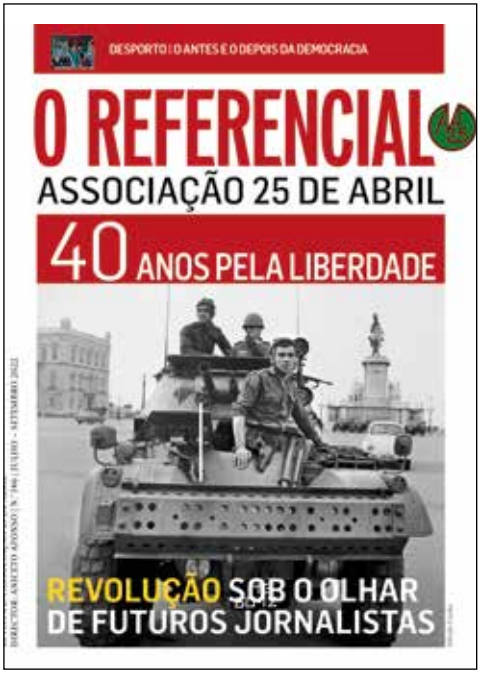
O músico Carlos Alberto Moniz com o poeta José Fanha (de pé), o presidente da A25A, Vasco Lourenço, o director d' *O Referencial*, Aniceto Afonso, e a professora Fátima Lopes Cardoso, na apresentação da revista, na sede da A25A

APRESENTAÇÃO PÚBLICA DE O REFERENCIAL

O número 146 da revista foi apresentada na Associação 25 de Abril, juntando leitores e colaboradores, numa edição que evoca os 40 anos da "Casa da Liberdade"

AO ASSINALAR O 40.º aniversário da Associação 25 de Abril (A25A), a revista *O Referencial* foi apresentada publicamente depois de dada à estampa. O evento realizou-se, no dia 22 de Novembro, na sede da instituição, com a presença da maioria dos autores dos textos que compõem a edição n.º 146, nomeadamente os estudantes de jornalismo da Escola Superior

de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa. Estes futuros jornalistas estiveram acompanhados pela professora Maria Inácia Rezola, ex-membro da Direção da A25A e actual presidente da Comissão para as Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, e pela professora Fátima Lopes Cardoso. O poeta José Fanha, colaborador d'*O Referencial*, e o músico Carlos Alberto Moniz, cada um na sua área, elevaram a estética do evento com os seus dons artísticos.



"*O Referencial* é a revista da A25A e, como tal, uma das formas de estarmos presentes e cumprirmos os nossos fins estatutários", explicou o director da publicação, coronel Aniceto Afonso, agradecendo a todos os colaboradores o empenho demonstrado para a valorização e dignificação de cada número. Depois, dirigindo-se em especial aos mais jovens, disse:

"Ao aproximar-nos dos 50 anos sobre esse dia memorável, o dia das nossas vidas, não podemos deixar de refletir sobre o legado que vos deixamos, sobre os valores que sustentaram a nossa ação, sobre a mudança e o progresso, mas também sobre as inquietações que nos assaltam neste tempo em que as gerações que nos sucedem assumem a responsabilidade de prosseguirem o caminho e fazerem melhor. Nestas breves palavras não posso mais do que expressar o nosso desconforto perante as largas camadas de portugueses pobres, sem voz e sem nome; de proclamar o nosso desassossego pelo desinteresse de muitos cidadãos fechados em si próprios, com aparente desprezo pela vida coletiva; de manifestar a angústia de quem, como nós, se empenhou, no tempo e nas condições aprovadas e consensuais, em abraçar o projeto virtuoso de construir uma sociedade liberta, democrática e justa; de proclamar enfim o nosso empenho em participarmos no combate pelos valores que as novas sociedades democráticas nos apontam, rejeitando a demagogia, a descriminação, o racismo, a guerra e qualquer tipo de violência, as desigualdades sociais geradoras da pobreza, da ignorância, da exclusão, do sofrimento."

Aniceto Afonso manifestou depois o desejo de que "o 25 de Abril seja por muito tempo o sím-

As estudantes de jornalismo Carolina Rodrigues e de Daniela Matias falaram sobre a reportagem com o fotógrafo Eduardo Gajeiro

Direitos reservados

bolo de uma inquietação individual e social, de um desejo de fazer melhor, de uma vontade de participar e de lutar, de um sentido para a vida e para um futuro melhor". Dirigindo-se directamente aos jovens estudantes, disse: "Nós confiamos em vós, como continuadores do 25 de Abril. Dirijo-me a todos os jovens, os que estão hoje connosco e a todos os nossos concidadãos. Tomem nas vossas mãos esta herança de Abril, defendam-na e prossigam o caminho em direção a uma vida melhor e mais feliz, para todos e para cada um. E, em especial, não esqueçam ninguém." E esclareceu: "O nosso projeto para a revista da A25A tem em vista mantê-la como uma tribuna múltipla, defensora dos valores de Abril e fórum de várias vozes".

O presidente da A25, Vasco Lourenço, fez um pequeno historial sobre o que tem sido o percurso da revista, recordando que começou por ser um boletim, passando para o formato que

hoje apresenta quando era dirigida pelo general Pezarat Correia, com José António Santos no cargo de editor, tendo contado com a colaboração de José Maria Ribeirinho para o layout gráfico. Seguiu-se o Almirante Martins Guerreiro na direcção da revista que, segundo Vasco Lourenço, deu continuidade à qualidade da publicação, encontrando-se agora sob a responsabilidade do coronel Aniceto Afonso. O presidente da A25 agradeceu o apoio de algumas empresas que tornam financeiramente viável a publicação, nomeadamente a Delta, o Montepio Geral, a EPAL e a Imprensa Nacional Casa da Moeda, frisando que a sustentação seria inviável apenas com a quotização dos sócios.

A professora Fátima Lopes Cardoso explicou o processo que culminou no contributo dos estudantes de jornalismo para a presente edição d' *O Referencial*, materializado nas reportagens publicadas com personalidades envolvidas na luta contra a ditadura e que estiveram no âmago da Revolução em 1974. Os alunos também intervieram para partilhar as suas experiências de prática jornalística, nomeadamente a entrevista a Eduardo Gajeiro, repórter fotográfico de Abril – depoimentos de Carolina Rodrigues e de Daniela Matias – e também a reportagem com antigos militantes anti-fascistas, nomeadamente Álvaro Ribeiro, Diana Andringa e Manuel Candeias – depoimentos de Helena Couto e de Mariana Louro.

Na parte final, Aniceto Afonso agradeceu a presença do maestro, músico e compositor Carlos Alberto Moniz que, entre várias músicas bem conhecidas, homenageando cantautores de Abril como José Afonso e Adriano Correia de Oliveira, cantou uma que foi estreia absoluta, tendo contagiado todo o ambiente com a alegria própria de quem vive o espírito de Abril. O agradecimento foi igualmente dirigido a José Fanha que recitou vários poemas ao longo da sessão de apresentação da revista, evento que vai repetir-se, com outros protagonistas, quando for dado à estampa o n.º 147 d'*O Referencial*.

Direitos reservados

As estudantes de jornalismo Helena Couto e Mariana Louro falaram sobre a reportagem realizada com combatentes anti-fascistas

A TERNURA DOS 40

Capitães de Abril juntaram-se em fraterno convívio no aniversário do 40.º aniversário da Associação 25 de Abril

UM GRUPO DE SÓCIOS da Associação de 25 de Abril reuniu no dia 21 de Outubro para assinalar o 40.º aniversário da instituição

O coronel Vasco Lourenço deu as boas vindas a todos, lamentando as ausências de vários sócios que haviam manifestado o desejo de estar presentes mas que se viram impossibilitados por razões de saúde e por outros motivos pessoais. O presidente da A25A, líder da instituição desde a fundação em 1982, e que já anunciou a intenção de passar o testemunho durante a celebração do cinquentenário do 25 de Abril, explicou que aquele encontro foi pensado para ser um convívio, simples e singelo, no espírito da Casa que os acolhia, que permitisse o diálogo e o abraço entre pessoas que sonharam em conjunto o renascer de Portugal. "Espero que se sintam bem em vossa casa, a Casa da Liberdade", disse Vasco Lourenço na recepção aos sócios, mantendo a informalidade do encontro, com os convivas sempre próximos uns dos outros, juntando-se depois um pouco mais para ouvir algumas palavras de saudação de Pedro de Pezarat Correia, primeiro presidente da Assembleia-geral da A25A.

O general saudou-os, dizendo-se muito honrado não só por ter sido o primeiro presidente da Assembleia-geral, mas também por ter tido o privilégio de presidir à assembleia constituinte da instituição. "É uma das tarefas de que me orgulho de ter participado", salientou, e lembrou que os valores representados pela A25A começam a ser postos em causa em todo o mundo. E, nesse sentido, lançou o apelo aos presentes para que continuem a regar os cravos erguidos em Abril.

Vasco Lourenço, antes de encaminhar os convivas para o "Porto de Honra" com que terminou aquela confraternização comemorativa, disse que, estando próxima a celebração do 50.º aniversário da Revolução, a A25A mantém o desafio de continuar a sua missão fundamental de "defesa dos valores de Abril e da preservação da Memória da Epopeia que encerrou as portas da ditadura e da guerra e abriu as portas da liberdade, da paz, da democracia, criando o sonho de uma sociedade mais feliz".

CONVERSAS
COM OS CAPITÃES DE ABRIL

Embaixador dominicano Iván Gatón apresentou uma conferência na A25A sobre o papel das Nações Unidas no contexto contemporâneo

"O FRACASSO da Liga das Nações: Uma Comparação com o Papel das Nações Unidas no Contexto Contemporâneo", foi o tema da conferência apresentada pelo embaixador dominicano Iván Gatón na Associação 25 de Abril. O evento decorreu no dia 23 de Novembro no âmbito das "Conversas com os Capitães de Abril", uma iniciativa que durante muito tempo foi sendo realizada com a participação de várias personalidades, das mais variadas áreas do saber, mas que a pandemia obrigou à sua suspensão, tendo sido agora retomada.

A reabertura da actividade foi de excelência, pois contou com a participação do pesquisador dominicano e professor do Instituto de Educação Superior Especializado em Formação Diplomática e Consular (INESDYC), da Universidade Autónoma de Santo Domingo (UASD) e do Instituto Superior de Defesa da República Dominicana, embaixador Iván Gatón, que apresentou o tema: "O Fracasso da Liga das Nações: Uma Comparação com o Papel das Nações Unidas no Contexto Contemporâneo".

Além de vários Capitães de Abril, o evento contou também com a presença de diplomatas da República Dominicana, incluindo o embaixador Miguel Angel Presto que foi acolhido e saudado pelo presidente da A25A, Vasco Lourenço.

O professor Iván Gatón deixou expressa a ideia de que a ONU está a fracassar na sua missão fundamental de promover a paz e a cooperação no mundo e defendeu que a instituição "precisa de se adequar às necessidades do tempo". O académico dominicano disse que, "apesar de a Assembleia-geral ser o seu principal órgão, é o Conselho de Segurança, sob o domínio de cinco membros permanentes, que manobra a cúpula da organização." Defendeu também que a humanidade "precisa de algo fundamental: de políticos que estejam à altura do momento histórico que estamos a viver".

OFERTAS À A25A

Os anos da Guerra Colonial – 1961-1975 -Vol I - Vol II; Panfleto – Dos Sobreviventes do Tarrafal aos antifascistas Portugueses; Página Avante 11-março de 1975; 1 medalha 25Abril de 1974 Oferta do sócio Américo Brito; "Na folha do Tempo" de Guadalupe Magalhães Portelinha – oferta da autora; "Pais Fundadores da Sociedade Filarmónica União Piedense (SFUAP) e do Teatro Garrett 1889-2019" de Antonio Neves Policarpo, Oferta da SFUAP.

O REFERENCIAL

Propriedade da Associação 25 de Abril – Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração . 104/2002, DR II Série, n.º 9 de 18 de Abril) · Membro Honorário da Ordem da Liberdade | Presidente da direcção: Vasco Lourenço | Director: Aniceto Afonso | Editor: Licínio Lima| Colaborador: José Armando Lopes | Conselho Editorial: Alexandre Manuel, Amadeu Garcia dos Santos, André Freire, António Morais Sarmento Brotas, Armando José Garcia Pires, Carlos Branco, Carlos Manuel Serpa Matos Gomes, João Bosco Mota Amaral, João Ferreira do Amaral, José Barata-Moura, José Manuel Pureza, José Viriato Soromenho-Marques, Luís Augusto Sequeira, Maria Inácia Rezola, Maria José Casa-Nova, Maria Manuela Cruzeiro, Pedro Pezarat Correia, Vasco Lourenço | Fotografia: Agência Lusa | Sede nacional, administração e redacção: Rua da Misericórdia, 95 - 1200-271 LISBOA - Telefone: 213 241 420 - Endereço electrónico: oreferencial@a25abril.pt | https://a25abril.pt/ | https://guerracolonial.pt | delegação do norte: Escadas do Barredo, 120, r/c, esq.- 4050-092 PORTO - Telefone/fax: 222 031 197 - Endereço electrónico: delnorte@a25bril.pt | delegação do centro Apartado 3041 - 3001-401 COIMBRA | delegação do Alentejo Bairro da Esperança Edifício 2 – Bloco 3, loja r/c 7560-145 GRÂNDOLA | delegação do Canadá - Associação Cultural 25 de Abril (Toronto) - Núcleo Capitão Salgueiro Maia - 1117 Queen Street West Toronto, Ontario M6J 3P4 Canadá | Edição gráfica: atelier VCARDOSO, Design & Edições Av. Infante Santo, 61 - 4.º Esq. - 1350 - 177 Lisboa | Impressão e acabamento: NORPRINT

Nos termos da Lei, o conteúdo dos textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores, sendo a edição e a paginação, que inclui a escolha de fotografias e de infografias, da responsabilidade d'*O Referencial*

DELTA CAFÉS

NOVO

O PRAZER DO CAFÉ ESTÁ NO RITUAL

Um blend marcante que fará a diferença no seu ritual diário. Da mistura de arábicas da Tanzânia e de robustas de Angola, nasce um café encorpado com notas de frutos vermelhos e chocolate.

INTENSIDADE • INTENSIDADE • INTENSIDADE •
13

A INTENSIDADE MAIS ELEVADA PARA O SEU RITUAL DIÁRIO

deltacafes delta_cafes

Montepio SAÚDE
Seguimos
a sua saúde de perto
Saúde, qualidade de vida e bem estar dependem do equilíbrio entre o corpo e a mente. Por isso, e para que os nossos associados usufruam dos melhores serviços e cuidados de saúde, desenvolvemos soluções especializadas, prontas a responder a todas as fases da vida.
Do Plano Montepio Saúde aos cuidados prestados pela Residências Montepio, passando pelo apoio domiciliário ou pela teleassistência, reunimos respostas completas que podem fazer muito por si e pelos seus.
Montepio
Associação Mutualista
Juntos por todos
Saiba tudo em
montepio.org/saude
Montepio Geral Associação Mutualista . IPSS . DGSS n.º 3/81 . NIPC 500 766 681
Sede: Rua Áurea, 219 a 241 . 1100-02 Lisboa